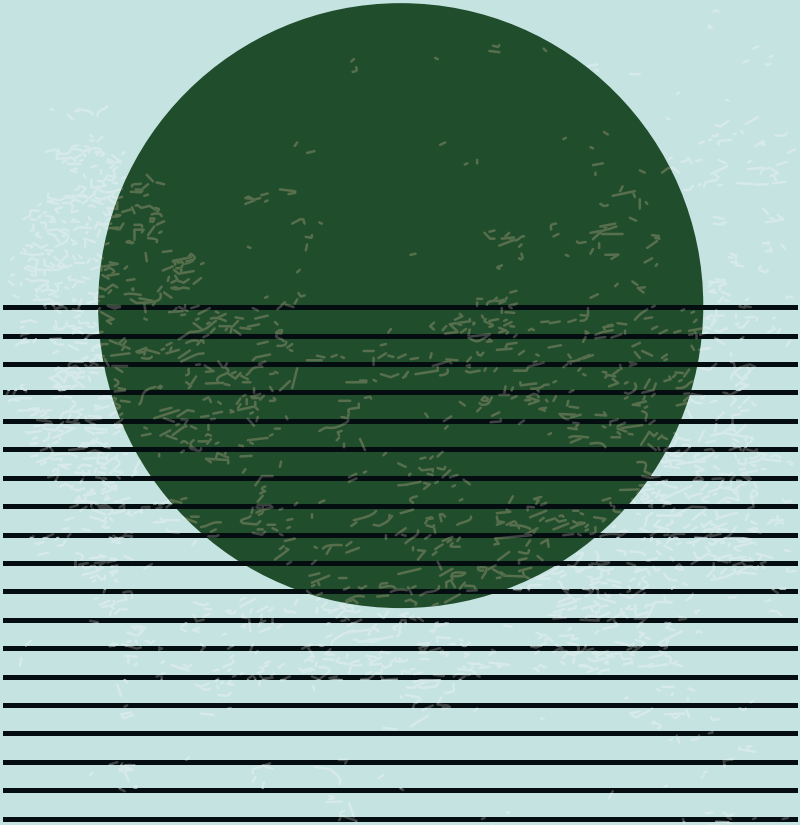
OS MUSEUS E A CIDADE

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SUSTENTABILIDADE INTEGRADA



O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

CASSIA RODRIGUES DA SILVA • LUCIA CAPANEMA ALVARES • MARIO CHAGAS

PPG PU UFF

É importante registrar que no trabalho que aqui se apresenta o museu é compreendido como um processo ou uma prática social a serviço da vida, não de uma vida abstrata, mas de uma vida concreta vivida em sociedade, de uma vida que envolve e está envolvida com a sustentabilidade planetária. Em outras palavras: aqui a leitora (ou o leitor) não encontrará a defesa do paradigma do museu a serviço das coleções e acervos e obras consideradas excepcionais (ou não). Aqui estamos diante de uma perspectiva que considera os museus como espaços de relação, e não de acumulação; eles estão envolvidos com indivíduos e coletivos com os quais mantêm relações dialógicas; estão comprometidos com processos que envolvem territórios e práticas solidárias, educacionais e de autogestão.

Os autores

OS MUSEUS E A CIDADE

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SUSTENTABILIDADE INTEGRADA

O caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Copyright © Cassia Rodrigues da Silva, Lucia Capanema Álvares, Mario Chagas

PRODUÇÃO EDITORIAL: Espirógrafo Editorial
DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Marcia Mattos
REVISÃO: Clarissa Penna

CAPA: Alexandre Segundo

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S5862m Silva, Cassia Rodrigues da, 1987-.
Os museus e a cidade : contribuições para uma sustentabilidade integrada : o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro / Cassia Rodrigues da Silva, Lucia Capanema Álvares, Mario Chagas. – Niterói : Universidade Federal Fluminense – UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU, 2021.
228 p. : il. (algumas color.) ; 21 cm.

Bibliografia: p. 186-197.

ISBN 978-85-68002-06-3

1. Museus – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (Estado). 2. Museologia – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (Estado). 3. Sustentabilidade – Rio de Janeiro (Estado). 4. Sustentabilidade – Aspectos sociais - Rio de Janeiro (Estado). 5. Sustentabilidade – Aspectos ambientais - Rio de Janeiro (Estado). 6. Sustentabilidade – Aspectos econômicos - Rio de Janeiro (Estado). 7. Sustentabilidade – Aspectos educacionais - Rio de Janeiro (Estado). 8. Museu de Arte do Rio. 9. Museu da Maré. 10. Museu Ciência e Vida. 11. Museu Vivo do São Bento. I. Capanema Álvares, Lucia. II. Chagas, Mario, 1956-. III. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDD – 069.098153

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB-7 5331

Este livro foi produzido com auxílio financeiro gerenciado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal Fluminense.

Todos os direitos desta edição estão reservados a Espirógrafo Editorial

espirografoeditorial@gmail.com
http://espirografo.com.br
instagram.com/espirografoeditorial

OS MUSEUS E A CIDADE

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SUSTENTABILIDADE INTEGRADA

O caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Cassia Rodrigues da Silva Lucia Capanema Álvares Mario Chagas

Rio de Janeiro - 2021

ESPIRÓGRAFO editorial

PPG MUSEU UFF

Agradecimentos

Este texto é dedicado aos museus progressistas que, por serem ao mesmo tempo potência e ato de cidadania, assumem posição emblemática na sociedade, de maneira a colaborar para um futuro melhor para todos.

Agradecemos a todos os funcionários dos museus que nos receberam e se dispuseram a ser entrevistados. Em especial, Cláudia Rose Ribeiro da Silva (Museu da Maré), Marlúcia Santos Souza, Leu Cruz e Paulo Pedro da Silva (Museu Vivo do São Bento), Denilson Esposito (Museu Ciência e Vida), Cristina Peres, Clarissa Diniz e Roberta Kfuri (Museu de Arte do Rio).

Agradecemos a todas as pessoas que de forma direta ou indireta, com atenções, informações, ajudas e convivências, contribuíram para que este livro se transformasse em realidade.

Às musas, que através do poder da memória, propõem a reunião dos saberes para uma vida melhor no planeta.

E àquelas e àqueles que, com seu amor, carinho e posicionamentos, tornam nossa jornada mais leve, mais humana, mais esperançosa.

Sumário

Por uma sustentabilidade integrada: patrimônio cultural e museus 8
Leonardo Barci Castriota

Apresentação 13
Os autores

Introdução 16

Capítulo 1 A necessidade da sustentabilidade 21
Sustentabilidade integrada, um conceito transdisciplinar 26

Capítulo 2 Os museus e a sociedade 40

Capítulo 3 Aproximando os museus da sustentabilidade 58
Configuração da pesquisa: da literatura à validação de um modelo 67
Primeiras notas sobre os museus estudados 72

Capítulo 4 A Museologia do Espetáculo no Rio de Janeiro 75
Museu de Arte do Rio – MAR 77
Análises segundo o modelo 79
Conclusões parciais 97
Museu Ciência e Vida 99
Análises segundo o modelo 100
Conclusões parciais 113

Capítulo 5 A Museologia Social no Rio de Janeiro 116
Museu da Maré 117
Análises segundo o modelo 122
Conclusões parciais 135
Museu Vivo do São Bento 137
Análises segundo o modelo 141
Conclusões parciais 155

Capítulo 6 A Museologia do Espetáculo e a Museologia Social em perspectiva 157
Comparando os dois tipos museológicos 157
Inferência para os museus da RMRJ 161
Os perfis preponderantes dos visitantes de cada museu 162
Síntese quali-quantitativa dos casos 166
Correlações nos grupos museológicos 175
A aproximação da sustentabilidade integrada: diretrizes 181
Considerações finais 182

Referências Bibliográficas 186

Anexo I Modelo de Sustentabilidade integrada museal – quadro de variáveis e sua operacionalização 198

Sobre os autores 226

Por uma sustentabilidade integrada: patrimônio cultural e museus

ALGUMAS IDEIAS COSTUMAM MARCAR CERTOS MOMENTOS da história por, de certa forma, captarem o "espírito do tempo" e responderem a inquietações compartilhadas pela humanidade. Refletindo o conjunto do clima intelectual e cultural de um dado período, essas ideias são pervasivas, aparecendo tanto em formulações intelectuais sofisticadas e esotéricas, próprias de campos científicos, quanto em versões populares, difundidas pelos meios de comunicação e, mais recentemente, pelas redes sociais. Algumas delas chegam mesmo a se tornarem bandeiras de luta, e, em seu nome, se travam batalhas importantes.

Este parece ser o destino da noção de sustentabilidade, que, no final do século XX e início do século XXI, se consolida no horizonte como uma das ideias-chave de nosso tempo. Nascida no âmbito do discurso ecológico, ainda nos anos 1980, esta ideia vem sendo crescentemente estendida a outros campos, num movimento de expansão constante. Assim, por exemplo, ela vem sendo aplicada ao urbano, falando-se hoje em "desenvolvimento urbano sustentável", que é entendido convenientemente como o processo de transformação capaz de criar as condições necessárias para a satisfação das necessidades da geração atual, sem pôr em risco as opções das gerações futuras.

No entanto, nesta formulação mesma já vemos as limitações com que se tem utilizado a noção da sustentabilidade: como bem aponta Henri Acselrad, o discurso da "sustentabilidade urbana" ainda parece se organizar analiticamente em dois campos bastante restritos. De um lado, aquele que

privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da sustentabilidade urbana aos "modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano"; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela "incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais", o que coloca em jogo, consequentemente, o espaço urbano como território político.[1]

Se essa limitação já se mostra com clareza no tratamento que se reserva à temática da sustentabilidade urbana, na qual se privilegiam os aspectos funcionais e econômicos, ela fica ainda mais patente quando nos referimos ao patrimônio cultural. Neste sentido, é interessante percebermos como, por exemplo, no campo do patrimônio construído, tem-se feito um esforço considerável para se articularem as motivações econômicas e ambientais para a conservação. Como mostra Erica Avrami, por todos os lados multiplicam-se estudos e pesquisas que procuram, de todos os modos, nos provar que a conservação pode ser tanto lucrativa, quanto "verde", tendo já se constituído um sólido corpo de conhecimento para dar suporte a essas afirmações.[2]

O que se percebe, tanto num quanto noutro caso, é um *desequilíbrio* no tratamento das diversas dimensões formativas da sustentabilidade. Assim, apesar de a sustentabilidade ter sido pensada desde o início de sua expansão a partir de um tripé – ambiental, econômico e social –, o debate atual ainda termina focando primordialmente nos dois primeiros eixos. Estas abordagens, naturalmente, vão se mostrar

---

1 ACSELRAD, Henri. "Discursos da sustentabilidade urbana". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. N. 1. Maio de 1999. ANPUR. p. 79.

2 AVRAMI, Erica. Heritage, Values, and Sustainability. In: RICHMOND, Alison; BRACKER, Alison (ed.). *Conservation*. Principles, Dilemmas and Uncomfortable Truths. Oxford, Butterworth-Heinemann, 2009.

absolutamente insuficientes para abordar a complexidade das questões colocadas pela sustentabilidade *vis-à-vis* ao patrimônio cultural. Assim, a ênfase sobre os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade acaba fazendo com que se negligencie aquele que talvez seja o aspecto mais relevante da sustentabilidade em relação ao patrimônio cultural: a sua *relevância social*. Se não podemos nos esquecer dos aspectos ambientalmente positivos da manutenção da "energia incorporada" (*embedded energy*) ou dos benefícios em termos de custo ao se decidir manter um edifício antigo ao invés de demoli-lo, é importante que nunca percamos de vista as *implicações sociais* das decisões concernentes à conservação. Afinal, o patrimônio cultural vai ser formado, antes de tudo, como define bem a Constituição Federal de 1988, pelo conjunto de "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, *portadores de referência* à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".[3] Ou seja: um bem só vai se constituir em patrimônio cultural porque *socialmente* se atribuiu a ele um determinado valor, sendo essa dimensão inescapável ao se pensar na sua sustentabilidade.

O livro *Os Museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada – o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, de Cassia Rodrigues da Silva, Lucia Capanema Álvares e Mario Chagas escapa dessa armadilha ao propor um modelo de sustentabilidade integrada que consiga ser aplicado aos museus; os autores nunca perdem de vista a relação deles *com a sociedade*. Tendo em consideração sempre a busca de uma "sustentabilidade integrada", exploram, nessa obra, as diversas dimensões da sustentabilidade – social, econômica, cultural e ambiental – que são operacionalizadas através de 44 variáveis, extensivamente testadas em campo.

---

3 https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 21 mai 2021.

É importante percebermos que os museus interessam aos autores não como meros portadores de coleções, mas como *catalisadores de sociabilidade*. Com isso, transcende-se em muito as abordagens mais correntes – e superficiais – que acreditam que as dimensões físico-ambientais, funcionais e econômicas dariam conta de responder às demandas por um "museu sustentável". Com isso, os autores tangenciam também outra virada epistemológica central em nossa área: a passagem de uma concepção da conservação como uma operação-baseada-na-matéria, cuja ênfase estaria no objeto, para a ideia da conservação-baseada-em-valores, que está em ampla circulação em nosso campo disciplinar pelo menos desde a redação da Carta de Burra do ICOMOS australiano.[4]

Ao procurar realizar o estudo das atividades museológicas e suas ligações com a sustentabilidade, esta obra identifica práticas na área que, a partir da cuidadosa análise empírica realizada, demonstram estar "mais afeitas" ao conceito de sustentabilidade em seu sentido amplo. Os autores não hesitam em mostrar suas conclusões (e preferências): a uma "Museologia do Espetáculo", "mais próxima da produção do espetáculo, da valorização das coleções acima da sociedade", eles contrapõem e destacam a "Nova Museologia ou a Museologia Social", que "prioriza suas relações com a sociedade".

Nada mais natural, portanto, que este livro dê destaque a experimentos como o do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, que, a partir das "análises quali-quantitativas" realizadas, pode ser definido como um "museu-comunitário", que abrange o conjunto de seu território e que teria "capacidade de se envolver em muitas esferas e dimensões" conforme o modelo de sustentabilidade integral desenvolvido. Assim, ao

4 Esta carta pode ser consultada em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf. Acesso em: 21 mai 2021.

mesmo tempo em que aquele museu "debate assuntos atuais e participa ativamente da vida da comunidade", ele poderia, na visão dos autores, "ser considerado um catalisador do desenvolvimento econômico, pois apresenta e discute a questão por meio de projetos, ações, exposições e feiras, além de estimular relações econômicas mais igualitárias, propondo repensar a lógica do sistema e promovendo a economia alternativa, inclusive, por vezes, participando desta". Além disso, poderiam ser destacadas suas "ações e debates sobre preservação do meio ambiente", e "suas parcerias com escolas, universidades, instituições e outros museus", numa atuação "transetorial". Estaríamos aqui frente, portanto, a um exemplo de prática museológica que consegue abordar as diversas dimensões da sustentabilidade, mostrando claramente também a sua articulação intrínseca com a compreensão contemporânea do patrimônio.

Leonardo Barci Castriota
UFMG / ICOMOS/BRASIL

Apresentação

A LEITORA OU O LEITOR ESTÁ colocada(o) diante de um livro que articula saberes e fazeres, razão e paixão, ciências e afetos. Nós, os autores, temos consciência de que nos movimentamos em universos distintos, ainda que inteiramente conectados entre si. Não estamos falando de bolhas ou de universos paralelos, mas sim de rios que, movimentando águas diferentes, afluem para uma mesma foz e também de experiências que concorrem a favor de uma mesma dinâmica vital. Em certos momentos os autores são cientistas, em outros são artistas, por vezes são atores sociais políticos e pedagógicos, em todos os casos são pessoas impregnadas de vida e comprometidas com os valores de uma universidade democrática, inclusiva e cidadã. Há um acordo tácito firmado entre os autores. Esse acordo pode ser traduzido nos seguintes termos: o urbanismo que não serve para a vida não serve para nada; a arquitetura que não serve para a vida não serve para nada; a museologia e o museu que não servem para a vida não servem para nada.

Nós, os autores, cada um ao seu tempo e ao seu modo, somos ligados e sintonizados com os museus. A potência dos museus, em termos de ludicidade, de divulgação e inovação científica, de força educacional e cultural, de capacidade de produzir transformações sociais e contribuir para políticas públicas de cultura, é extraordinária.

Ainda que cada um de nós estivesse ligado por tênues fios aos temas do urbanismo, da arquitetura e da museologia, foi, sem dúvida, Cassia Rodrigues quem nos uniu. Foi essa jovem e dedicada estudante que mobilizou nossas energias, nos colocou em contato e nos movimentou na direção de um trabalho articulado a favor da sustentabilidade dos processos museais, da sustentabilidade integrada da sociedade e das diferentes fontes de energia.

Ao ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, a arquiteta Cassia Rodrigues deparou-se com questões teóricas profundas relativas à cidade, à sociedade, à cultura e à sustentabilidade planetária. O que despontava como uma questão pontual foi se tornando uma abordagem holística sobre o papel dos museus, suas funções e suas posturas em um mundo desigual e insustentável.

A convivência com a professora e orientadora Lucia Capanema Álvares foi decisiva para o amadurecimento de conceitos e paradigmas das Ciências Sociais, principalmente aqueles relativos à sustentabilidade e às possibilidades de alcançá-la em maior ou menor grau. A temática, que parecia cada vez mais instigante, levava à ponderação sobre o passado e o futuro e também dirigia a concepção do trabalho de pesquisa. O encontro com o professor Mario Chagas, que foi incorporado ao projeto como coorientador, trouxe as matizes que faltavam ao tema, enriquecendo, direcionando e aprofundando a compreensão sobre o universo museológico e museal.

Assim, três perspectivas distintas, ainda que confluentes, foram decisivas para a arquitetura desta publicação. O trabalho que aqui se apresenta, a rigor, é o resultado do encontro de três olhares singulares, encontro profícuo propiciado e levado a cabo e a campo pela tenacidade, afinco e sensibilidade de Cassia Rodrigues.

Mais especificamente, este volume reorganiza e expande o trabalho de dissertação de Cassia tornando-o mais palatável aos não acadêmicos e em consonância com o viés social aqui advogado, e: 1) rearranja e atualiza o conteúdo teórico, principalmente o referente aos museus; 2) atualiza a apresentação dos casos estudados; 3) avalia cada caso segundo as dimensões indissociáveis da sustentabilidade; 4) introduz um capítulo de análises – das frequências médias dos dois tipos museológicos, do perfil preponderante dos visitantes de cada caso, da inferência estatística para o universo museal dos dois tipos estudados (considerada a normalidade univariada), a categorização das variáveis-síntese quali-quantitativas em grupos

conceituais, permitindo a compreensão das escolhas e tendências de cada museu e dos grupos museais, e o mapeamento das correlações significantes dentro de cada grupo, revelando com clareza as diferenças entre os dois grupos e a proximidade que cada um tem com as bases da sustentabilidade. Oferece então uma nova e ainda mais rica análise final sobre a temática dos museus como indutores da sustentabilidade das cidades e traça diretrizes rumo a uma sustentabilidade integrada.

Se, por um lado, é possível dizer que os conceitos museu e patrimônio surgem na modernidade ocidental e estão associados à noção de Estado-nação, por outro, é importante reconhecer que nos últimos 50 anos estes conceitos foram revistos, revisados, esgarçados, submetidos à crítica radical, ampliados e, até mesmo, ousamos dizer, antropofagizados.

É importante registrar que no trabalho que aqui se apresenta o museu é compreendido como um processo ou uma prática social a serviço da vida, não de uma vida abstrata, mas de uma vida concreta vivida em sociedade, de uma vida que envolve e está envolvida com a sustentabilidade planetária. Em outras palavras: aqui a leitora (ou o leitor) não encontrará a defesa do paradigma do museu a serviço das coleções e acervos e obras consideradas excepcionais (ou não). Aqui estamos diante de uma perspectiva que considera os museus como espaços de relação, e não de acumulação; eles estão envolvidos com indivíduos e coletivos com os quais mantêm relações dialógicas; estão comprometidos com processos que envolvem territórios e práticas solidárias, educacionais e de autogestão.

Da mesma forma, a sustentabilidade aqui proposta é necessariamente transdisciplinar e integrada em suas dimensões social, cultural, econômica e ambiental e tem como objetivo final o envolvimento – mais que o des-envolvimento – também integrado; como escreveu Ignacy Sachs, se o ambiente é sua base e a economia é seu meio, o (des)envolvimento só pode ter como objetivo o âmbito sociocultural.

Niterói, maio de 2021.
Os autores

Introdução

SÃO MUITOS OS IMPASSES A SEREM ENFRENTADOS em vários campos disciplinares relacionados à urgência da sustentabilidade. Isso se deve a estarmos, na atualidade, diante de uma sociedade que elimina referências socioculturais e valoriza a busca incessante do mercado; estamos diante da lógica perversa da cidade mercantilista, utilitarista, a cidade que destrói memórias individuais e coletivas (Castriota, 1999), a cidade que estimula o consumismo e vira as costas para os problemas ambientais e climáticos (Myers, 1997; Lopes et al., 2010), para a exclusão sociocultural e para a violência cotidiana. Tudo isso resulta em graves danos éticos e morais.

Na modernidade, a base das duas grandes tradições da teoria social e política é caracterizada pela identidade individual, flexível e abstrata e, ao mesmo tempo, universal e descontextualizada; em termos práticos, a valorização do individualismo tem trazido para a sociedade a substituição do espírito comunitário e coletivo pelo individual, regulado por instituições abstratas, princípios mercadológicos e pela propriedade individual.

Estamos falando de características presentes na sociedade brasileira, que, assim como outras, está marcada pelo antropocentrismo, pelo individualismo. Nessas sociedades, as relações capitalistas regularam todos os espaços e alteraram as relações e organizações em escala global. Quem governa é a lógica do mercado, que arruína, ao mesmo tempo, as bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem. Perante a crescente (e em certos casos incontrolável) ambição humana e os desejos de dominação, desenvolvimento e crescimento, principalmente no campo financeiro, os temas de cunho ambiental, social e cultural tornam-se inviáveis.

Neste quadro, passa a ser premente a participação de instituições educacionais e culturais, destacando-se, entre

elas, os museus. Seguindo por esse caminho, queremos sustentar que os museus podem e devem assumir uma posição emblemática e sempre inovadora na sociedade, uma vez que suas atividades sociais, educativas e culturais, quando inseridas na cidade e dialogando com os cidadãos, são responsáveis por disseminar esperança, cuidado, reflexões e ações, como pede Paulo Freire (2002).

Por desempenharem uma missão ora científica, ora artística, que pode ao mesmo tempo ser educativa e social, convém pensar até que ponto os museus praticam a sustentabilidade, assumindo de forma integral seu compromisso com a sociedade. A importância dessas instituições não é apenas simbólica; resulta da sua extraordinária ligação com os mais variados aspectos da sociedade e do meio em que estão inseridas, dando-lhes, inclusive, o poder de mobilizar as mais variadas frentes. A importância do papel dos museus se assenta também na sua inerente vocação a favor das relações entre pessoas, na sua constante interação, construção e integração em redes, envolvendo diversas organizações e instituições locais, nacionais e internacionais.

A presente pesquisa buscou compreender, baseada na proposta de um modelo de sustentabilidade integrada, a relação dos museus com a sociedade. A aplicação desse modelo de pesquisa deu-se através da operacionalização de 44 variáveis testadas em campo, destacando a importância dos museus como promotores da sustentabilidade integrada, verificando quais dimensões (social, econômica, cultural e ambiental) são trabalhadas e, ainda, como são e de que maneira podem vir a ser trabalhadas. Por meio do estudo das atividades museológicas e suas ligações com a sustentabilidade, especificam-se as práticas museológicas mais afeitas a este conceito e se permite a apresentação de exemplares de museus brasileiros que efetivamente fundamentam-se na sustentabilidade.

Esta publicação pretende auxiliar a gestão e o funcionamento de museus que estão interessados na sustentabilidade integrada, indicando ações museológicas exemplares e

que favoreçam sua inserção no território. O apontamento e a análise de museus situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, museus que trabalham (mais ou menos) norteados por princípios de sustentabilidade, constituíram a chave da presente pesquisa.

O livro que a leitora e o leitor têm diante de si estrutura-se em duas grandes partes. A primeira (capítulos 1 e 2) apresenta o marco teórico, em que se analisou e revisou a literatura nas áreas da sustentabilidade, da museologia e do patrimônio. Pautando-se nas reflexões teóricas e no confronto de ideias, são desenvolvidos os capítulos da segunda parte (capítulos 3, 4, 5 e 6), de âmbito empírico.

O **capítulo 1** – A necessidade da sustentabilidade – caracteriza a sociedade moderna e sintetiza os passos que acarretaram a atual situação ambiental, econômica, cultural e social e que clamam por mudanças, evidenciando a urgência da sustentabilidade. A seção "Sustentabilidade integrada, um conceito transdisciplinar" aborda a evolução do termo e suas temáticas e quais serão os conceitos e a postura adotados pelos autores no decorrer deste trabalho.

O **capítulo 2** – Os museus e a sociedade – discorre acerca do surgimento e da evolução do termo museu até chegar aos movimentos da museologia contemporânea. A seção "Agentes de conscientização e emancipação" pondera sobre os diversos compromissos que um museu pode e deve ter com a sociedade. Já a seção "Vínculos com o patrimônio" condensa a evolução do termo patrimônio, apontando sua relação com o museu e explicitando a importância de ambos para a sociedade e para a cidade. A seção "Por uma inserção sustentável na cidade" analisa a contribuição do museu para a sustentabilidade da sociedade, através de suas posições e seu diálogo com a cidade/entorno, e a seção "Crítica à atuação contemporânea dos museus" mostra que já existe algum esforço dos museus em geral na temática da sustentabilidade, apresentando e analisando alguns fatos e eventos brasileiros que vêm caminhando nesse sentido. Fechando esse capítulo, na seção

"A Nova Museologia ou a Museologia Social" apresentamos brevemente esse movimento e chamamos atenção para algumas de suas características, principalmente no Brasil.

O **capítulo 3** – Aproximando os museus da sustentabilidade – apresenta um modelo de sustentabilidade elaborado a partir da revisão bibliográfica, indicando caminhos para que os museus alcancem a sustentabilidade. Os aspectos metodológicos mais importantes da pesquisa, como a modelagem e as hipóteses testadas em campo, são expostos na seção "Configuração da pesquisa: da literatura à validação de um modelo".

A verificação do modelo em campo é apresentada a partir do **capítulo 4** – A Museologia do Espetáculo no Rio de Janeiro. São apresentados dois museus percebidos como praticantes de uma museologia mais próxima da produção do espetáculo, da valorização das coleções acima da sociedade, nas seções "Museu de Arte do Rio (MAR)" e "Museu Ciência e Vida". Cada seção traz uma descrição institucional do seu exemplar e duas subseções, "Análises segundo o modelo" e "Conclusões parciais".

Nessa mesma linha, o **capítulo 5** – A Museologia Social no Rio de Janeiro – traz a indicação, o detalhamento institucional e a análise de outros dois museus percebidos como praticantes de um trabalho mais afinado com esse movimento e que priorizam suas relações com a sociedade, nas seções "Museu da Maré" e "Museu Vivo do São Bento".

No **capítulo 6** – A Museologia Social e a Museologia do Espetáculo em perspectiva – as discussões dos capítulos 4 e 5 são recuperadas para efeito de avaliação comparativa das duas vertentes frente à sustentabilidade integrada. Finalmente, a seção "Uma aproximação à sustentabilidade integrada: diretrizes" propõe uma orientação geral para que os museus estabeleçam uma conduta mais consoante com a descrita pelo modelo de sustentabilidade integrada. Conclui-se resumindo tais diretrizes, indicando a instituição que melhor as exemplifica e tecendo considerações finais.

As questões levantadas neste trabalho não são exaustivas e não pretendem ditar normas de conduta, e sim suscitar reflexões. Deseja-se esboçar possíveis caminhos para o entendimento das indagações relativas à urgência da sustentabilidade e à capacidade dos museus como agentes facilitadores e produtores de uma cidade mais humana.

CAPÍTULO 1

A necessidade da sustentabilidade

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, no artigo "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira", publicado em 1993 no periódico *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, aborda a descontextualização da identidade na modernidade e identifica duas tensões: entre a subjetividade individual e a coletiva, e entre a subjetividade concreta e a abstrata. O autor conclui que as subjetividades fruto das duas grandes tradições da teoria social e política da modernidade caracterizaram uma identidade individual, logo flexível, e abstrata, logo universal, descontextualizada. A vitória delas sobre a identidade coletiva e concreta significa, em resumo e para a sociedade, a substituição do espírito livre pelo regulador: com o desenvolvimento do capitalismo e a instituição do princípio do mercado e da propriedade individual, é o Estado liberal, ser abstrato, que regula e autoriza a vida social dos indivíduos (Sousa Santos, 1993).

Carlos Walter Porto Gonçalves (2008) argumenta que somente na Idade Moderna – marcada pelo antropocentrismo – o ser humano passa a considerar-se uma espécie superior, com identidade própria e dissociada de Deus, apoderando-se da natureza por meio da ciência e da técnica. "O antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. Esta, dessacralizada, já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto" (p. 34) e por isso explorada e dominada; em nossa sociedade a natureza é definida por aquilo que se opõe à cultura dos humanos; sendo assim, a cultura é vista como algo superior, capaz de controlar e dominar a natureza.

Perante a crescente ambição humana e o velho, porém atual, desejo de dominação, desenvolvimento e crescimento, principalmente do campo financeiro, os problemas de cunho ambiental, social, cultural e econômico se agravam. Mariângela Leite (1994) diz que as relações capitalistas invadiram "praticamente todos os espaços; os sistemas de produção e distribuição se organizaram em escala global, as relações da vida quotidiana foram profundamente alteradas, a cultura do consumo estimulada" (p. 59).

Nesse contexto de alteração das relações e das organizações em escala global, a sociedade elimina suas referências para dar lugar à renovação de usos e costumes, imagens e valores (Castriota, 1999). A cidade utilitarista destrói memórias individuais e coletivas na infindável procura pelo mercado (Castriota, 1999), e essa lógica arruína, ao mesmo tempo, as bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem (Acselrad, 2001). Para Henri Acselrad (2013), o capital exerce controle sobre as políticas governamentais, causando insegurança social e aceite do risco e da degradação ambiental; na visão dos investidores as ações locacionais só são modificadas se o mercado admitir (garantindo o lucro previsto) ou vislumbrar no "meio ambiente" uma ocasião favorável aos negócios. Diante disso, a classe empobrecida assume os impactos ambientais, pois o capital "aprisiona [...] parcelas importantes das populações locais no interior da 'alternativa' de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo – mesmo ao custo da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos" (Acselrad, 2013, p. 109-110).

Para Cilene Herculano, "nossa urbanização é uma 'máquina de produzir favelas' e de agressão ao meio ambiente, onde se admite a invasão, mas não o direito à cidade" (2013, p. 5). A exclusão social no Brasil é acompanhada pela segregação territorial (Castriota, 2003). Acselrad chama a atenção para a segmentação socioespacial da degradação ambiental, na qual os prejuízos são destinados e dedicados continuamente a grupos sociais e étnicos dominados,

> seja pela expropriação das bases territoriais de formas sócio-produtivas não hegemônicas, seja pela deterioração das bases reprodutivas de grupos sociais que não se integram ao circuito do capital a não ser como consumidores forçados dos produtos invendáveis da atividade capitalista (Acselrad, 2013, p. 105).

A problemática da degradação ambiental surge, então, da racionalidade econômica que exclui os empobrecidos, a natureza e o meio ambiente do processo de modernização (Leff, 2008); o meio ambiente é tratado como objeto, pois "o espaço – e, em particular, a dinâmica locacional das unidades produtivas – é parte integrante das condições de acumulação do capital" (Acselrad, 2013, p. 107).

No âmbito do estímulo à cultura do consumismo, Myers (1997) distingue consumo de consumismo, estando o primeiro relacionado ao necessário e o segundo ao além do necessário. O autor demonstra que tanto as comunidades extremamente ricas quanto as extremamente empobrecidas contribuem para a degradação ambiental; as primeiras pelos níveis de consumo e as últimas pela forma de consumo diante da falta de acesso a bens e infraestrutura (ambas causando desflorestamento, desertificação, erosão do solo etc.). Há uma relação integral entre consumo e população, e entre os dois e ambiente e desenvolvimento, que tem sido descrita como I = P*R*T, onde "I" é impacto, "P" é população, "R" é riqueza, e "T" é tecnologia inadequada – em que as variáveis independentes não se somam, mas se multiplicam; logo, o problema ambiental não depende só do crescimento populacional e da capacidade do ecossistema, mas também da maneira como as pessoas vivem e do tipo de recursos que elas consomem. Daí que tanto o problema populacional quanto o problema de consumo têm que ser resolvidos juntos e em termos da capacidade dos ecossistemas (Myers, 1997): o mundo é ecologicamente interligado, embora seja socialmente fragmentado; a raiz da degradação do meio ambiente é a mesma da desigualdade social (Acselrad, 2001).

Para Garrit Hardin (2001), em seu seminal artigo sobre a tragédia dos comuns, não há solução técnica para o problema da superpopulação; somente limites à reprodução nos livrarão da contrariedade. Hardin, porém, não contextualiza a questão da reprodução nas diferentes culturas, o que enfraquece seu argumento em termos propositivos, como já demonstrou o planejamento familiar na China com seus desastrosos efeitos sobre o gênero feminino. Bertoli Gonçalves (2005, não paginado) então pergunta: "A falsa ideia de uma evolução sem limites e a ingênua crença na continuidade do progresso se constituem no inimigo comum de todas as frentes, e a grande questão que se levanta é: Para onde vamos?"

Essa situação problemática causada pelo crescimento desmedido a partir do processo de industrialização e pela globalização gestou movimentos populares, a princípio de caráter local, desarticulados e com questões específicas, cujos raios de interferência e de abrangência eram de pequena escala. Já nas décadas de 1960 e 1970, a insatisfação com o modelo do capitalismo industrial culminou no surgimento do novo ambientalismo. Impulsionado pela crise do petróleo, descrença no governo, acumulação de poder pelas elites, potencial de destruição da era atômica, danos ambientais cada vez mais evidentes e desastres ambientais alardeados publicamente pela mídia, o movimento cresceu e aderiu a questões de grupos pontuais, ganhando mais força e visibilidade. Com demandas e objetivos claros, chamou a atenção para as consequências do desenvolvimento econômico despreocupado com os limites dos recursos ambientais (Bertoli Gonçalves, 2005).

Nessas mesmas décadas observa-se um surto de criação de novos museus e se torna claro o reflexo das mudanças políticas e econômicas em suas administrações.[5] A

5 Uma consulta ao Cadastro Nacional de Museus (https://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus) pode, a esse respeito, ser muito esclarecedora. É notável

renovação de conceitos e, em certa medida, do paradigma dos museus na sociedade, como também na organização e na gestão no quadro museal, tiveram de adaptar-se e mudar, a par da compreensão de que cada museu tem de se singularizar e se comunicar de maneira clara com seus públicos, continuando a valorizar seus acervos e encontrando uma maneira de atualizar os temas e os problemas de que trata.

Concomitantemente, em um cenário mundial de grande descontentamento popular, surge o embrião do conceito de sustentabilidade como entendemos hoje, e no interior do desenvolvimento capitalista inicia-se seu discurso. Empresários preocupados com o comprometimento de suas bases materiais de reprodução (Acselrad, 2000) se reuniram a intelectuais para formar o Clube de Roma em 1968. Seu informe nomeado "Limites do Crescimento" apontava os efeitos catastróficos que ocorreriam se o crescimento demográfico continuasse em longo prazo (Franco, 2001). Esse foi um dos primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental destacando a insuficiência da produção de alimentos, o esgotamento dos recursos naturais e a necessidade de controle do crescimento populacional e industrial (Bertoli Gonçalves, 2005). A partir de então a reflexão acerca do futuro, que se apresentava incerto, começa a ser exposta no pensamento político, social e filosófico, levando a um profundo questionamento do papel humano no planeta. Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade surge como sinônimo de preservação ambiental para sustentar o crescimento, reconhecendo a função de suporte, condição e potencial da natureza para os processos de produção e reprodução do capital.

---

que a maioria absoluta dos museus no Brasil tenha sido criada na segunda metade do século XX. Até o final da década de 1950 o Brasil tinha algo em torno de 150 museus e no final do século XX já havia passado, com folga, a faixa dos 2000 museus.

Sustentabilidade integrada, um conceito transdisciplinar

Em face à crise ambiental instalada, à perda de identidades e de culturas, à exclusão e à desigualdade social, faz-se urgente uma nova maneira de ver, sentir, pensar e agir (Capanema Álvares e Menezes, 2004). As mudanças comportamentais e de mentalidade, e o reconhecimento da sustentabilidade como tema iminente, e não como tópico da moda e estratégico (Chagas et al., 2014), são inadiáveis. A problemática ambiental questiona a racionalidade e os paradigmas que impulsionaram o crescimento econômico. Ainda que as bases da consciência ambiental tenham surgido nos anos 1960, foi nos anos 1970 que ela se expandiu e culminou no apontamento dos limites da racionalidade econômica e dos desafios da degradação ambiental (Leff, 2008). Em 1972 acontece a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, referindo-se aos problemas da pobreza e do crescimento populacional, estipulando metas ambientais e sociais nos países em desenvolvimento (Franco, 2001) e tornando o meio ambiente foco de atenções. "Surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza" (Leff, 2008, p. 18).

Embora a ideia de desenvolvimento sustentável já estivesse incutida nas discussões políticas, o conceito apareceu pela primeira vez em 1980, em um documento publicado pela União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais, titulado "Estratégia de Conservação Mundial" (Franco, 2001) e que propunha "uma harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente, com ênfase na preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para utilização racional dos recursos naturais" (Franco, 2001, p. 26).

A definição de desenvolvimento sustentável,[6] no entanto, só foi formalmente cunhada em 1987 com a publicação do Relatório Brundtland, que o definiu como "aquele [desenvolvimento] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" e estabeleceu três princípios fundamentais: o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a equidade social (Bertoli Gonçalves, 2005). Consolidou também o reconhecimento sobre a finitude dos recursos planetários e a existência de preocupações e desafios comuns à humanidade, que deveriam ser combatidos por esforços coletivos (Layrargues, 1997). O debate sobre o conceito atinge uma posição central em 1992 com a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, organizada pelas Nações Unidas, com o objetivo de discutir o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Além disso, pretendia-se fundar as bases de uma associação mundial entre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, e entre esses governos e setores da sociedade civil, com foco nas necessidades e interesses comuns. Nela foi elaborada a Agenda 21 (Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), que definiu os direitos e as obrigações dos Estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e do desenvolvimento (Bertoli Gonçalves, 2005). Segundo o autor, porém, muitos documentos produzidos buscando estabelecer e conceituar o desenvolvimento sustentável posicionaram-se de forma desigual na crítica à situação de insustentabilidade do mundo.

De maneira geral, as declarações creditaram as circunstâncias atuais à condição de descontrole da população e à miséria dos países do Terceiro Mundo, deixando

6 As autoras e o autor estão atentos para a noção de Bem Viver, tal como trabalhada por Alberto Acosta no livro "O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos, publicado, em 2016, em São Paulo, pelas editoras Autonomia Literária e Elefante.

despercebido o débito que a poluição e a destruição causadas pelos países desenvolvidos têm (Bertoli Gonçalves, 2005). Com isso, as sociedades ocidentais tentaram fechar o caminho do desenvolvimento para os países pobres por meio de uma retórica ecologista (Franco, 2001). Para Costanza (1994 apud Franco, 2001), o desenvolvimento sustentável exigiria a ideia de evolução, propondo uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, enfatizando a preservação de ecossistemas naturais e a diversidade genética. Já Leff (2008) aponta que os programas neoliberais desmontaram o discurso ambiental crítico, tornando-o submisso aos princípios da globalização econômica. Em vista disso, alguns autores alertam que atualmente o termo desenvolvimento estaria vinculado à noção de crescimento econômico, logo seria impossível que ele acontecesse sem que ocorressem danos à natureza. Seria então preciso rever a contradição na visão de desenvolvimento sustentável, repensando também o próprio entendimento sobre o desenvolvimento (Sousa Santos e Rodriguez, 2005).

Sachs fala da necessidade do "desenvolvimento sem adjetivos", visto que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, e sim "um conceito pluridimensional" (Sachs, 2000, p. 8); para o autor, isso requer que o desenvolvimento assuma um fundamento qualitativo, e não quantitativo, passando o ambiental a ser a base, o econômico a ser o meio e, portanto, o único objetivo a se alcançar seria o sociocultural. Acselrad acrescenta que a sustentabilidade depende da submissão do mercado às leis de rendimento da natureza e que o discurso da "sustentabilidade urbana" vem privilegiando aspectos funcionais e econômicos, sendo insuficiente para a resolução de questões de maior complexidade (Acselrad, 2000; 2001). Nesse sentido, Lopes, Sachs e Dowbor (2010) salientam a dificuldade de impor mudanças, já que sugerir outra forma de desenvolvimento significa uma heresia econômica; para a maioria dos economistas, o crescimento é essencial. Em contrapartida, em defesa

da mudança, Chagas (2014) argumenta que nenhum objetivo será sustentável se mantiver a lógica capitalista e a ideia de venda da natureza.

Leff (2008) defende que o discurso sobre a sustentabilidade é definido por meio de significados sociais e estratégias políticas, portanto não é homogêneo e não está isento do conflito de interesses de determinados atores da sociedade. Por essa razão, apesar do crescente espaço que a discussão sobre sustentabilidade vem ganhando nos debates, seu conceito ainda é impreciso e disputado por discursos que pretendem obter a expressão mais legítima (Acselrad, 2001). Essa imprecisão e a falta de entendimento, por parte da sociedade, do conceito de sustentabilidade são consideradas convenientes por empresas que o incluem nas estratégias de venda e de promoção. A expressão acaba por ser utilizada como forma de garantia de qualidade dos produtos e serviços, propagando a "lógica capitalista de uma economia verde mercantilista" (Chagas, 2014, p. 25). Portanto, nos dias de hoje, o discurso dominante da sustentabilidade é o econômico e pontifica que os problemas ecológicos não seriam resultado da acumulação de capital; nessa perspectiva, a tecnologia resolveria os efeitos da degradação ambiental e da escassez global (Leff, 2008). Diante disso, Acselrad (2000, p. 97) lembra que tal debate tem sido conduzido por "categorizações socialmente vazias", não abrangendo "a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade". Essas conceituações da sustentabilidade são insuficientes para a resolução de questões de maior complexidade, como, por exemplo, a conservação e a reabilitação dos centros históricos. Ao contrário, ao falar de financiamento e gestão, é basilar tratar da sustentabilidade (Castriota, 2007).

Entende-se, assim, a sustentabilidade como um desafio cujas práticas não têm abarcado a pluralidade de enfoques; ela precisa ser pensada em bases mais sistêmicas, como nos modelos de Beni (2003) e de Boullón (2002) para o Turismo,

contando com três subsistemas que se relacionam e agem mutuamente (Figura 1.1). Um deles refere-se às relações ambientais determinadas pelos campos social, econômico, cultural e ambiental que são indissociáveis; outro diz respeito à organização estrutural e governamental do local em questão; e finalmente o último é dado pelas relações externas ditadas pelo mercado e por agentes globais (Capanema Álvares e Carsalade, 2005; Boullón, 2002).

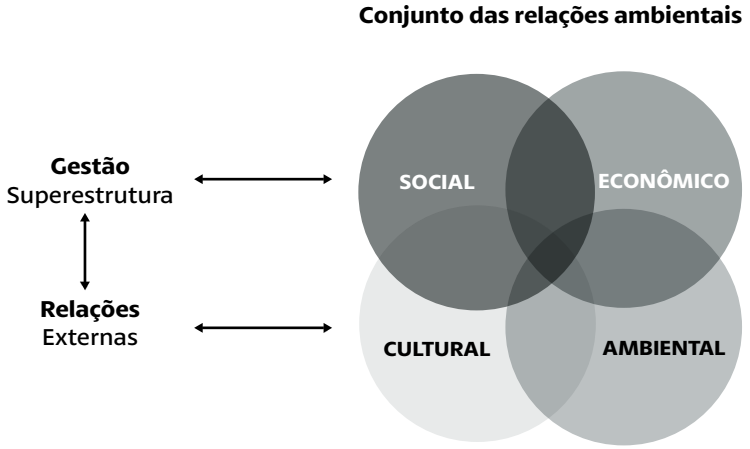


Figura 1.1 – Diagrama da visão sistêmica de um local.
Fonte: Beni (2002) apud Capanema Álvares e Carsalade (2005).

A sustentabilidade está inserida em um ciclo virtuoso das relações ambientais de um local que demanda grande esforço para que cada elemento desse processo leve ao outro (Figura 1.2). Para alcançá-la, é necessária a consideração das relações locais e sua gestão, que poderá ensejar o fluxo positivo desejado, atingindo todas as dimensões (econômica, social, cultural e ambiental). É relevante, igualmente, advogar que a gestão seja pautada pela inclusão democrática da(o)s envolvida(o)s e interessada(o)s, em um

movimento de baixo para cima (*bottom-up*), e não de cima para baixo (*top-down*), como nos alerta Varine (2013). Assim, privilegiamos uma abordagem que trabalha a partir da visão local e de conjunto, permitindo que as decisões sejam tomadas de forma articulada e democrática e, portanto, que a sustentabilidade seja tratada como algo inerente ao processo, e não imposto por uma hierarquia, como aconteceria com o movimento verticalizado (*top-down*).

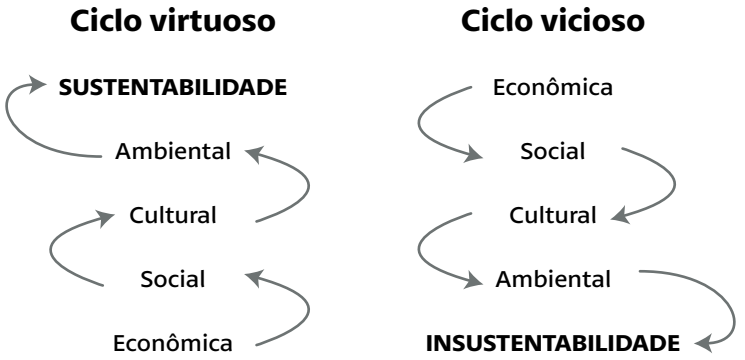


Figura 1.2 – Esquema dos ciclos virtuoso e vicioso.
Fonte: Capanema Álvares e Carsalade (2005).

Para a compreensão dos processos naturais e das questões sociais, culturais, econômicas e políticas, são necessárias igualmente a visão regional e a contextualização, permitindo a construção de contextos que favoreçam a diversidade dos estilos de vida e enfrentem as contradições do capitalismo e os conflitos entre a inovação e o estabelecido (Leite, 1994). Deve-se também considerar a evolução da paisagem urbana de forma equilibrada e orientada para a melhoria da qualidade de vida, com a renovação e a transformação acompanhando o desenvolvimento, sem predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos e sem o congelamento da vida (Castriota, 1999).

Faz-se fundamental repensar as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade, revendo as tradições da teoria social e política que fundaram as bases da modernidade. Nesse fulcro, os paradigmas rousseaunianos da subjetividade coletiva e concreta (contextualizada) deveriam prevalecer sobre os da subjetividade individual e abstrata (descontextualizada) (Sousa Santos, 1993), triunfando um novo paradigma inclusivo e democrático, dirigido por coletividades que incluem a cultura popular (Capanema Álvares, 2000), e uma economia alternativa baseada nos setores populares que fortaleça os vínculos e as capacidades, potencialize os recursos, a produtividade e a qualidade, e gere mais igualdade e solidariedade (Coraggio, 2000). De acordo com o autor, é preciso uma transformação estrutural, ética e moral; luta política e cultural; visão local e global; e colaboração das universidades e centros de pesquisas. Igualmente, Gonçalves nos exorta a rever o atual paradigma civilizatório (2008).

Sousa Santos e Rodriguez (2005) ressaltam o associativismo como teoria social que defende uma economia baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e criticam o Estado centralizador, assim como sugerem o cooperativismo como prática econômica que se constitui nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Singer (2000) defende a economia solidária e as formas das economias alternativas, em que empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão, cooperação e socialização dos meios de produção e distribuição, criariam redes de trocas e colaboração. O autor afirma que, para se compreender a economia de uma cidade, é necessário situá-la no contexto da sua rede urbana e que a localização de atividades produtivas no espaço precisa obedecer a critérios como isolamento de atividades poluidoras, preservação de áreas verdes e tráfego, sendo o planejamento das atividades de suma importância para a organização e resolução de problemas (Singer, 1978).

Acselrad e Leroy (1999), por meio da discussão do que produzir, para que e para quem, concluem que a diversidade na sociedade capitalista permite a afirmação de diferentes culturas e de suas relações com a natureza; logo, diferentes estratégias e propostas para o futuro, com foco na elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento, para que sujeitos sociais excluídos do modelo vigente possam ser incluídos. Sousa Santos e Rodriguez (2005) defendem como soluções a democracia participativa e o desenvolvimento alternativo, agentes transformadores para uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável, considerando sempre as escalas local, regional e global.

Ainda na busca de alternativas realistas, democráticas e justas para a melhoria da qualidade de vida, Loureiro (2014) sugere que as escolhas individuais estão calcadas em condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos e implicam consequências de ordem pública; estando a solução, assim, na arena pública, na prática política (como compreende Arendt) e na busca por relações econômicas mais igualitárias; para que haja democracia, cidadania e valorização da diversidade cultural e justiça social, é necessária a participação na política e o acesso justo ao que é socialmente produzido; por isso, são de extrema importância a organização coletiva e a atuação em arranjos (econômicos e culturais) alternativos.

Frente à problemática econômica contemporânea, Herculano (2013) sugere como solução o socialismo e sua economia de estoque, com destaque para o local, as liberdades individuais e a desmaterialização da economia, que realçam a economia criativa. Seria necessário gerenciar mudanças por meio da modelagem de cenários futuros, planejando com detalhes aspectos de um futuro a ser evitado e o de um futuro a ser concretizado, além da necessidade da atuação transetorial e do trabalho em conjunto para recompor a janela entre desigualdade social, deterioração urbana e degradação ambiental. De acordo com Acselrad (2013, p.

121), é fundamental o combate à desigualdade ambiental, através da resistência aos "mecanismos de acumulação por despossessão" – termo cunhado por David Harvey –, e aos "mecanismos inigualitários", por meio da "recuperação da política" como mecanismo de promoção da justiça.

Com uma visão da cultura como mediadora entre sociedade e natureza e como o "conjunto de valores, dos usos e das instituições", isto é, "o estilo de vida", Sachs (2000, p. 10) propõe o compartilhamento tecnológico com respeito sempre às culturas locais. Nesse âmbito, a interdisciplinaridade a partir da cultura também é defendida por Estanislau (1995), ao afirmar que a preservação cultural das espécies e das condições para o desenvolvimento da subjetividade será através da renovação política e do engajamento ético e analítico. Ab'Saber (1995) ressalta que o estímulo ao espírito crítico propicia a dinâmica e as transformações da vivência cultural nas cidades. Assim, o patrimônio cultural material e imaterial deve estar inserido no cotidiano das populações, servindo ao desenvolvimento econômico-social, fortalecendo a economia local, democratizando a distribuição de renda e aumentando postos de trabalho (Carsalade, 2002). Para que a dimensão cultural da sustentabilidade seja fortalecida, sua preservação deve ser assumida como atitude política, pois garante a compreensão da realidade e possibilita a transformação das atitudes e da ética para a busca de uma melhor qualidade de vida (Chuva, 2002). As políticas preservacionistas devem ser articuladas com as políticas públicas mais amplas para que a preservação e o desenvolvimento sejam compatíveis com a dinâmica real da cidade, focando sempre nos anseios dos habitantes locais (Castriota, 2003b).

Barreto (2000) salienta que o legado cultural e a tradição auxiliam na recuperação da memória e da identidade local, equilibrando a manutenção da cultura local com a incorporação dos avanços culturais globais; para que o patrimônio e o turismo que o sustenta e ao mesmo tempo ameaça

mantenham relação harmônica, é necessário haver planejamento, controle e replanejamento constantes (Barreto, 2000). Nesse ponto, Choay (2001) dá enfoque à conservação estratégica (controle dos fluxos de visitantes, dispositivos de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas) e à integração dos bens culturais à malha urbana.

As cidades sustentáveis deverão, assim, inserir-se, restaurar e dialogar com fenômenos urbanos e naturais e o desenvolvimento deverá ser ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais (Acselrad, 2000; 2001), caracterizando o "desenvolvimento sem adjetivos" já mencionado (Sachs, 2000, p. 8). Conclui-se, daí, que a sustentabilidade está profundamente vinculada ao equilíbrio da capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas da natureza e à mudança de comportamento dos seres humanos (Matos, 2014).

A sustentabilidade ambiental é influenciada por quatro pares de fatores em sua base: tecnologia/poluição, pobreza/concentração de riqueza, estilo de vida/consumismo e política/mercado. Sob essa perspectiva, Franco (2001) argumenta que ela se assenta em três princípios fundamentais: a conservação dos sistemas ecológicos, a garantia de sustentabilidade dos recursos renováveis e a manutenção das ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores. Portanto, a sustentabilidade apresenta, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, uma dimensão cultural e política, demandando participação democrática de todos nas tomadas de decisão.

Somarriba et al. (1984), por outro lado, acreditam que os movimentos sociais urbanos buscam o reconhecimento social do direito dos excluídos e a melhoria das condições de vida, e por isso são indispensáveis para repensar os paradigmas atuais. Caccia Bava (1994) destaca que são os atores sociais e políticos que redefinem as relações de poder, centralizam a questão social, reivindicam melhores condições

de vida, cidadania e direitos, em busca de um campo mais democrático e popular. Acselrad (2000) acrescenta que os movimentos alternativos seriam peças fundamentais para iniciar as mudanças de paradigma. Sob esse aspecto, a luta contra a desigualdade social deve realçar e manter as diferenças culturais (Gonçalves, 2008), visto que a cultura é capaz de gerar tanto a inclusão como a exclusão social (Meneses, 2006), assim como favorecer a manutenção da diversidade das temporalidades urbanas. É preciso valorizar a historicidade, as relações sociais e afetivas e as matrizes de valores em oposição a bens de valor intrinsecamente universais e fora de contexto (Meneses, 2006).

Lopes et al. (2010) e Castriota (2007) também defendem como caminhos para se atingir o campo social da sustentabilidade a participação, a democracia e a maior articulação entre os agentes de transformação da sociedade. Castriota (2007) ressalta a atuação do Estado em conjunto com outros atores para o desenvolvimento baseado no patrimônio, enquanto Lopes, Sachs e Dowbor (2010) afirmam que o desafio ambiental planetário requer ações colaborativas, tornando-se imperativa a perspectiva sistêmica e de longo prazo e os instrumentos de planejamento. Leite (1994) salienta o fato de esse planejamento ser um processo, e por isso adaptável às necessidades de mudanças. Nessa acepção, Capanema Álvares (1999) defende que o planejamento deve ser multidisciplinar, inclusivo e participativo. Outros fatores essenciais seriam: a promoção da generosidade e da solidariedade através do engajamento e da ação, a educação popular e humanista como prática para a conquista da liberdade (Freire, 2002) e a inclusão, nos programas de educação ambiental, das implicações sociais, econômicas, políticas e culturais para o planeta, pois o equilíbrio dessas dimensões é interrelacionado (Ferrari, 2002). Castriota (2003a) e Capanema Álvares e Menezes (2006) completam argumentando pela educação para o entendimento crítico, político e a transformação.

Somadas a isso, as estratégias para um ambiente propício à prática do ensino em instituições que busquem a sustentabilidade podem e devem ser adotadas, conforme Carsalade (2002), com base nos seguintes pontos: 1) a participação, garantindo o caráter ativo da aprendizagem, pressupondo o aprendiz como agente, e não como objeto da aprendizagem, como em Freire; 2) a contextualização, que define as estruturas de significado que intermediarão o ser e o mundo; e 3) o envolvimento na criação de um sistema de significados, em que o lado afetivo e o intelectual se unam, já que aprendemos com o que nos motiva e nos comove. Ferrari (2002) também destaca os processos educativos e culturais como elementos relevantes para o desenvolvimento humano. A autora cita os pilares da educação propostos pela UNESCO – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em sociedade e aprender a ser – e reforça a responsabilidade de abarcá-los nos programas de educação para conscientização da preservação da vida em todo o planeta, já que "o equilíbrio ecológico, cultural e social estão relacionados entre si e fazem parte de uma mesma realidade" (Ferrari, 2002, p. 110). A autora ressalta que museus, galerias de arte e centros culturais são espaços ideais para processos educativos, devendo haver parcerias destes com escolas.

Vainer (2003) destaca a importância que a articulação entre ensino, pesquisa e intervenção universitária, somada às reivindicações sociais, à capacidade de organização popular e às demandas ambientais, tem no desenvolvimento local. Também Gonçalves (2008) defende essa integração, demandando que cientistas, técnicos e filósofos tenham outra atitude, compartilhando e se integrando com a sociedade para superarmos a crise civilizatória.

Enfim, em concordância com Capanema Álvares e Carsalade (2005), que definem as dimensões da sustentabilidade a partir de Sachs (2000), Coraggio (2000), Acselrad (2000 e 2001), Santos e Campos (2003), Azevedo (1998),

Pearce (2001), Choay (2001), Beni (2002), entre outros, este trabalho considera as seguintes conceituações:

- Sustentabilidade social: a busca pela melhoria da qualidade de vida da população, da equidade na distribuição de renda e da diminuição das diferenças sociais, através da participação e organização popular, da promoção da capacidade de ação crítica e continuada para a inclusão coletiva nos processos de planejamento e de produção econômica e cultural, respeitando os valores sociais locais e o tecido social.

- Sustentabilidade econômica: a procura pela viabilidade das atividades econômicas e empresariais, juntamente com a satisfação da demanda social por bens de "ampliação"; o crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção e distribuição de riquezas sem comprometimento dos insumos.

- Sustentabilidade cultural: o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais; a manutenção da paisagem, da personalidade local e da cultura material e imaterial e o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial, privilegiando o habitante local.

- Sustentabilidade ambiental: concebida sob um desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais; a preservação da biodiversidade; a utilização racional dos recursos naturais e a conservação dos recursos a partir de uma perspectiva de longo prazo; uso de tecnologias limpas e de maior eficiência, com regras para uma adequada proteção ambiental; o equilíbrio de ecossistemas; e erradicação da pobreza e da exclusão, visando também a nossa geração e não somente as próximas.

Destaca-se que, para efeitos de enquadramento da reflexão sobre a aplicação do conceito de sustentabilidade integrada aos museus e ainda sobre o papel destes para um desenvolvimento sustentável, devem ser observadas as quatro dimensões da sustentabilidade, a organização estrutural local e as relações externas. Este sistema deverá funcionar de modo a integrar as dimensões, não permitindo a exclusão de nenhuma delas, e deverá ser ativado principalmente com a participação das pessoas, individualmente e/ou como membros de uma comunidade.

Em síntese, este trabalho conceberá a sustentabilidade integrada como a promoção da compaixão e da alteridade, do bem-estar coletivo, da vida, das etnias e das culturas, por meio da produção e distribuição de riquezas, fundada no modelo sociocultural e na preservação dos ecossistemas e do meio ambiente.

CAPÍTULO 2

Os museus e a sociedade

EM TERMOS GRAMATICAIS, A PALAVRA MUSEU é um substantivo e pode servir para nomear coisas, animais, pessoas, coletivos, lugares, instituições, sensações e mais. A rigor, é possível aplicá-la a um cão de estimação, depois de certo tempo de treinamento, com certeza, ele atenderá ao chamado. No entanto, para além de um nome, a palavra museu guarda em si um conjunto de significados e conceitos e, ao longo do tempo, foi adquirindo e acumulando sentidos variados, de tal modo que pode, ainda hoje, significar coletânea de poemas, mistura, miscelânea, mescla, coletivo, reunião, coleção.

Em termos mitológicos, é possível identificar, no mundo ocidental, pelo menos duas importantes referências para o vocábulo museu: a primeira é a que estabelece uma relação direta com o Templo das Musas, espaço sagrado onde eram celebradas as nove filhas de Mnemósine (a Deusa da Memória) e Zeus (o Senhor do Poder); e a segunda é a que institui relação direta com o poeta denominado Museu, filho de Orfeu e Selene.

Está colocado o desafio para a identificação de outras mitologias e epistemes que estabelecem relação com o passado, a memória e o tempo. Primeiro exemplo: a palavra *Sankofa*, originária do povo Akan (África Ocidental), frequentemente representada por um pássaro mítico e um coração estilizado, atualiza o sentido de busca do passado, do conhecimento, da sabedoria, da herança cultural dos ancestrais visando a construção de um futuro melhor. Segundo exemplo: a percepção de museu para três professores ticuna: 1. Liverino Otávio – "O Museu Magüta serve para guardar nosso futuro"; 2. Diodato Aiambo – "[O museu é] um lugar

de tudo; é um lugar para colorir o pensamento"; e 3. Orácio Ataíde – "Museu é o lugar que segura as coisas do mundo (Freire, 1993)".

Por esta vereda, compreende-se que os museus são, em simultâneo, lugares de memória (herança materna – matrimônio) e lugares de poder (herança paterna – patrimônio), mas onde há memória, há esquecimento e onde há poder, há resistência. Acrescente-se ainda que eles também são lugares de criatividade, sororidade, cumplicidade, solidariedade (herança fraterna – fratrimônio) e espaços de disputa, conflito, litígio. De outro modo: os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar o poder da memória (Chagas, 2002, p. 62) e, ainda, instituições produtoras de exclusão ou ferramentas que podem ser acionadas a favor de processos solidários.

As referências anteriores, ainda que singelas, favorecem o entendimento de que, quer como palavra, narrativa, conceito, processo ou instituição, os museus fazem parte do mundo contemporâneo, são construções sociais e é razoável compreendê-los também como construtores sociais. Em outras palavras: os museus, assim como as cidades, as linguagens e os processos de comunicação, não são apenas construções humanas, são também geradores de sentidos, experiências, conhecimentos e afetos, são determinantes e condicionantes da forma de ver e estar no mundo.

Ainda que o modelo clássico de museu – constituído pela trilogia: edifício palaciano, coleção e público – tenha origem na Europa, nos séculos XVII e XVIII, a necessidade museal – aqui compreendida como instância que articula, por intermédio da memória, o tangível e o intangível, o visível e o invisível, o passado e o presente, o presente e o futuro, o indivíduo e o coletivo e assim por diante – parece ser universal.

O modelo clássico acima referido pode ser observado nas trajetórias institucionais do Museu Ashmolean de Arte e Arqueologia da Universidade de Oxford, criado em 1683,

e do Museu do Louvre, inaugurado em 10 de agosto de 1793, após a Revolução Francesa de 1789 (Cândido, 2014).

Ainda que a abordagem da história dos museus no Brasil e no mundo não faça parte dos objetivos da presente publicação, até porque estes temas guardam um viés enciclopédico e estão fora do campo de interesse da atual pesquisa, convém registrar algumas informações importantes para a melhor compreensão do trabalho que aqui se apresenta.

O modelo clássico de museu chegou ao Brasil com o processo de colonização e na denominada modernidade. A transferência, em 1808, da família real de Portugal para o Brasil teve um impacto direto na vida social e na dinâmica cultural da colônia, atingindo de modo contundente o mundo dos museus. A criação do Museu Real, em 1818, posteriormente denominado de Museu Imperial e Museu Nacional, é um bom exemplo. Em 2018, durante as comemorações dos seus 200 anos, o Museu Nacional foi destruído por um incêndio.

Estes dois eventos, a criação e o incêndio do Museu Real/Museu Nacional, servem de mote para pensar o mundo dos museus.

Ainda que seja possível identificar na relação com o tempo três tipos de museus: museus que desejam a eternidade (museus nacionais, museus estatais, museus públicos), museus que se assumem como relâmpagos e efêmeros (museus acontecimentos, museus conceituais) e museus que não querem ser eternos nem efêmeros, querem apenas cumprir determinadas funções sociais (museus sociais, museus de favela, museus indígenas), convém deixar patente que todo e qualquer museu está submetido à finitude. Os museus – construções sociais – nascem, crescem, amadurecem e morrem.

A tipologia museal acima indicada, por mais simples que seja, permite identificar:

1. os museus que, por quererem apenas cumprir as suas funções, vivem mergulhados na vida social, vivem a vida comunitária com

intensidade, cumprem um papel diferenciado e servem à democracia e à cidadania cultural; enquadram-se nesta categoria o Museu da Maré (RJ), o Museu Vivo de São Bento (RJ), o Museu de Favela (RJ), o Museu Kanindé (CE), o Museu da Beira da Linha do Coque (PE), o Museu Jenipapo Kanindé (CE), o Museu Ticuna (AM), o Museu Wowkrig/do Sol Nascente (SP) e outros;

2. os museus relâmpagos, aqueles que se assumem como acontecimentos, como conceitos — aqui as referências artísticas são fundamentais, seja no cinema, no teatro ou nas artes visuais;[7] neste caso, vale também levar em conta as experiências do Museu do Nada[8] e do Museu do Cortejo[9];

3. os museus que, por mais frágeis que sejam, desejam a eternidade; independentemente de suas equipes, as suas finitudes estão expostas em praça pública, mas, ainda assim, eles querem ser eternos; enquadram-se nesta categoria o Museu Nacional (morto-vivo ou vivo-morto), o Museu Histórico Nacional, o Museu Imperial, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da Inconfidência e o Museu da República.

A morte dos museus é uma espécie de tema tabu que aguarda o enfrentamento e a abordagem criativa de novas pesquisas. De qualquer modo, para tratar do tema "museus e sociedade" no Brasil é importante considerar o período historicamente compreendido entre a criação do Museu Real (1818) e o incêndio do Museu Nacional (2018). Para uma melhor análise desse bicentenário, ainda que em *voo de pássaro*, vale levar

---

7 Ver o trabalho de Mabe Bethônico "museumuseu" apresentado na 27ª Bienal de São Paulo – https://www.ufmg.br/museumuseu/bienal/jornal/museumuseu.pdf.

8 Ver a publicação (dezembro de 2007) no blog OVERMUNDO, com chamada para o acontecimento do Museu do Nada (http://www.overmundo.com.br/agenda/museu-do-nada).

9 Disponível em https://www.semanticscholar.org/paper/Meta)Curadoria-em-processos-de-Museologia-Social-Queiroz/10cf1669622b08d2bd1b440f1ec4136aef53bde5. Acesso em: 08 jul. 2021.

em conta o Cadastro Nacional de Museus que nos permite construir a tabela abaixo, que se estrutura em três colunas: século ou décadas, número de museus por século ou décadas e percentual de museus criados por século ou décadas.

Ano de abertura ao público	Nº de museus	%
1800 a 1900	13	0,3%
1901 a 1910	9	0,2%
1911 a 1920	10	0,3%
1921 a 1930	10	0,3%
1931 a 1940	32	0,9%
1941 a 1950	36	1,0%
1951 a 1960	83	2,2%
1961 a 1970	130	3,5%
1971 a 1980	290	7,8%
1981 a 1990	456	12,2%
1991 a 2000	711	19,1%
2001 a 2010	882	23,6%
2011 a 2019	337	9,0%
Previsão de abertura em 2020	2	0,1%
Não informado	730	19,6%
TOTAL	3.731	100,0%

Fonte: Os autores, baseados em Museus em números. *Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.*

Importa registrar que estamos lidando com dados do Cadastro Nacional de Museus acessados em novembro de 2019, distribuídos por décadas e não por conjuntura histórica. O total de museus registrados até aquela data era de 3.731. Um estudo que se dedique a examinar as relações entre museu e sociedade a partir da análise das conjunturas e periodizações históricas republicanas ainda precisa ser feito; aqui estão incluídas sugestões para um estudo dessa natureza.

O exame da tabela acima indica que no século XIX foram criados no Brasil 13 museus.

Essa é uma informação importante e contribui para a desnaturalização da ideia de que o século XIX no Brasil tenha sido o século dos museus. Mesmo se passássemos a considerar os museus que nasceram e morreram no próprio século XIX (pesquisa que ainda não foi realizada) a situação não sofreria grandes alterações.

As três primeiras décadas do século XX apresentam um crescimento expressivo de museus e superam todo o século anterior. De modo objetivo: entre 1901 e 1930 foram criados no Brasil pelo menos 29 museus. Trata-se de número mais de duas vezes superior ao somatório de museus do século anterior.

A revolução de 1930, como se sabe, produziu impactos expressivos nas áreas do trabalho, da educação, da cultura, da arquitetura, do patrimônio e dos museus.

A observação da tabela indica que durante a denominada "Era Vargas" houve um crescimento expressivo dos museus no Brasil. Isso não significa, num plano geral, uma maior democratização dos museus, ainda que seja possível observar o surgimento de experiências diversificadas. Se considerarmos as três décadas seguintes ao ano de 1930 – o período entre 1931 e 1960 –, podemos constatar que foram criados pelo menos 151 museus, ou seja, mais de cinco vezes a soma dos museus das três décadas anteriores. Daí para frente a curva de crescimento dos museus no Brasil assume um caráter extraordinário e exponencial.

Nesse período é indispensável destacar a importância do trabalho de Nise da Silveira, com a criação do Museu de Imagens do Inconsciente, em 1952; de Darcy Ribeiro, com a criação do Museu do Índio, em 1953, e de Abdias do Nascimento, com a criação do Salão de Arte Negra (Concurso Cristo Negro) em 1955 e, posteriormente, do Museu de Arte Negra. Estas três referências são determinantes para a construção de uma nova museologia no Brasil que veio a explodir na viragem do século XX para o XXI. Trabalhar na década de 1950 afirmando positividades e lutando contra o

preconceito em relação aos doentes mentais, aos povos indígenas e às populações negras é inspirador.

Entre 1961 e 1990 foram criados 876 museus, mais de cinco vezes a soma das três décadas anteriores.

Está claro que no contexto destas três décadas desenrolou-se a ditadura militar no Brasil (1964-1985). A ditadura, que caçava direitos políticos, praticava tortura, perseguia cientistas e artistas, estimulava e alimentava a censura na imprensa, no teatro, no cinema e na música, era a mesma que apoiava a valorização da memória, do patrimônio cultural e dos museus; como se esses setores fossem constituídos por corpos dóceis, doces amigos da ditadura.

Não se pode negar a tendência à valorização dos corpos dóceis (Foucault, 1987) em conserva no âmbito dos museus e da museologia no período indicado. As comemorações do sesquicentenário da independência (Rei, 2019), realizadas pelo Museu Histórico Nacional são, nesse sentido, bons exemplos; mas também não se pode negar o exercício do avanço e da resistência. Instituições como o Arquivo Museu de Literatura Brasileira[10] (RJ) e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (SC) – ambos criados em 1972 –, além do Museu do Homem Americano (PI) e do Museu Afrobrasileiro (BA), cujas trajetórias remontam ao ano de 1973, constituem experiências museais ousadas e inovadoras.

Para além desses exemplos, é possível destacar também a militância e a dedicação consistente de Maurício Segall, na construção de experiências de gestão democrática e participativa à frente do Museu Lasar Segall, de Maria Célia Teixeira Moura Santos, no que tange a projetos inovadores de museu e educação, e de Waldisa Russio, na formação de profissionais de museus comprometidos com uma visão de mundo transformadora, comprometidos com a vida, com a

10 O Arquivo Museu nasceu de uma proposta de Carlos Drummond de Andrade e está vinculado à Fundação Casa de Rui Barbosa.

educação emancipadora e os direitos humanos. Tanto Maria Célia T. Moura Santos quanto Waldisa Russio dedicaram-se ao ensino, à pesquisa e à extensão e foram claramente inspiradas por Paulo Freire.

Na esfera internacional, o período acima indicado foi marcado por alterações que revolucionaram a museologia e marcaram o século XX. Destacam-se, por exemplo, entre os muitos acontecimentos, aqueles que produziram os seguintes documentos: a Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Oaxtepec (1984). Os documentos citados denunciam a normalidade repetitiva, a continuidade das posturas tradicionais de reprodução dos modelos de submissão à epistemologia museal europeia, e anunciam timidamente novas possibilidades teóricas e práticas.

Menos tímidos são os movimentos sociais que denunciam as ditaduras militares na América Latina; os jovens que, insatisfeitos com o sistema estabelecido e com as guerras, produziam novos modos de vida e novas formas de comportamento (Chagas e Gouveia, 2014). No período indicado surgem propostas museológicas inovadoras, nascidas da insatisfação de profissionais que buscavam transformações.

Nesse cenário de mudanças, é emblemática a publicação do livro *Os Museus no Mundo* com a entrevista de Hugues de Varine, favorecendo uma nova visão sobre os museus e a museologia. Esse conteúdo, que não era tratado nos cursos de formação profissional, materializava "a rebeldia, a inovação e a possibilidade de renovação do campo museal". O livro trata de tópicos polêmicos como: "Museu e sociedade", "Novas experiências", "Dimensão pedagógica do museu", "A projeção social do museu", "Tentativas de ruptura formal", "As relações público-museu", "Análise de um modelo de gestão: o Museu Antropológico do México" e o "Alcance das inovações" (Chagas e Gouveia, 2014, p. 12).

Na entrevista presente na obra, foi denunciada a colonização dos museus, que adotavam métodos impostos por

países europeus para suas análises, assim como foi criticada a estetização dos museus, a comercialização da cultura e o uso da expressão "animação cultural". Tais questionamentos, seguidos da apresentação de alternativas exemplificadas com experiências concretas, fomentaram, nos predispostos a atuar e a refletir por outros sertões e veredas, o desejo de de(s)colonizar o museu e o pensamento museológico.

Em 1984, após a publicação do citado livro, ocorreu uma reunião internacional que produziu um documento simples, objetivo e radical denominado Declaração de Quebec. Internacionalmente reconhecido, tal documento foi decisivo para a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (1984-1985), que, entre as décadas de 1980 e 1990, divulgou mundialmente os temas e problemas levantados (Chagas e Gouveia, 2014).

Nos anos 1980, no Brasil, o Programa Nacional de Museus deu partida à construção de uma política museológica que tinha o objetivo de revitalizar as instituições com o apoio do Sistema Nacional de Museus (Cândido, 2014). Além disso, houve um amplo movimento de debate, com a realização de seminários, encontros, cursos e exposições que passaram a tratar da redemocratização do país. É nesse contexto que ocorre a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Carta Magna, que teve início em 1987, veio a ser promulgada em 1988 e reconhecida como Constituição Cidadã. Nela a valorização da dimensão cultural é notável.

Durante o período de construção da nova Constituição foi criado o projeto Memória da Constituinte, que passou a reunir cartas, bilhetes, panfletos, manifestos, fotografias, gravuras, desenhos, charges, cartazes impressos, material artesanal, pinturas e mais. Trata-se de um material original e muito especial que foi incorporado ao acervo do Museu da República. Algumas pesquisas sobre esse acervo foram realizadas, mas há muita coisa por fazer.

Cabe ainda uma referência à gestão de Luiza Erundina na prefeitura da cidade de São Paulo (1989-1992), que contou com a participação de Paulo Freire, como secretário de Educação, e Marilena Chaui, como secretária de Cultura. A produção inovadora da gestão de Luiza Erundina no campo da Cultura, do Museu, do Patrimônio, do Arquivo e da Educação é ainda hoje inspiradora e aguarda estudos mais aprofundados. O conceito de cidadania cultural nos remete a Marilena Chaui. Pensar numa cidadania cultural implica a admissão de uma cultura da cidadania, reconhecendo que a cultura cidadã só é possível no contexto de uma democracia radical e concreta.

Voltando à análise da tabela anterior e, de modo especial, às décadas compreendidas entre 1991 e 2019, no período acima indicado foram criados 1.930 museus. Eis aí um dado surpreendente. De modo objetivo: as três últimas décadas, ainda sem a incorporação do ano de 2020, produziram no campo dos museus um crescimento de mais de 50% em relação a todo o período anterior. Trata-se de uma explosão museal. Observemos, no entanto, que a última década da tabela (2011-2019) registra uma tendência de queda.

De modo mais claro: ocorreu no campo dos museus um extraordinário crescimento entre as décadas de 1991-2000 e 2001-2010 e um decréscimo na década de 2011-2019. Aqui estamos diante de um problema mais complexo. Num primeiro momento, somos levados a considerar que a experiência democrática contribui para a produção e ampliação de novas experiências museais; mas, logo em seguida, impõem-se os dados da década de 2011 e 2019 (repita-se: sem as informações de 2020). O que estará acontecendo? Que refluxo é esse e o que significa?

Síntese provisória e primeiras hipóteses: a expansão do campo museal no início do século XXI foi notável; foram igualmente notáveis a diversidade de experiências museais (museodiversidade) e a tomada de consciência política. De modo explícito: o setor museal brasileiro expandiu-se, chegou às

universidades; programas de pós-graduação de áreas diversas passaram a tratar o museu como objeto de estudo. Além disso, existem hoje no Brasil quatorze cursos de graduação em Museologia, quatro de mestrado e um de doutorado. Em alguma medida, o campo museal brasileiro assumiu, nos últimos dezessete anos, a condição de protagonista e deixou de ser um corpo dócil. Caso isso seja verdade, o campo museal, na atualidade, assim como ocorre com a música, o teatro, o circo, a dança etc., passará a enfrentar novos desafios, entre os quais se incluem: a construção de políticas públicas a partir da sociedade, as tensões com os órgãos públicos mais ou menos favoráveis ao investimento na cultura, as tentativas e as ações concretas de monitoramento e censura e, é claro, ao contrário de tudo isso, a possibilidade de valorização dos museus por parte de comunidades populares e governos democráticos em suas diferentes esferas, esse é o coração da pesquisa que confere sentido ao presente livro. É possível supor que o refluxo acima mencionado seja decorrente da redução de investimentos no campo museal a partir de 2015,[11] com a desvalorização e o negacionismo em relação à arte, à filosofia, à ciência, à educação e à cultura nos governos que se instauraram durante e após o golpe finalizado em 2016.

Aqui está colocado um desafio de fundo, quiçá uma boa hipótese: em que medida a Política Nacional de Museus, considerada como política pública, se enraizou na sociedade brasileira e saiu da condição de uma política de governo e se firmou como política de Estado. A pesquisa de Cassia Rodrigues que estimulou a presente publicação segue por esse caminho.

Dialogando com as informações anteriores, registramos aspectos da pesquisa de Manuelina Cândido que indicam

11 Veja o demonstrativo do Ibram até 2015. Fonte: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Investimentos-no-Setor-Museal-2015.pdf. Acesso em: 22 mai 2021. E também: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/politica/1536097870_413822.html. Acesso em: 22 mai 2021.

que no decurso do século XX a espetacularização da cultura tem como fundamento o museu e "sua arquitetura inovadora e impactante" (Cândido, 2014, p. 41). Para a autora, a espetacularização não significa a transformação da prática museológica e, muito menos, uma nova *práxis* sobre a cidade. Os setores culturais passaram, segundo Manuelina Cândido, a ser geridos como empresas e a cultura, tratada como mercadoria; e os museus passaram a ser conhecidos por sua edificação ou pela assinatura do arquiteto, seguindo os pressupostos atuais adotados de maneira geral, como se discutiu no capítulo 1.

Já agora podemos complementar. Arquitetos comprometidos com o neoliberalismo e a reprodução da arquitetura do espetáculo nos museus tendem a não produzir novidades, querem ser protagonistas urbanos, ainda que sejam estações repetidoras; há mais novidade urbanística e arquitetônica no pequeno museu comunitário desenvolvido na cidade do Recife ou em Brasília, Belém, Fortaleza e João Pessoa, do que na construção de um museu espetacular na cidade do Rio de Janeiro.

A esse respeito vale retomar a entrevista concedida por Hugues de Varine a Mario Chagas (1995), publicada em 1996 nos *Cadernos de Sociomuseologia* (n. 5)[12] da ULHT e republicada em 2014 nos *Cadernos do Ceom*[13] (v. 27, n. 41). No final da referida entrevista Hugues de Varine faz a seguinte reflexão:

> Penso, pessoalmente, não como museólogo, mas como ator de desenvolvimento local e militante da ação comunitária, que o museu pode e deve escolher entre três formas principais: o **museu-espetáculo**, destinado a públicos cativos: turistas, meios cultos, escolares em grupos organizados e guiados. Esses museus

12 Ver https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/22. Acesso em: 22 mai 2021.

13 Ver file:///C:/Users/INFO/Desktop/2605-Texto%20do%20Artigo-9074-1-10-20141230.pdf

> serão cada vez maiores, cada vez mais dispendiosos, cada vez mais visitados, quer dizer "consumidos". Serão supermercados da cultura oficial. Ao final, serão todos parecidos; o **museu-coleção**, destinado às pesquisas avançadas, às produções complexas, a públicos mais ou menos especializados, para os quais a coleção é a primeira justificativa. Esses museus atrairão cada vez mais públicos "inteligentes", utilizarão métodos de comunicação sofisticados, abrir-se-ão tanto quanto possível às comunidades de geometrias diferentes. Serão todos únicos e criarão entre eles redes de cooperação análogas às redes universitárias atuais; o **museu-comunitário**, saído da sua comunidade e cobrindo o conjunto do seu território, com vocação global ou "integral", processo vivo que implica a população e não se preocupa com um público, que é ao mesmo tempo o centro e a periferia. A vida desses museus será curta ou longa, alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas etc.) no seu espírito ou na sua escrita (teoria).[14]

A citação é longa, mas é importante. Há pelo menos 25 anos Hugues de Varine desenhava um cenário que veio a explodir na atualidade. De outro modo: o museu-espetáculo, o museu-coleção e o museu-comunitário vivem, convivem e disputam a cena contemporânea. Ocorre que o museu-espetáculo é midiático, mesmo quando vazio de conteúdo, ele fala. Trata-se de um museu que fala, mesmo quando não tem o que falar. O museu-coleção, ainda que tenha conteúdo, opera, de um modo geral, desconectado da sociedade, o social não lhe interessa ou interessa muito pouco, ele tem pouca atenção para as questões sociais, o enfrentamento do racismo estrutural não está em seu horizonte. O museu-comunitário é o museu da escuta e da polifonia e, por isso, tem o que falar, tem raízes e trabalhos comunitários consequentes, ainda que nem sempre valorizados e visibilizados.

---

14 O grifo é nosso.

Trata-se de um museu conectado com lutas e demandas sociais diversificadas.

A experiência da pandemia provocada pela assim chamada Covid-19 teve impacto forte no mundo dos museus. Atentos para a arte do cuidado, comprometidos com a ideia de não contribuir para a disseminação da doença, os museus foram fechados. Ainda assim, nestes tempos pandêmicos, alguns museus e profissionais de museus seguiram tendo importância para as suas comunidades e foram chamados a contribuir de modo solidário com informações, conhecimentos, relações, alimentos, recursos financeiros, afetos e amizades. A pandemia colocou em evidência a experiência da solidariedade museal e a concretude da autogestão comunitária a partir de iniciativas culturais.

Voltando à tabela citada, a análise dos museus na república tem especial relevância. Vale destacar que, dos quatro museus que constituem o núcleo da presente pesquisa (Museu da Maré, Museu Vivo de São Bento, Museu Ciência e Vida e Museu de Arte do Rio), três foram criados na década de 2001 a 2010 – marco do ápice da criação de museus no Brasil –, o Museu da Maré (criado em 2006), o Museu Vivo de São Bento (reconhecido como tal em 2007) e o Museu Ciência e Vida (criado em 2010). O Museu de Arte do Rio foi criado em 2013, ano em que aconteceu, em maio, a 23ª Conferência Internacional de Museus do Icom e foi marcado pelas intensas e tensas manifestações populares de junho e julho.[15]

Três anos antes, em junho de 2010, foi realizado o Simpósio Internacional Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental que deu origem ao livro (com o mesmo nome) organizado por Claudia Storino, Denise Studart e Mario Chagas.

---

15 Vale a pena estudar a tese denominada "Museu-monstro: insumos para uma museologia da monstruosidade", defendida pelo professor Vladimir Sybilla Pires, em 2014, na UFRJ. Disponível em https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/841/1/Tese_Vladimir%20Sibylla_Final.pdf. Acesso em: 08 jul 2021.

Simpósio e livro possibilitaram a discussão do lugar dos museus frente a alguns desafios: o museu como mediador e difusor de conhecimentos; agente de cidadania (cultural e ambiental); promotor de fazeres e saberes de comunidades; âncora de visão integrada de sustentabilidade; estimulador de ações museais diversificadas e de criação de redes museais de parceria e solidariedade.

Diante de um contexto de crítica presente nos movimentos sociais dos anos 1960 (movimento estudantil, movimento negro, movimento feminista e movimento hippie), da experiência da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e das ditaduras militares na América Latina, jovens insatisfeitos com o sistema estabelecido e com as guerras produziam novos modos de vida e novas formas de comportamento (Chagas e Gouveia, 2014). A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) esboçou a ideia do museu integral, que transcende a concepção de museu, considerando a plenitude dos problemas da sociedade, além da relação homem/natureza. Nesse período, surgem propostas museológicas inovadoras nascidas da insatisfação de profissionais da área da museologia que buscavam transformações, tentando afirmar realidades diversificadas (Santos, 2002).

A polêmica entre os apoiadores da nova museologia e os defensores da museologia tradicional, clássica ou ortodoxa, marcou a primeira década após a Declaração de Quebec. Com o passar do tempo, alguns profissionais e instituições conservadoras passaram a inserir práticas e metodologias da denominada nova museologia, sem aderir aos seus compromissos éticos e políticos. Como consequência, "a expressão virou moda e perdeu potência" e alguns acadêmicos quiseram normatizar a nova museologia, definindo regras e fixando o que seria um novo museu, um ecomuseu, um museu comunitário ou um museu de território (Chagas e Gouveia, 2014).

Nos anos 1990, a denominada nova museologia passou por uma inflexão conceitual e prática. Embora alguns

autores indiquem a Declaração de Caracas (1992) como um marco especial, o seu encontro gerador não teve destaque conceitual e prático e não produziu qualquer mudança do panorama museal; o caráter neoliberal do encontro focava-se

> na gestão profissional, na legislação e na formação de lideranças voltadas para os museus, sem atentar para os processos de desenvolvimento social e sem considerar o protagonismo das comunidades e dos movimentos sociais (Chagas e Gouveia, 2014, p. 13).

Olhando por outro ângulo: a Eco-92 e o I Encontro Internacional, de Ecomuseus (1992) teriam sido, nesse sentido, mais significativos. Esse primeiro encontro de âmbito internacional além de reconhecer o Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, estimulou reuniões e outros processos museais e foi importante para a criação de um programa de intercâmbio entre Portugal e Brasil.

A nova museologia possui diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia crítica, museologia dialógica e outras. Essa pluralidade de denominações demonstra a capacidade de invenção daqueles que resistem às tentativas de normatização dos setores culturais e acadêmicos. Por estarem intimamente ligadas à vida, aos saberes e fazeres e às transformações sociais, essas experiências museológicas possuem a facilidade de se nomearem e renomearem e de se inventarem e reinventarem permanentemente. As expressões Museologia Social e sociomuseologia foram registradas oficialmente pela Ordem de Serviço nº 27/93, do Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG), em Lisboa, Portugal, e objetivava a criação de um Centro de Estudos de Sociomuseologia (CESM) (Chagas e Gouveia, 2014).

Seguindo por esse caminho, a Museologia Social pode ser compreendida como um esforço relevante de adequação das estruturas museológicas às circunstâncias da sociedade

contemporânea (Moutinho, 1993). Olhando por outro ângulo, pode-se considerar a Museologia Social como um movimento criativo e transformador, fundamentado no diálogo, ancorado em processos museais que valorizam a participação democrática e buscam o desenvolvimento social e a cidadania, através da utilização do patrimônio, do matrimônio[16] e do fratrimônio[17] cultural, aqui compreendido como herança materna.

No Brasil, a Museologia Social foi fortalecida no embate cotidiano e sistemático. As críticas acadêmicas, ainda que ligeiras, não foram poucas. Alguns professores, estudantes e pesquisadores adversos alegavam que "a Museologia Social não existe, pois toda museologia é social". Esse discurso procurava isentar os museus e a museologia do contexto histórico e político a partir da banalização do sentido do adjetivo social, pois o que distingue a Museologia Social é o seu compromisso ético, político, poético e pedagógico, e não o fato de existir em sociedade (Chagas e Gouveia, 2014).

A Museologia Social na perspectiva acima referida

> está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí o movimento LGBT, o MST e outros (Chagas e Gouveia, 2014, p. 17).

O tema expresso no título deste capítulo (museus e sociedade) nos possibilitou, em voo de pássaro, examinar a relação entre república e museu no Brasil. As reflexões aqui apresentadas querem apenas provocar e estimular novas e mais

16 Aqui compreendido como herança materna.

17 Aqui compreendido como herança fraterna.

aprofundadas reflexões. O tema do capítulo também nos remeteu aos debates e enfrentamentos realizados pela denominada Museologia Social.

A pesquisa aqui apresentada resulta de ampla atenção a quatro museus situados em dois municípios do estado do Rio de Janeiro (Duque de Caxias e Rio de Janeiro) e de investimentos concretos em procedimentos mais ou menos sintonizados com a Museologia Social, a educação ambiental, novas perspectivas do urbanismo e da arquitetura. Síntese provisória: a pesquisa favorece o entendimento de que há no Brasil um conjunto de museus que nasceram ancorados em comunidades populares e governos democráticos e que, ainda hoje, continuam operando, a favor da museodiversidade e de uma Política Nacional de Museus, compreendida e praticada como política pública de cultura.

CAPÍTULO 3

Aproximando os museus da sustentabilidade

ESTE CAPÍTULO TRATA DE AGRUPAR ARGUMENTOS rumo à sustentabilidade integrada; argumentos presentes na literatura museológica e ao que é defendido no âmbito da sustentabilidade em suas dimensões constituintes e, a partir daí, operacionalizar uma somatória visando criar um modelo de avaliação. Como as dimensões social, econômica, cultural e ambiental da sustentabilidade podem ser desenvolvidas no âmbito museal e como a organização, as estruturas do local e os vínculos externos influenciam nesse processo e na cidade são temas que merecem exame aprofundado.

Embora apresentados sob formato normativo, os caminhos aqui delineados não devem ser tomados como normas nem esgotam as possibilidades. O intento é um estudo propositivo para os museus, como agentes, aproximarem-se da sustentabilidade integrada. Compreende-se que é um passo inicial de uma longa e permanente jornada e que tal busca é dinâmica, variante, e necessita ser adaptada a cada realidade e contexto. Considerando que cada ação/atividade dos museus pode se enquadrar em mais de uma temática e irá influenciar todas as outras pela característica de ciclo que o fenômeno da sustentabilidade apresenta, não as categorizamos por pertencimento às suas dimensões, mas nos acercaremos dos argumentos segundo a proximidade de cada autor a uma ou mais dimensões.

Em âmbito geral, entende-se que os museus devem estar cientes de que suas atividades finalísticas – projetos

educativos, políticas de aquisição e conservação de acervos, exposições, cursos, palestras, ações, oficinas, feiras etc. – são de grande influência e eficiência; são instrumentos de notável utilidade para a superação de tabus, assim como para a abordagem de questões preteridas por determinados setores do poder público. Os museus estão desafiados a ir além de si mesmos e a assumir posições claras em espaços políticos e públicos a fim de ampliar sua atuação como representantes da sociedade e das relações socioambientais (Vieira, 2014; Loureiro, 2014). Explicar, educar, pesquisar, analisar e debater ativamente questões atuais (Savdra, 2014), promovendo uma reflexão crítica da realidade e de suas atividades condicionadas aos contextos históricos, culturais, econômicos e ecológicos e às consequências de viés público (Moutinho, 1993; Ab'Saber, 1995; Chuva, 2002; Capanema Álvares e Carsalade, 2005; Navarro, 2006; Loureiro, 2014; Chagas, 2014) fazem parte da arena e dos reptos museológicos contemporâneos.

Os museus ligados a instituições governamentais necessitam resgatar a dimensão pública do Estado (Lopes, Sachs e Dowbor, 2010) e, por esse caminho, planejar e 're-planejar' constantemente (Barreto, 2000), buscando a viabilidade econômica sem comprometimento dos recursos finitos e com redistribuição dos frutos do crescimento (Capanema Álvares e Carsalade, 2005), sabendo que os atuais modelos de crescimento são predatórios e destrutivos e que o desafio contemporâneo é encontrar alternativas para o modelo de crescimento desenvolvimentista adotado no universo capitalista.

Além de tudo o que foi dito, é indispensável que os museus e seus parceiros adotem como referência a renda básica e o direito à vida por meio da gestão econômica e do planejamento e enfrentem, entre outros, os seguintes desafios: reduzir a jornada de trabalho de seus funcionários, garantindo sua qualidade de vida; questionar a lógica dos sistemas tributários e a lógica orçamentária, e instigar e garantir o acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis, através da

capacitação e do exemplo dado (Lopes, Sachs e Dowbor, 2010); gerenciar e planejar mudanças administrativas; modelar e planejar cenários futuros; trabalhar e atuar de maneira conjunta e transetorial, através de parcerias com universidades (Jeckel-Neto, 2014), escolas (Ferrari, 2002) e pesquisadores, fomentando a interação do conhecimento científico com o saber popular, de modo a promover a produção de saberes (Sousa Santos, 1989; Ferreira, 2014), e também com órgãos públicos, empresas etc. (Herculano, 2013; Coraggio, 2000); compartilhar saberes e fazeres com a população e com a rede de instituições-pares no mundo (por meio de acesso e cursos digitais, por exemplo), de modo a absorver o progresso global, ao mesmo tempo em que realçam, mantêm e celebram a diversidade cultural (Sachs, 2000; Gonçalves, 2008), também advogada por Loureiro (2014); apropriar-se, no sentido amplo do termo, da ciência, da técnica e da filosofia por meio da integração com pensadores e profissionais diversos, estimulando que a sociedade também o faça de forma participativa; e lutar contra a desigualdade social (Gonçalves, 2008).

Trazendo o cerne do debate de Lopes, Sachs e Dowbor (2010) para nosso foco, argumentamos que o museu deve, por meio de exposições, pesquisas, cursos, palestras, debates e atividades educativo-culturais, promover, participar e garantir a maior articulação entre os agentes de transformação da sociedade, engajando-se; motivar, favorecer e facilitar a conscientização da população para uma mudança civilizatória e de comportamento individual (Coraggio, 2000; Chuva, 2002; Porto Gonçalves, 2008); para Leite (1994), a participação da população e da comunidade no cotidiano do museu é indispensável para a caracterização da sustentabilidade; por essa razão, a instituição precisa estar inserida no contexto do lugar, participando do dia a dia da população, atuando localmente e inteirando-se dos problemas e de questões naturais, culturais e sociais, promovendo encontros e exposições para oferecer a troca de informação e o conhecimento, celebrando as tradições, sem

negar as inovações. Mais especificamente, deve contar com ações ambientais e de preservação e divulgação da cultura, levantando questões políticas e éticas, com a participação da população do seu entorno (Estanislau, 1995; Chagas, 2014). Ainda pensando na população local e na preservação do meio ambiente e da diversidade cultural, cabe ao museu, em sua programação e no seu cotidiano, discutir e planejar o que produzir, para que e para quem, incentivar a cidadania e propor alternativas de desenvolvimento, e encorajar a inclusão de sujeitos sociais, através do emprego e do acesso à cultura e à educação (Acselrad e Leroy, 1999).

Suas atividades-fim devem fomentar a revisão dos paradigmas e as tradições da teoria social e política vigentes na sociedade (Sousa Santos, 1993), manter viva a cultura popular e ensejar a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia, sociedade, inclusão e direitos dos cidadãos (Capanema Álvares, 2000); e promover a educação humanista, a conscientização, a generosidade e a solidariedade (Freire, 2002). Promover a participação do público e da comunidade, garantindo o caráter ativo da aprendizagem, pressupondo o indivíduo como agente; articular a contextualização e o envolvimento do grande público com a comunidade, criando um sistema de significados que fazem a mediação entre o ser e o mundo e promovem a articulação entre o lado afetivo e o intelectual (Carsalade, 2002).

Suas atividades-meio devem buscar a acessibilidade dos ambientes e a participação da população nas tomadas de decisão e no dia a dia da instituição (Capanema Álvares, 2000), bem como promover seu engajamento em causas sustentáveis que contem com a participação da população (Freire, 2002); devem inseri-lo no cotidiano da comunidade, participando de maneira ativa dos seus anseios, trabalhando com seu acervo de problemas, servindo às conquistas sociais, fortalecendo a economia local, democratizando a distribuição de renda e aumentando postos de trabalho (Carsalade, 2002; Capanema Álvares e Carsalade, 2005).

Socialmente, Somarriba et al. (1984), Caccia Bava (1994) e Castriota (1999) concordam que as instituições devem se colocar como um novo ator social e político, participando das reivindicações e conquistas sociais para a melhoria das condições de vida da população do entorno (Chagas, 2014; Chuva 2002), bem como para a promoção da cidadania e dos direitos e para a defesa da democracia e do popular (Caccia Bava, 1994; Loureiro, 2014), participando e incentivando os movimentos sociais e o reconhecimento dos direitos dos excluídos (Somarriba et al., 1984). Já Coraggio (2000) advogaria pelo crescimento e pela satisfação da demanda social por bens de "ampliação" através da organização e participação em mutirões de limpeza, de trabalho, de educação, de capacitação etc., da oferta de material de reciclagem e sem uso para a economia alternativa; da participação ativa na política e na formação cultural da população, defendendo direitos e cobrando deveres, atingindo a esfera local com visibilidade global. Coraggio (2000), Singer (2000) e Loureiro (2014) fazem eco a Milton Santos (1979) quando pregam a formação e capacitação da população local e do pessoal da economia alternativa; a solicitação de insumos provenientes da economia alternativa e do mercado informal, e a disponibilização de material de reciclagem para estes atores; a exibição e comercialização de produtos provenientes da economia alternativa; além de informar, profissionalizar e inserir o pessoal do mercado informal, e ser cliente de organização financeira solidária (cooperativas, bancos solidários e outras iniciativas). Devem também oferecer cursos de autogestão; atuar ativamente na cooperação e na socialização dos meios de produção, criando, apoiando e participando das redes de trocas e colaboração da economia solidária (Singer, 2000; Loureiro, 2014). Os museus podem ter grande atuação na oferta de trabalho e produtos dos agentes do circuito inferior da economia no ciclo produtivo, integrando-os ao circuito superior e quebrando as barreiras entre os dois circuitos (Santos, 1979).

Considerando questões de poluição, transporte e custos de importação, é recomendável que o museu importe insumos de locais próximos; de igual modo, é importante que contrate trabalhadores do entorno, com folha de pagamento própria, e evite a terceirização. Seguindo por esta vereda, é compreensível que aos museus sejam encaminhadas as seguintes sugestões: abranger maior público, logo ser mais inclusivo, aumentando a interação entre as pessoas; ter em conta que os espaços museais devem ser projetados em perspectiva inclusiva, visando a acessibilidade cada vez mais ampla; estar implantado em local que possa ter área construída menor que a área permeável disponível e em local acessível (Castriota, 1999); impactar o mínimo no trânsito, na calçada e na paisagem urbana (Leite, 1994); inserir-se na paisagem da cidade de forma equilibrada e orientada, respeitando as diversas temporalidades urbanas (Menezes, 2006); privilegiar o bicicletário ao estacionamento; controlar a poluição sonora, do ar e visual; produzir o mínimo de lixo e sempre reciclar; tratar os resíduos sólidos e líquidos; organizar e participar de ações ambientais que incluam a população (Singer, 1978); propor e estimular a recomposição da janela entre desigualdade social, deterioração urbana e degradação ambiental, através de atividades e ações participativas; fomentar e atuar na economia de estoque, no destaque do local e na liberdade do indivíduo; e nutrir, participar e atuar na economia criativa (Herculano, 2013).

Síntese. É necessária a realização de atividades-fim (exposições, publicações, projetos educativos e culturais, pesquisas e ainda mais) que apresentem e discutam os problemas e as contradições da sociedade, assim como as contribuições culturais, econômicas e sociais das minorias; e de atividades-meio (administrativas e financeiras) que se baseiem na sustentabilidade. O museu deve se posicionar como mediador e agente difusor de conhecimento, da cidadania, dos direitos humanos e das preocupações ambientais, sociais e econômicas, adotando a visão integrada de

sustentabilidade. É indispensável que a gestão e o trabalho do museu se fundamentem no movimento de baixo para cima (*bottom-up*), com a participação ativa da comunidade/população, além do compromisso, do engajamento e da atuação em todas as dimensões; na acessibilidade, no uso de materiais sustentáveis e energia alternativa, na utilização racional dos recursos, na gestão de resíduos, no resgate da cultura comunitária em que está inserido, na valorização da diversidade, na capacitação, na promoção da qualidade de vida, no estímulo à economia alternativa e na divulgação de um novo paradigma, sempre privilegiando a população local e a participação dos cidadãos no cotidiano, de maneira a completar o ciclo virtuoso da sustentabilidade.

Segundo os autores mais ligados aos aspectos museológicos e socioculturais, o museu deve ser dinâmico e adaptável, sendo capaz de entender seu contexto e buscar soluções para desafios, principalmente aqueles comunitários (Santos, 2002; Correia, 2006); produzir e difundir o conhecimento, contando sempre com a participação da comunidade para gerar trocas; e participar/mediar ativamente a comunicação instituição-comunidade, parceiros-instituição, comunidade-parceiros etc. (Castriota, 2007; Rangel 2014). Seguindo por esse caminho, é possível compreender a importância dos museus no que se refere à criação e à inovação, utilizando a memória como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais (Chagas, 2002), bem como a sua valorização como instituição inclusiva e engajada (Correia, 2006; Farrington, 2010; Brito e Mansur, 2014) ao promover o entendimento do passado, auxiliar a configuração do presente (a partir da assimilação e da discussão de questões atuais) e incrementar o planejamento do futuro por meio do diálogo, e celebrar as diversidades intelectual, cultural e social, assumindo sua responsabilidade social (Scheiner, 2014); além de tudo isso, os museus precisam adotar uma abordagem multidisciplinar, problematizando e se envolvendo em diversas questões; impulsionar o

(des)envolvimento (Morin, 2020) sustentável e estar sempre a serviço da humanidade (Moutinho, 2014; Correia, 2006).

Para Moura Santos (2002), o museu deve também desenvolver o entendimento da relação homem-natureza e celebrar a existência de diferentes contextos e do patrimônio cultural a serviço da cidadania e do desenvolvimento social. Varine (2013) enfatiza o museu como instrumento e recurso para o desenvolvimento, expressando as vontades e anseios da comunidade e promovendo a sustentabilidade através do patrimônio e da participação efetiva da comunidade, aspecto também defendido por Correia (2006), Farrington (2010), Bittencourt e Morigi (2013) e Brito e Mansur (2014).

A instituição museal precisa pesquisar, interpretar e promover elementos com valor cultural, artístico, histórico, técnico, científico e ambiental (Delphim, 2014) a fim de conservar e preservar o patrimônio material e imaterial; apresentar e debater assuntos relacionados à vida cotidiana e ao futuro da sociedade; servir de inspiração e exemplo (Jeckel-Neto, 2014; Mendes, 2010) conscientizando criticamente seu público e assumindo papel ativo na mudança de comportamento, ou seja, atuar como instituição de educação pública (Farrington, 2010); adotar o Plano Museológico, a Prática de Gestão, a Política Nacional de Museus e engajar-se na resolução de problemas ambientais por meio de programas temáticos (Bittencourt e Morigi, 2013; Ferrari, 2002).

Ao apresentar à coletividade sua história e sua cultura, ao promover ações de valorização da comunidade e preservação do seu patrimônio cultural, e ao colocar a população local em contato com sua própria história, suas tradições e valores, o museu contribui para que a comunidade tome consciência de sua própria identidade, que pode ter sido escamoteada por razões de ordem histórica, social e racial (Brito e Mansur, 2014). Para Chagas e Gouveia (2014), o museu deve ter empenho social e compromisso ético assumidos; motivar e atuar na redução das injustiças e das desigualdades sociais, bem como no

fortalecimento da dignidade e da coesão social; e combater os preconceitos.

A partir de Castriota (2007), o museu deve buscar o desenvolvimento baseado no patrimônio e promover um discurso de "sustentabilidade urbana" que não foque somente em aspectos funcionais e econômicos, mas também em aspectos sociais, culturais e ambientais, de forma a promover a inclusão (Castriota, 2003a; Menezes, 2006; Cavalcanti, 2014) e combater a segregação social e territorial; além disso, almeja-se que o museu busque articular as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas, promovendo a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade (Castriota 1999), e focar seu trabalho sempre nos anseios dos habitantes locais (Choay, 2001), e não em interesses externos à comunidade (Castriota, 2003b). Suas ações devem desconsiderar o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos, sem congelar a vida econômica local (Castriota, 1999).

Como propulsor do turismo, o museu deve incorporar os avanços culturais globais, sem perder a identidade local, promovendo, divulgando e celebrando as tradições e o legado cultural da comunidade; e garantir que o patrimônio/museu e o turismo mantenham uma relação harmônica e de respeito entre si e com o habitante local (Barreto, 2000). O reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social em todas as suas atividades é de suma importância para conjugar e difundir o conhecimento.

Os autores mais próximos da temática ambiental, por sua vez, advogam a participação ativa da comunidade e o engajamento dos museus na busca por biodiversidade (Massarani et al., 2014), sustentabilidade, diversidade, transparência e aprendizagem crítica (Matos, 2014), com inovação e prazer para o reconhecimento do patrimônio natural (Studart, 2009) e o empoderamento da comunidade (Cavalcanti, 2014). Chamam também a atenção para outros conteúdos

importantes, como o equilíbrio da capacidade de recomposição e a regeneração dos ecossistemas (Matos, 2014).

Ainda no sentido da conscientização ambiental dos visitantes, o museu precisa conservar e estimular a conservação dos sistemas ecológicos, a limpeza de corpos hídricos, a conscientização sobre a questão do lixo, sua reciclagem e sua coleta, o replantio de árvores, o tratamento de resíduos, o uso de recursos renováveis (Franco, 2001) e de energias alternativas (Mendes, 2010); observar a capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores, controlando fluxos em áreas de proteção (Franco, 2001) e de bens tombados (Choay, 2001); dialogar com fenômenos urbanos e naturais por meio do equilíbrio e do respeito aos biomas e culturas e da conscientização das gerações atuais (Acselrad, 2000; 2001), informando a população sobre como lidar com os processos naturais (Leite, 1994); utilizar a conservação estratégica por intermédio de medidas pedagógicas e políticas urbanas, e integrar os bens culturais à malha urbana ou aos biomas a que pertencem, através do uso compatível e do relacionamento ativo museu-cidadãos-comunidade (Choay, 2001).

Configuração da pesquisa: da literatura à validação de um modelo

Em linhas gerais, podemos dizer que a configuração das ideias desta pesquisa utilizou o método dedutivo, com base no aporte teórico e conceitual, para a formulação de uma hipótese de trabalho e de um modelo de análise que guiaram a aplicação de formulários e a observação participante. Uma vez testado em campo, o modelo permitiu derivar conclusões e teorizar sobre a hipótese de trabalho, buscando explicações para os acontecimentos e as posturas dos museus estudados.

Considerando dois movimentos da museologia contemporânea, um mais alternativo e "de perspectiva libertária" (Chagas e Gouveia, 2014, p. 17), intitulado Museologia Social, e outro fundado no *continuum* entre a Museologia Social e

a Tradicional (mais clássica e conservadora), aqui denominado Museologia do Espetáculo, a hipótese geral testada neste estudo foi: *Quanto mais a Museologia Social é adotada, mais o museu apresenta aspectos e ações rumo à sustentabilidade integrada, conforme definida neste trabalho.*

A pesquisa bibliográfica e documental[18] e a argumentação dos autores sobre a sustentabilidade e sobre o papel do museu na sociedade permitiram a montagem de um quadro analítico com 245 variáveis, mencionadas na seção anterior e sintetizadas, em função da proximidade lógica e da viabilidade de tempo e recursos para o trabalho de campo, em 44 novas variáveis, apresentadas no Anexo 1 – Modelo de sustentabilidade integrada museal. As variáveis cobrem os principais pontos abordados pela revisão bibliográfica e documental: objetivo de criação do museu (missão) e sua utilidade prioritária e política; postura/discurso do museu; atividades desenvolvidas; participação e organização da comunidade; trabalho focado na comunidade; ser exemplo; representação da sociedade e da cultura locais; promoção do espírito crítico; promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular; engajamento em movimentos sociais; envolvimento em questões atuais; transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização; engajamento social; engajamento político; engajamento econômico; engajamento cultural; engajamento ambiental; desenvolvimento local; preservação ambiental; promoção da generosidade e da solidariedade; promoção da educação humanista; planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo; inserção na rede urbana (exportação e importação de insumos, resíduos e de cultura); impacto das atividades; plano museológico; programas socioambientais; não comprometimento dos

18 Baseada na lista de referências bibliográficas e em dados, declarações sobre a missão das instituições e listagens disponíveis no site do Ibram, sites das próprias instituições museológicas, artigos científicos e entrevistas com professores e/ou museólogos.

recursos; utilização de tecnologias limpas e de maior eficiência; ocupação/implantação do museu; área de atuação do museu; enfrentamento de contradições; possibilidades de criar e de inovar; contextualização em seu meio; conservação estratégica; integração dos bens culturais à malha urbana; respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais; redução das injustiças; redução das desigualdades sociais; combate ao preconceito; melhora da qualidade de vida coletiva; resgate da autoestima da comunidade; valorização do patrimônio natural e cultural; e atuação transetorial. O modelo de 44 variáveis foi operacionalizado em perguntas abertas e fechadas; estabeleceu-se quais seriam os instrumentos adequados para sua observação e quais seriam as hipóteses/respostas ideais para especificar as ações e atitudes do museu, de modo a se aproximar da sustentabilidade, também apresentados no Anexo 1. Sublinha-se, novamente, que este modelo não pretende ditar verdades absolutas, e sim sugerir possíveis caminhos.

O universo de estudo escolhido, considerando o senso comum na área museológica e o contexto social típico de uma grande metrópole para que a pesquisa possuísse poder de generalização e fidedignidade, foi a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

A RMRJ foi instituída pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 (CEPERJ, 2014), e é hoje composta pelos municípios de Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. De acordo com o IBGE, apresentava em 2010 uma população de mais de 11,8 milhões de habitantes, ocupando a posição de segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20º maior do mundo.

Para a pesquisa empírica e considerada a viabilidade do estudo, estabeleceu-se o número de quatro exemplares

correspondentes aos movimentos da museologia contemporânea, sendo dois representantes da Museologia do Espetáculo e dois da Museologia Social. Para essa seleção, cinco aspectos foram avaliados: a contemporaneidade do museu, destacando museus que se formaram recentemente; a contextualização do lugar e sua centralidade na RMRJ; a participação do museu no Cadastro Nacional de Museus (CNM), e portanto assessoria do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); a citação em bibliografia, assegurando que a comunidade acadêmica e científica reconhece o museu; as diferentes formas de organização de um mesmo movimento museal e a opinião de pesquisadores museólogos. Este breve processo de seleção abarcou também, a partir de visitas aos sítios eletrônicos das instituições, o histórico e as práticas de museus mais proeminentes em ambas as correntes museais, os quais evidenciavam posturas mais próximas da Museologia do Espetáculo ou da Museologia Social.

Foram então escolhidos dois museus no Rio de Janeiro e dois em Duque de Caxias; em ambos os casos, um mais central e um mais periférico, um mais tradicional e um mais afeito à nova museologia. No município do Rio de Janeiro, foram estudados o Museu da Maré, representando o museu comunitário da Museologia Social, e o Museu de Arte do Rio (MAR), como museu de arte da Museologia do Espetáculo. Já no município de Duque de Caxias, os exemplares pesquisados foram o Museu Vivo do São Bento, retratando o museu vivo, museu de território ou museu de percurso da Museologia Social; e o Museu Ciência e Vida, correspondendo ao museu de ciência da Museologia do Espetáculo.

O quadro de variáveis sintetizadas (Anexo 1) foi desdobrado em um formulário majoritariamente composto por perguntas fechadas para aplicação aos visitantes, um formulário semiestruturado para entrevistas com os funcionários das instituições, garantindo uma maior flexibilidade e adaptação durante a obtenção de informações, e um quadro

de variáveis a serem observadas diretamente. Foram aplicados 400 formulários a 100 visitantes de cada museu – em dias e horários o mais variados possível, abordando indistintamente todos os adultos egressos da visitação – para validação do modelo de análise e testagem da hipótese de trabalho a um intervalo de confiança de 95% (Wonnacott, 1990). A pesquisa quantitativa foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2015, com uma particularidade: a pesquisa no Museu Vivo de São Bento teve que ocorrer em dias intercalados e espaçados devido ao fato de o museu ter a maioria das visitas realizada por grupos e turmas de crianças e pré-adolescentes de diferentes instituições educacionais, perfil diferente do desejado para as entrevistas.

Durante o mesmo período de três meses foram feitas entrevistas em profundidade com administradores e funcionários, coleta e análise de documentos e observações das atividades cotidianas, dos comportamentos e da disposição dos espaços e fluxos, anotadas em caderno de campo. A entrevista no Museu da Maré aconteceu no dia 29 de outubro de 2015, com a coordenadora Cláudia Rose Ribeiro da Silva. No Museu Ciência e Vida, foi realizada nos dias 27 de outubro e 30 de novembro de 2015, com Denilson B. Esposito, coordenador de infraestrutura. No MAR, ocorreu em 22 de outubro de 2015, com a gerente administrativa-operacional Roberta Kfuri Pacheco, e em 18 de novembro de 2015, com a gerente de conteúdo, Clarissa Diniz. No Museu Vivo do São Bento, a entrevista foi efetuada no dia 1º de dezembro de 2015, com os membros da diretoria Marlucia Santos Souza e Paulo Pedro da Silva. Nesses dias foram observados, tanto durante a entrevista quanto pela observação, a rotina da instituição, como são realizadas as tomadas de decisão, as relações interpessoais, a utilização de tecnologias, os usos dos espaços, os programas oferecidos, o trato com o público e com o ambiente, a proatividade/envolvimento com as questões comunitárias, o engajamento e o posicionamento das entidades por meio de seus coordenadores.

Posteriormente, os dados quantitativos foram trabalhados no programa de análise SPSS 20 – Estatísticas Descritivas e cotejados/contextualizados com base na observação participante e nas entrevistas qualitativas. A pesquisa empírica confrontou o discurso (das missões em sites e das entrevistas de fundo) com a prática (a documentação, os formulários e os relatórios de campo), para explorar as ações sustentáveis praticadas e, ainda, comparar e sugerir quais museus e, portanto, qual movimento da museologia contemporânea estão mais próximos da sustentabilidade integrada, e enfim corroborar ou rejeitar a hipótese de trabalho. O encontro das técnicas, também conhecido como microdemografia, possibilitou uma leitura quali-quantitativa participante, ou seja, que reconhece a subjetividade e o envolvimento dos pesquisadores no resultado final. Os dados estatísticos e as informações constantes nesta pesquisa foram recolhidos e registrados nos mesmos dias das aplicações de formulários e nos dias das entrevistas com as gerências dos museus.

Primeiras notas sobre os museus estudados

Os primeiros contatos com os museus selecionados para realização deste trabalho deram-se no início de agosto de 2015. Imediatamente foram observadas algumas diferenças na forma de recebimento do pedido de realização da pesquisa, das entrevistas e quanto ao processo de autorização. No Museu da Maré e no Museu Vivo do São Bento as respostas de aceite foram quase instantâneas. No primeiro, foi somente requerida uma breve conversa de apresentação da pesquisa e do formulário de perguntas que seria destinado ao público visitante, para que os coordenadores tomassem maior conhecimento da pesquisa. Já no segundo, ainda no primeiro encontro foi entregue à pesquisadora um grande volume de material e de dados da administração da instituição, o que foi muito útil para posterior análise dos dados. Tendo um processo um pouco mais burocrático, a administração do Museu

Ciência e Vida solicitou, para liberar a autorização, o envio (via endereço eletrônico – e-mail) de ofício explicando o projeto, para que a diretora avaliasse o melhor encaminhamento e a viabilidade da pesquisa. Após a permissão concedida, foi solicitada uma primeira conversa, anteriormente ao início do trabalho de campo, para as devidas apresentações. O procedimento foi acelerado, porém não tão imediato quanto nos dois primeiros museus mencionados. Um processo de autorização mais formal, burocrático e moroso foi necessário para a liberação de pesquisa no Museu de Arte do Rio (MAR): O primeiro contato via e-mail teve como resposta instruções sobre o processo de solicitação de pesquisa, constando de envio, por e-mail, de documentos devidamente carimbados pela diretoria da instituição de ensino de pós-graduação da qual a pesquisadora fazia parte ao setor de Educação do MAR: 1) ofício de apresentação do projeto, com objetivos, justificativas, metodologia, cronograma e resultados esperados; 2) carta de apresentação do pesquisador, informando o que e como pretendia proceder com a pesquisa no museu, quais os resultados esperados e como imagina devolutivas ao museu; e 3) carta do orientador da pesquisa, apresentando o pesquisador e a pesquisa. Posteriormente à análise da documentação, foi requisitado o preenchimento e o envio (via e-mail) de um termo de compromisso, para que, assim, fossem disponibilizadas as instruções para o acesso e o desenvolvimento da pesquisa no museu. Com todas as etapas cumpridas, foi deferido o pedido de estudo do MAR.

Vale ressaltar que em todos os museus a pesquisadora foi muito bem recebida pelos membros da equipe, que se mostraram prestativos e atenciosos, buscando sempre a solução para as questões levantadas e para o sucesso do trabalho.

A maioria dos formulários foi aplicada a visitantes em grupos formados por estudantes universitários, de escolas particulares ou da rede pública de ensino, ou por adultos de organizações diversas e turistas – sempre com agendamento prévio. O fenômeno da contaminação não foi observado em

campo, com visitantes de um mesmo grupo fornecendo respostas bastante díspares de seus colegas. Somente no Museu de Arte do Rio (MAR) os formulários foram aplicados ao público espontâneo e não se destinaram a grupos de visita, por motivo de não concordância da instituição com a pesquisadora. Quanto ao local de realização da pesquisa dentro das instituições, os museus permitiram o livre acesso da pesquisadora a todas as áreas das edificações durante todas as fases da pesquisa, fornecendo a assistência necessária quando pleiteada, à exceção do Museu de Arte do Rio – que designou um espaço para a abordagem do público durante a aplicação dos formulários e um funcionário para o acompanhamento do acesso aos locais de serviço do museu.

CAPÍTULO 4

A Museologia do Espetáculo no Rio de Janeiro

O MUSEU DE ARTE DO RIO foi inaugurado em 2013 com caráter central tanto espacial quanto politicamente no projeto de cidade que se colocava à época, sendo registrado no Cadastro Nacional de Museus (CNM) desde sua inauguração; tem como missão "desenvolver um espaço onde o Rio se encontra e se reinventa através do conhecimento da arte e da experiência do olhar",[19] procurando impulsionar e divulgar o conhecimento da história da cidade, do seu tecido social, de sua vivência, dos conflitos, das contradições, dos desafios e das expectativas sociais, culminando na formação emancipatória da cidadania.[20] "O museu surge também com a missão de inscrever a arte no ensino público, por meio da Escola do Olhar".[21] Seu realce como âncora da melhoria urbanística e como marco na região do Porto do Rio de Janeiro, foco do Megaprojeto Porto Maravilha (Lodi, 2010; Rodrigues, 2013; Vianna, 2014), bem como sua busca para se estabelecer como referência na construção de edifícios sustentáveis – é o primeiro museu da América Latina a possuir uma Certificação LEED[22] (categoria Silver) – na cidade e no Brasil (Lodi, 2010) o

19 Site do Museu de Arte do Rio, disponível em http://museudeartedorio.org.br/o-mar. Acesso em: 10 jul 2015.

20 Idem.

21 Idem.

22 Certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é um selo verde técnico, criado em 2000, pelo Conselho de Construcao Sustentável (USGBC) dos EUA. O

colocam como exemplar próximo do espetáculo. Cumpre os requisitos metodológicos para inclusão na pesquisa.

O Museu Ciência e Vida, estabelecido no centro do município de Duque de Caxias, foi inaugurado em 2010 e se pauta na disseminação de questões relativas à ciência e à vida cotidiana para desenvolver sua missão, introduzindo e democratizando a informação, o conhecimento e a cultura, comprometendo-se com a mudança social (Coutinho et al., 2014). Nesse contexto, busca tornar acessíveis temas atuais, como sustentabilidade, ciências, natureza, o modo de vida, entre outros, bem como auxiliar na mudança de paradigmas, através de atividades que possibilitem a participação crítica e consciente do público (Coutinho et al., 2014). Por ser reputado como "o primeiro museu de ciência e tecnologia da Baixada Fluminense" (Silva et al., 2015, p. 18), por apresentar arquitetura descontextualizada da realidade local e localização central e por concentrar-se em grandes exposições e coleções, vem tornando-se referência em ciência, tecnologia e educação na região (Coutinho et al., 2014) e pode ser interpretado como afeito ao espetáculo; está registrado no CNM e é citado por diferentes autores (Coutinho et al., 2014; Vieira et al., 2014; Silva et al., 2015). Cumpre igualmente os requisitos metodológicos.

---

certificado indica e confirma o compromisso de uma edificação com os princípios de uma construção civil sustentável (no período antes, durante e depois das obras). O processo de certificação do selo, que é realizado através da soma de pontos, considera os seguintes quesitos: uso racional da água; eficiência energética; redução, reutilização e reciclagem de materiais e recursos; qualidade dos ambientes internos da edificação; espaço sustentável; inovação e tecnologia; e atendimento de necessidades locais. São quatro tipos de categorias existentes para o selo: LEED, certificando que o empreendimento obteve mais de 40 pontos; LEED Silver, para empreendimentos com mais de 50 pontos; LEED Gold, para empreendimentos com mais de 60; e LEED Platinum, para empreendimentos que conquistaram mais de 80 pontos. Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/certificacao-leed-o-que-e-como-funciona-o-que-representa-construcao-sustentavel-675353.shtml. Acesso em: 28 fev. 2016. Esta fonte não está mais disponível e suas informações só podem ser obtidas por membros de instituições mediante pagamento.

Museu de Arte do Rio – MAR

Com o trabalho direcionado para as artes e a cultura visual, o Museu de Arte do Rio (MAR) se propõe a "mostrar e discutir o Rio de Janeiro como experiência singular e em sua complexidade cultural; e trabalhar a integração entre arte e educação de maneira indissociável" (Relatório de Gestão do MAR, 2013, p. 8).[23] É um museu público planejado e construído por meio da parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho e primeiro equipamento público do município a ser gerido por uma Organização Social (OS), o Instituto Odeon, que teve o *status* de OS outorgado em 2012 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Assim, nesse mesmo ano, a OS pôde participar do processo de concorrência para a gestão do MAR. A escolha realizou-se por meio de edital público e "a parceria foi formalizada em contrato de gestão com a Secretaria Municipal de Cultura. O acordo [era] válido por dois anos, prorrogáveis por mais dois anos e, depois, por mais um ano" (Relatório de Gestão do MAR, 2014, p. 24). Esse contrato determina as metas e os indicadores a serem alcançados e monitorados pelo Instituto Odeon e estabelece as normas que orientam o vínculo. A mediação dos pagamentos é feita pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), que coordena a operação Porto Maravilha, e o poder público controla e avalia o desempenho do trabalho. Vale ressaltar que a OS participou desde o início da concepção do museu e auxiliou na formatação e na estruturação do modelo de gestão, estabeleceu processos de operação e gestão do espaço e realizou a contratação e o treinamento das equipes encarregadas das atividades do museu.

---

23 Disponível em: https://museudeartedorio.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_mar_web.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.



Figura 4.1 – Localização do Museu de Arte do Rio e indicação dos pontos de transporte. Fonte: Google Maps em novembro de 2015.



Figura 4.2 – Praça Mauá após revitalização com o MAR ao fundo. Fonte: os autores.

O MAR está localizado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro – que sofreu intensa reestruturação urbana para as Olimpíadas de 2016; terminadas as obras, foram colocadas inúmeras placas de sinalização nas vias da cidade

e do entorno,[24] facilitando o acesso. Está próximo de diversas linhas de ônibus, VLT, do metrô e das barcas. Seu entorno tem atraído muitas pessoas, principalmente turistas brasileiros e estrangeiros, por se tratar de um espaço urbano antes abandonado e agora revitalizado, bem como amplamente divulgado para fins de atração turística.

A área onde o museu está implantado, em dois edifícios integrados, é de aproximadamente 15 mil metros quadrados. Um dos edifícios é modernista, erguido em 1940 para abrigar o Hospital da Polícia Civil, mas era ocupado por uma antiga rodoviária; hoje ali funciona a Escola do Olhar, um "espaço aberto aos visitantes, onde são realizadas as atividades da programação cultural e do programa de educação" (Relatório de Gestão do MAR, 2014, p. 20). A outra edificação é o Palacete Dom João VI, construído em 1916, que abriga os pavilhões de exposição.

Análises segundo o modelo

A pesquisa quantitativa revelou que a maioria dos entrevistados (69%) no MAR reside na cidade do Rio de Janeiro – sendo 4% no entorno e 4% em bairros próximos ao museu. Logo, é notável sua influência sobre os cariocas, com outros 22% vindos do estado ou do país e somente 9% de outros países.

Foi encontrada correlação entre o local de moradia do entrevistado e a frequência de visitação ao museu, demonstrando que os visitantes que residem mais perto do museu retornam mais constantemente. Sessenta por cento dos entrevistados afirmaram estar visitando o museu pela primeira vez, revelando a capacidade de atração de novos visitantes para a instituição de recente inauguração; outros 19%

24 Cabe mencionar que, devido às reformas na área e às constantes alterações de fluxo de veículos e de direções de vias que estavam acontecendo no período da pesquisa, não foi possível documentar esse fato, pois a sinalização do local está em permanente mudança.

dos entrevistados afirmaram frequentar o museu em média uma vez ao ano, 18% relataram uma média mensal de visitas e 3% disseram visitá-lo semanalmente.

Quanto à facilidade de entrada nas instituições, nenhum dos entrevistados declarou ter enfrentado fila para entrar no museu e, quando perguntados se tinham conhecimento do motivo da criação do MAR, a grande maioria respondeu negativamente (87% responderam não e 2% disseram não saber), revelando que a maior parte do público não conhece a razão de ser da instituição. Esse alto percentual talvez possa ser explicado pela correlação positiva, ainda que fraca, entre a frequência de visitação e o conhecimento do motivo de criação do museu. Quase todos os entrevistados afirmaram nunca ter participado do funcionamento do museu (98%), assim como 84% revelaram que o museu não faz parte do seu dia a dia; há correlação entre a presença do museu no cotidiano do indivíduo e a localidade da moradia do visitante: quanto mais próxima do museu for sua residência, mais o cidadão considera a instituição participante do seu dia a dia. Por outro lado, a correlação negativa entre moradia e participação demonstra que os colaboradores que participam do funcionamento do MAR não residem nas proximidades do museu.

No âmbito do trabalho do MAR, para 53% do público entrevistado o museu sempre/algumas vezes busca solução para os problemas da população. Já 41% não responderam ou não souberam responder. Ainda que fraca, verificou-se correlação entre essa variável e saber o motivo de criação do museu, demonstrando que quem sabe o porquê da concepção da instituição conhece também o envolvimento do museu na resolução dos problemas sociais. Ainda, quanto mais constante é a frequência no museu, mais o indivíduo sabe do engajamento do museu nas dificuldades da sociedade. Da mesma maneira, foi constatada correlação entre a abordagem de temas atuais e o reconhecimento do esforço do museu na resolução de problemas, indicando que a apresentação constante de assuntos contemporâneos aumenta a

percepção do público sobre a procura do museu por solução das dificuldades da população. Pode-se dizer, então, que o debate de assuntos atuais é um dos esforços do museu para o enfrentamento das dificuldades. Ainda constatou-se que quanto mais o indivíduo tem consciência da busca do museu pela solução dos problemas da população, mais ele conhece a oferta de feiras e eventos com produtos feitos pela comunidade no museu. Sobre esses eventos, 76% dos entrevistados disseram não saber se o museu promove feiras com produtos feitos pela comunidade.

Ficou claro que quanto mais o visitante frequenta e participa do funcionamento do museu, mais ele percebe a abordagem de assuntos atuais, mais ele tem noção do esforço da instituição no combate ao preconceito, maior é a percepção da promoção de atividades relativas à diversidade cultural e do envolvimento do museu com grupos comunitários e, diretamente, mais ele está a par do acontecimento de eventos com produtos da comunidade. Segundo as correlações encontradas, quanto mais o indivíduo sabe da realização desse tipo de evento, mais conhece a oferta de cursos e oficinas pela instituição. Cabe destacar que a maioria (69%) revelou não saber se estes ocorrem. Observou-se correlação positiva entre o conhecimento da oferta de cursos e oficinas pelo museu, a frequência de visitação, o conhecimento sobre o motivo de criação do museu, a informação da busca do museu pela solução dos problemas da população, a observação da promoção de diferentes culturas, a contribuição do museu no aprendizado sobre economia e a constatação da abordagem de assuntos atuais. Por outro lado, foi constatada correlação negativa entre conhecer a oferta de cursos e oficinas, a influência do museu na mudança de atitude dos visitantes e a apreensão de conhecimento sobre sustentabilidade, denotando que quanto mais o visitante percebe a oferta dessas atividades, menor a possibilidade de transformação positiva do seu comportamento e de compreensão acerca da sustentabilidade.

Já em relação à oferta de cursos de educação ambiental pelo museu, 96% dos entrevistados declararam não ter conhecimento. Porém, encontrou-se correlação entre essa variável, a frequência de visitação, o conhecimento do motivo de criação da instituição, a colaboração do museu no entendimento sobre clima e fenômenos naturais e sobre preservação do meio ambiente, a participação do museu no cotidiano da população e o desenvolvimento de oficinas e feiras. Ao contrário, foi observado que quanto mais o visitante estava informado da oferta de cursos de educação ambiental, menos ele teria aprendido sobre economia no museu.

Sobre as abordagens do MAR, destaca-se que, no âmbito da colaboração do museu na compreensão da história e no entendimento dos costumes e bens coletivos da população, todos os entrevistados que responderam positivamente para uma indagação também o fizeram para a outra, totalizando 97% de respostas afirmativas em forte correlação encontrada. Essas duas variáveis, porém, correlacionam-se negativamente à participação do museu no cotidiano do indivíduo. Então o museu se aproxima mais do cotidiano do carioca (de residência mais próxima), mas este não reconhece o aprendizado ou a influência do museu no seu entendimento sobre essas questões. Ainda assim, foi verificada uma fraca correlação entre a apresentação de conteúdo histórico, dos bens coletivos e dos costumes da população e a transformação de comportamento do indivíduo a partir das reflexões provocadas pelo museu.

Para a maioria dos entrevistados (73%), o museu promove a reflexão sobre as suas atitudes e/ou o seu comportamento sempre ou algumas vezes e 80% dos entrevistados declararam que o museu apresenta e oportuniza o debate de assuntos atuais sempre. Portanto, conclui-se que os pontos expostos e debatidos pelo MAR se apresentam com caráter atual para os visitantes. Nesse tema, quanto mais assíduos são os visitantes, mais eles percebem a abordagem de questões da atualidade; essa percepção se correlaciona

positivamente com a participação do museu no dia a dia do indivíduo e o conhecimento sobre sustentabilidade através do museu. Pode-se especular, assim, que a sustentabilidade é considerada tema atual e que traz assiduidade ao MAR.

Todos os entrevistados revelaram saber o que é 'sustentabilidade', consideradas suas possíveis interpretações, já que o conceito não foi objeto de discussão. Quanto à colaboração da instituição no entendimento sobre o tema, para 68% dos entrevistados, o MAR contribuiu para sua maior compreensão. Segundo as correlações, quanto mais próximo do museu o entrevistado reside, mais perceptível para ele é o auxílio do museu no conhecimento acerca da sustentabilidade. Esse conhecimento se correlaciona positivamente também com o conhecimento adquirido sobre preservação ambiental, demonstrando que, quando o museu apresenta uma das temáticas citadas diretamente, alcança a outra.

Quando indagados se o museu havia colaborado no conhecimento sobre preservação do meio ambiente, 55% dos entrevistados revelaram não saber ou não ter aprendido nada dessa temática na instituição, o mesmo ocorrendo em relação às temáticas do clima e dos fenômenos naturais (79% dos entrevistados); esses conhecimentos correlacionam-se 'positivamente', ou seja, quem não se beneficiou de um conhecimento, também não se beneficiou do outro. Ainda, quanto menos o visitante reconhece a contribuição da instituição para um maior conhecimento sobre clima e fenômenos naturais, menos ele a vê presente em seu cotidiano, menos ele está ligado ao funcionamento do museu e menos ele conhece o motivo de criação do museu. Aqueles, porém, que dizem ter aprendido sobre clima e fenômenos naturais no museu percebem mais facilmente tanto o esforço do museu na resolução das dificuldades da população, como a abordagem de assuntos atuais. Por ser uma das variáveis que mais se correlaciona com as outras, a exígua abordagem acerca do clima e dos fenômenos naturais parece ser um elemento-chave e negativo do MAR.

Ainda sobre as temáticas expostas pelo museu, 58% dos visitantes entrevistados disseram ter aprendido sobre economia no museu. Em relação a esse aprendizado, foi observada correlação fraca entre a localidade da residência do visitante e a assistência do museu para seu melhor entendimento, sinalizando que quanto mais próxima do museu é a residência do visitante, mais se afirmou ter aprendido sobre economia no museu. Verificou-se também que, ao perceber a contribuição do museu para o tema, o visitante está mais apto a perceber sua veiculação do tema política.

Para 93% dos entrevistados, o museu contribuiu para a compreensão sobre política do Brasil e do mundo. Foi notada a correlação entre compreensão da política e a ajuda do museu no entendimento sobre sustentabilidade e sobre história e patrimônio da população, indicando que o visitante percebe a existência da relação entre as abordagens. E, ainda que a correlação verificada seja fraca, também sabe-se que o indivíduo que diz ter o auxílio do museu na apreensão de conteúdo sobre política se mostra mais suscetível a modificar suas atitudes através das visitas ao museu. Enquanto muitos entrevistados (46%) responderam não saber o grau de envolvimento do museu com algum movimento social, associação ou grupo comunitário, 42% revelaram que o museu possui muita ou alguma relação com estes, aspecto correlacionado à proximidade de residência, à frequência, ao conhecimento da motivação do museu e da busca de soluções para problemas da população; por outro lado, quanto maior foi a compreensão sobre que política se dá no museu, menor a constatação de envolvimento do museu com movimentos sociais, revelando aí uma possível crítica dos cariocas e vizinhos do museu mais assíduos e mais politizados.

Ainda no campo do engajamento da instituição, a maioria dos entrevistados (53%) afirmou que o museu realiza atividades sobre diferentes culturas sempre ou algumas vezes, e que o MAR procura combater sempre ou algumas vezes algum tipo de preconceito (85%), fato correlacionado à apreensão de

conhecimento na instituição sobre história e patrimônio da população. Apesar de a maioria dos entrevistados (71%) afirmar ter conhecimento de que o museu possui muitas ou algumas parcerias com escolas e universidades, 63% revelaram não saber se o museu possuía parcerias com outros museus. Observou-se que quanto maior o conhecimento da interação da instituição com escolas e universidades, maior a frequência ao museu, maior a percepção da busca de soluções para os problemas sociais vigentes e da luta contra o preconceito, entre outras atitudes positivas.

Já as entrevistas de fundo e a observação participante revelaram não ter havido debate sobre a missão do Museu de Arte do Rio – "Desenvolver um espaço onde o Rio se encontra e se reinventa através do conhecimento da arte e da experiência do olhar, com ênfase na formação de acervo e na educação",[25] que se tornou um dos quatro pontos turísticos mais visitados da cidade em seu primeiro ano de funcionamento[26] devido à propaganda casada com o então nascente "Porto Maravilha". O MAR surgiu para se tornar um ícone do turismo brasileiro e mundial, se interessando menos pela questão do equilíbrio do campo das forças sociais e a priorização dos habitantes locais que na sua inserção global. Ao acessar sua página pela ferramenta Google no primeiro sítio encontrado, a primeira lâmina (*home*) apresenta o comentário da visitante "Isabela" em inglês: "The exhibitions are comprehensive, beautiful and easy to access".[27]

As atividades e projetos realizados constantemente pelo MAR são: ações culturais e, educativas planejadas para a sociedade; atendimento a pesquisadores; atividades extramuros; pesquisa, conservação e documentação de acervo; pesquisas

---

25 Missão oficializada descrita no site do Museu de Arte do Rio – MAR. Disponível em: http://museudeartedorio.org.br/gestao/missao-visao-e-valores. Acesso em: 08 jul 2021

26 Dado fornecido pela Gerente Administrativa Roberta Kfuri durante a entrevista.

27 http://museudeartedorio.org.br/en/home. Acesso em: 10 out 2020.

de patrimônio imaterial e material; exposições temporárias ou de curta duração, permanentes ou de longa duração e itinerantes; visitas guiadas e mediadas; eventos, conferências e palestras; eventos acadêmicos; cursos e oficinas; espetáculos musicais, teatrais e de dança; sessões de cinema e vídeo; feiras e vendas de produtos; e pesquisa de público. O trabalho e as ações da instituição são voltados para explicar, educar e debater ativamente questões atuais. Exemplificando, podemos citar as exposições: "O abrigo e o terreno: arte e sociedade no Brasil" (2013), que questionava, através de obras de arte, as concepções de cidade e as forças que nela atuam nas transformações urbanísticas, sociais e culturais do espaço público/privado durante e depois das reformas urbanísticas; "Berna Reale: vazio de nós" (2013), que tratava da problemática da dicotomia centro/periferia, criticando as injustiças e desassistências sociais que acontecem em zonas marginalizadas e que produzem indivíduos sem sonhos; "Cada dia meu pensamento é diferente" (2014), que reuniu fotografias, baseadas em contos e crônicas de Machado de Assis, feitas por jovens moradores da Maré que participaram do projeto "Mão na Lata". Esse projeto, por sua vez, destacava os conflitos éticos, os dilemas morais e a crítica dos contos de Machado de Assis, visando à discussão de aspectos da experiência humana, permitindo aos jovens a percepção de que toda pessoa é personagem e autora de sua própria história; "Tarsila e mulheres modernas no Rio" (2015), que explicitou a atuação de figuras femininas na construção das sociedades carioca e brasileira, entre os séculos XIX e XX, nas mais diversas áreas – como artes visuais, literatura, música, teatro, dança, medicina, arquitetura, esporte, religião, política etc.; e as atividades: "Batalha do Frevo com o Passinho" (2014), que, a partir da exposição "Pernambuco experimental" (2014), celebrou o centenário do frevo, propôs a união, por meio de um combate dançante, com diferenças e aproximações, desse ritmo com o passinho (novo ritmo que contagiou os jovens); "Conferência Educação contra o Racismo" (2014) e "África Hoje no MAR:

Seminário Pensamento e Política" (2014), que trouxeram a discussão política acerca da cultura afro-brasileira e das relações entre Rio e África, a partir da visão de dois cientistas políticos – Harry Garuba (África do Sul) e Alexandre dos Santos (Brasil) – que tratam da África ressaltando a diversidade e a história, bem como as grandes transformações de regimes e de estruturas sociais da última década; posteriormente promoveu também "O Rio do samba: resistência e reinvenção", de 2018, que explorou "os aspectos sociais, culturais e políticos do mais brasileiro dos ritmos", tendo entre seus curadores Nei Lopes; até as mais recentes "Mulambö – tudo nosso", de 2019, em que o artista fluminense "dialoga com o cotidiano da cidade e suas relações identitárias [...] a partir da restituição de potências, buscando a valorização de símbolos do existir periférico no Rio de Janeiro" e "UóHol", de 2020, em "mostra individual do paraense Rafael BQueer, [perpassando temas como] o corpo e as discussões de decolonialidade, gênero e sexualidade".[28] Ainda, o "Seminário Sustentabilidade, Educação e Arte" (2015) refletiu, através de debates, conferências e oficinas, sobre questões ambientais e de sustentabilidade, abordando temáticas como economia alternativa, reciclagem, arte e natureza; vale ressaltar também os eventos periódicos da "Batalha do Conhecimento", que, através de uma batalha de rimas, discute temas escolhidos pelo público.

Essas atividades e o funcionamento do MAR não causam filas nas calçadas (mesmo com grande fluxo de pessoas e visitações) nem engarrafamento nas ruas do entorno, pois os descarregamentos e carregamentos de materiais (exposições, lixo etc.) são realizados em horários alternativos e de pouco fluxo de veículos e, por não contar com estacionamento, a instituição desestimula a ida ao local de automóvel próprio, o

28 Idem.

que também acaba por diminuir o fluxo desse tipo de transporte nas imediações. Portanto, o impacto ambiental negativo gerado pelas ações do museu é baixo.

A participação em cursos e atividades é gratuita. Já para a visitação do espaço de exposição do MAR é obrigatório o pagamento de um valor específico, embora todas as terças-feiras e no último domingo do mês a entrada do público para as exposições seja gratuita. O museu também conta com um programa no qual nascidos e moradores da cidade do Rio de Janeiro pagam meia entrada mediante a apresentação de documento comprobatório. As fontes de recursos para o desenvolvimento das atividades do museu são oriundas de patrocínios privados, editais públicos e de leis estadual e municipal de incentivo à cultura. Já para a manutenção da instituição, a prefeitura disponibiliza o recurso, como previsto em contrato. As metas anuais a serem atingidas são sempre planejadas e baseadas nos recursos conseguidos, de maneira que a viabilidade econômica das ações seja garantida.

O planejamento da instituição é refeito anualmente e conta com constante monitoramento e controle; é baseado no plano estratégico que segue o contrato de gestão, com as metas a serem alcançadas, e os mecanismos metodológicos, projetos e instrumentos a serem utilizados. O planejamento de atividades (fim e meio) e o plano estratégico são disponibilizados no site do museu. O MAR conta com um Plano Museológico, com Manual de Rotina para colaboradores e funcionários e a equipe possui prática de gestão. O museu ainda conhece e participa da Política Nacional de Museus e apresenta, inclusive, programas socioambientais fundados em ações.

O museu não conta com a participação da comunidade do entorno nem da sociedade na sua gestão e/ou no seu funcionamento, logo, seu planejamento não é multidisciplinar, inclusivo e participativo. Apesar disso, mantém uma relação próxima com seu público com o programa "Conversa de Galeria", que possibilita a troca de experiências entre o

curador, o artista da mostra e os visitantes da exposição, e dispõe de um programa de relacionamento com pessoas físicas, o "Amigos do MAR". Trata-se de discussões acerca dos atuais meios de captar e fidelizar visitantes e doadores. Nesse projeto, a sociedade pode doar, de forma espontânea, um valor (de R$ 10 a R$ 10.000 anuais) que é destinado a atividades educativas do museu, sempre gratuitas. Os associados "recebem e-mails personalizados, convites para as exposições e um balanço das atividades e visitas educativas, além de informações gerais sobre o museu" (Relatório de Gestão do MAR, 2014, p. 43). A única participação dos moradores da área no funcionamento do museu é através da garantia de que no mínimo 10% dos funcionários do MAR sejam residentes do entorno. Em relação ao quadro de funcionários, cerca de 75% deles são efetivos e contratados pela Organização Social gestora do museu; o restante, geralmente os setores da manutenção e limpeza, além de consultores, são terceirizados.

Essa garantia de emprego de funcionários residentes do entorno é uma das formas com que o MAR busca a melhoria da qualidade de vida da população. Porém, nessa busca, não existe um foco no entorno, e sim na sociedade como um todo. Isso acontece também através da arte, da cultura, da oferta constante de cursos e oficinas e de ações que trabalham a história da cidade. O museu se engaja na resolução de problemas de forma mais abstrata, com discussões, debates, reflexões e escutando e endereçando aos órgãos competentes algumas dificuldades levantadas, não participando ativamente e se mobilizando. Em relação à promoção do resgate da autoestima e da memória locais, também não se compromete diretamente, pois não trabalha com a ideia de resgate, considerando que somente o que está em perigo necessita ser regatado e essas questões, na visão da instituição, não estão ameaçadas[29] – revelando a primazia da coleção sobre

29 Fala da Gerente de Conteúdo Clarissa Diniz durante a entrevista.

os aspectos sociais. Ainda assim, considera-se uma instituição que promove a cidadania e a defesa dos direitos dos cidadãos, bem como o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, as relações socioambientais da população acabam por ser representadas no museu, ainda que não seja intencionalmente, já que muitas ações esclarecem e remontam à ocupação do território do Rio de Janeiro, possibilitando o entendimento da relação homem/natureza (cultura). As atividades do MAR também discutem a história, os costumes e os bens da população, conscientizando o público do seu contexto político e social. Alguns exemplos são as exposições: "Rio de imagens: uma paisagem em construção" (2013), que abordou a representação da cidade ao longo de quatro séculos; "Do Valongo à Favela: imaginário e periferia" (2014), que retratou a história da região portuária do Rio de Janeiro, apresentando, principalmente, o comércio de escravos na região do Valongo, o surgimento da primeira comunidade de moradia informal no Morro da Favela e as transformações do local, que ainda hoje continuam a ser processadas; "Ângulos da Notícia – 90 anos de fotojornalismo do Globo" (2015), que celebrou os 450 anos do Rio de Janeiro com a apresentação de mais de 150 fotografias de grandes nomes do fotojornalismo nacional. Nesse mesmo sentido, introduzem questões relacionadas às teorias sociais e políticas, assim como aos paradigmas da sociedade, oferecendo, inclusive, cursos de formação política, como o "África Hoje no MAR: Seminário Pensamento e Política" (2014), que discutiu a política da cultura afro-brasileira e suas relações entre Rio e África, ressaltando a diversidade e a história, bem como as grandes transformações de regimes e de estruturas sociais da última década e de contextualização política das artes, como no "Seminário Internacional Desafios dos Museus no Século XXI" (2018), que abordou

> temas pertinentes aos desafios, oportunidades e possibilidades da atuação dos museus e instituições culturais em interface com as urgências do nosso tempo: diversidade, representatividade,

reestruturação de processos, dimensões experimentais, novas tecnologias e democracia cultural.[30]

Portanto, o museu facilita a compreensão do público acerca dessas temáticas, podendo ser considerado um novo ator social e político, que busca transformar a estrutura, a ética e a moral da sociedade. Além disso, a instituição suscita a reflexão crítica do público, propondo, nesses debates, questionamentos sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade. Desse modo, pode-se considerar que o MAR serve de exemplo e contra-exemplo[31] para a sociedade, já que causa reflexão e promove inquietações do seu público. Atenta-se, porém, para o fato de que a instituição não pretende ser moralizante, e sim ser constituída de exemplos da própria sociedade para permitir a visibilidade e a indagação deles.[32]

As exposições do MAR raramente são próprias, pois o museu geralmente não expõe o seu acervo. Elas são de origem diversa, nacional e internacional, comumente em parceria com outros museus ou instituições. Já o vínculo com universidades, escolas e centros de pesquisa possibilita diversas ações e programas, como a participação em disciplinas oferecidas em universidades, programas de estágio, curadoria de professores universitários, desenvolvimento de novas tecnologias (com a COPPE/UFRJ) para a edificação do museu e o projeto "MAR na Academia", desenvolvido pela Escola do Olhar com objetivo de integrar a universidade e o museu, em troca de experiências e de cooperação nacional e internacional que possibilita o envolvimento de outros setores da sociedade. Portanto, o museu também interage

30 http://museudeartedorio.org.br/publicacoes/seminario-internacional-desafios-dos--museus-no-seculo-xxi. Acesso em: 17 jun. 2021.

31 Depoimento colhido em entrevista com a Gerente de Conteúdo do museu em 18 nov. 2015.

32 Idem,

com cientistas, técnicos e filósofos que auxiliam seu funcionamento e o intercâmbio de conhecimento; apropriando-se da ciência e da técnica, estimula o relacionamento com a sociedade. Algumas parcerias do MAR são com o Museu de Arte Moderna (MAM Rio), o Museu Nacional de Belas Artes (RJ), entre outros; e com universidades e centros de pesquisa como UERJ, UFRJ, PUC-RJ, UFF, UNICAMP, UFMG, UFBA, entre outros.

As exposições e demais atividades e ações do MAR adotam uma abordagem multidisciplinar e contemporânea, tratando temas como a poluição, a pobreza, estilos de vida, diversidade cultural, identidade cultural e poder da memória, por meio de exposições e ações. Também aborda as novas tecnologias, através da interatividade em algumas ações e exposições, além de seu emprego no edifício. Dessa maneira, o MAR tem como preocupação ser interlocutor para a geração atual, e não para as passadas ou futuras, utilizando a arte como contemporaneidade para transformar a realidade da geração atual. Para exemplificar a multidisciplinaridade e o foco na geração atual, citamos os constantes eventos da "Batalha do Conhecimento" (reflexão, através de uma batalha de rimas, sobre temas escolhidos pelo público) e do "MAR de Música" (shows e festas gratuitos com artistas contemporâneos que difundem a música brasileira, retomam os clássicos ou que apresentam novas fusões).

As atividades do museu também estimulam o respeito aos diferentes valores dos povos e às identidades locais por meio de exposições, debates, cursos, *workshops*, entre outras ações que retratam a vida cotidiana e apresentam outras visões e culturas. Nesse sentido, conseguem combater os diversos tipos de preconceito. Esse trabalho a favor da inclusão coletiva, realçando as diferenças culturais, promove a diversidade, despertando o respeito aos diferentes valores sociais, demonstrando que o museu tem empenho social assumido. O MAR realiza diversas ações e atividades para o reconhecimento social do direito dos excluídos. Utiliza-se da arte e de

debates para fazer denúncias, tocar em temáticas polêmicas e dar voz a frentes rebeldes e desfavorecidas, como nas exposições "Tarsila e mulheres modernas no Rio" (2015), "Evandro Teixeira: a constituição do mundo" (2015/2016), com exemplos de resistência de brasileiros que enfrentam diariamente a seca, a fome, a miséria, os conflitos urbanos, a guerra, entre outros, em diversos locais, como Canudos (Bahia) e o próprio Rio de Janeiro (com questões ligadas à ditadura e à comunidade da Maré) e, recentemente, "UóHol" (2019), por exemplo e; e as ações do evento "VHILS no MAR", que, por meio de oficinas, intervenções no museu e lançamento do livro do artista português Alexandre Farto Aka Vhils, denunciou os conflitos urbanos da Zona Portuária do Rio de Janeiro decorrentes da transformação que a região vinha sofrendo. Por meio da tensão entre cultura e sociedade, busca o combate aos diferentes tipos de preconceito e a abordagem das diversidades culturais. Portanto, pode ser visto como instrumento para a inclusão social e promoção da generosidade e da solidariedade. Um programa que exemplifica esse desejo de inclusão e, ao mesmo tempo, de quebra do preconceito e da exposição de uma nova cultura é o "MAR em Libras". Essa ação acontece mensalmente, através de visitas mediadas na Língua Brasileira de Sinais às exposições, além de atividades esporádicas, como a oficina de fotografia para alunos surdos (2015) e a exposição "Por contato" (2015), que reuniu a produção dessa oficina. Vale acrescentar que o museu apresenta sinalização em Libras em todos os seus espaços, proporcionando a acessibilidade.

Consideramos que todas as suas ações objetivam a preservação e a divulgação cultural, pois utiliza a cultura como instrumento de inclusão social. O museu também recorre à cultura para buscar o convívio com o entorno, como nos programas regulares "Café com Vizinhos", que reúne agentes culturais e moradores da Região Portuária para aumentar o vínculo entre museu e território, por meio de diálogos e relações continuadas; e "Ofícios e Saberes da Região", que

apresenta e experimenta técnicas e práticas dos saberes da região, explorando a relação modernidade/tradição e aproximando a cultura e o cotidiano. Apesar disso, como já mencionado, não considera que a história local precise ser resgatada, já que não está em risco.

Dessa forma, por facilitar reflexões sobre a história, a cultura e o patrimônio da população, e ainda promover a consciência sobre o meio político e social, reforça-se que o MAR auxilia na contextualização do público. Todavia, por suas ações não intentarem e focarem aberta e diretamente nos anseios dos habitantes locais, o museu não parece estar muito consciente de seu contexto, com baixa inserção nele. Por meio da sua visibilidade, da difusão e manutenção da cultura e da história e do combate ao preconceito, o MAR promove a preservação da cultura e o desenvolvimento social compatíveis com a dinâmica real da cidade, prevenindo o congelamento da vida da sociedade. Seu trabalho e suas ações estão integrados à malha urbana e à cidade, dialogando com os fenômenos urbanos por meio do retrato de disputas simbólicas, do urbanismo, da habitação, do feminismo, da religião etc. Dessa maneira, o museu enfrenta as contradições entre o novo e o antigo, promovendo a história e as memórias, mas sem negar as inovações. As exposições, programas, eventos e ações já citados exemplificam tais afirmações.

No âmbito do patrimônio material, as edificações do museu são próprias (do município do Rio de Janeiro), tombadas e centrais, porém não há utilização da conservação estratégica como um todo, pois não se faz o controle de fluxos de visitantes nem se mantém uma relação harmônica e de respeito entre turismo/patrimônio (visto que as aspirações dos moradores não são priorizadas). É um espaço convidativo que não causa distúrbio na paisagem e conversa com o entorno, além de estar em local e edifício acessíveis, não somente por meio de elevadores e rampas, mas, principalmente, pela sinalização em Libras, facilitando sua inserção na malha urbana. O acesso do público e o de transporte de

resíduos e insumos não são feitos por uma mesma via, evitando, portanto, o cruzamento desses fluxos. Tem bicicletário e não possui área para estacionamento de veículos, estimulando o uso de transportes alternativos e evitando a sobrecarga de veículos nas ruas do entorno. Contudo, não existe área permeável disponível no terreno do MAR.

Em relação ao meio ambiente, apesar de não possuir ações de manejo dos recursos naturais, o MAR busca utilizar tecnologias de maior eficiência, reaproveitar materiais (papéis, mobiliário, entulho etc.), conscientizar seus funcionários e o público, abordar temas relacionados à biodiversidade, ao meio ambiente e aos fenômenos naturais em atividades, debates e exposições, entre outras práticas e ações (inclusive por ter o certificado LEED Silver). O museu não produz muito lixo, que em sua maioria é papel reutilizado ou organizado e separado para a coleta seletiva. O MAR conta com duas caçambas de lixo geral e quatro lixeiras (para vidro, papel, plástico e metal) grandes para a junção do lixo da coleta seletiva realizada nos espaços da instituição. O museu pratica uma política de reaproveitamento, na qual mobiliário e entulho de exposições são reciclados e reformulados para reutilização. Também conta com um espaço interno projetado para reciclagem do lixo, mas, como o material produzido é insuficiente para justificar os custos e a operação do processo, o museu opta por repassar o material a ser reciclado para a empresa de coleta seletiva, realizada semanalmente. Outra prática do MAR é o não recebimento de produtos em embalagens e a priorização de conteúdos em refil, diminuindo a produção de resíduos. Em relação à conscientização, em diversos espaços do museu (área administrativa, elevadores, banheiros etc.) existem informativos para divulgação de práticas mais sustentáveis, como fazer economia de água e luz, e desestimulando o uso desnecessário de elevadores. Inclusive, possui campanhas de conscientização interna, buscando que seus funcionários sejam os primeiros a mudar suas atitudes. A instituição também procura fazer

uso racional dos recursos naturais, economizando água e luz, com sistemas de água por pressão (que evitam vazamentos), com a reutilização de água para uso nos banheiros (descargas), com o uso de vidros especiais que retêm o calor (permitindo a diminuição da temperatura interna do edifício, logo economizando com a menor quantidade de equipamentos de ar-condicionado), com ambientes com sensores de presença (para iluminação), entre outras ações. Vale lembrar que, por ter a certificação LEED Silver, o edifício funciona de forma inteligente por meio da automação predial, logo o consumo geral é reduzido. Ainda que o museu não oferecesse cursos inteiramente focados na educação ambiental até o final da pesquisa, muitas ações, atividades e exposições alcançam a temática. Pode-se dizer que o MAR busca servir de exemplo na conscientização sobre a sustentabilidade.

O museu também desenvolve ações e políticas relacionadas à sustentabilidade, além de eventuais atividades que abordam a temática, como o "Seminário Sustentabilidade, Educação e Arte" (2015), que refletiu, através de debates, conferências e oficinas, sobre questões ambientais e de sustentabilidade, abordando temáticas como economia alternativa, reciclagem, arte e natureza e a "Oficina Design", que sugeriu técnicas para construção e finalização de objetos e produtos artesanais com a introdução da perspectiva do design; a "Oficina Obsolescência Programada", que, com objetos obsoletos pelo avanço acelerado da tecnologia e de difícil descarte, construiu esculturas, despertando nas crianças questões sobre o consumo e o tempo de validade das coisas; ou a "Narração de História: A Árvore de Tamoromu", baseada na temática da sustentabilidade e em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que realizou uma apresentação de histórias, a partir da lenda indígena dessa arvore, proporcionando reflexões acerca da importância da preservação da natureza e contou com intérprete em Libras; as várias conferências e debates baseados em temas como a economia circular, os processos colaborativos e os

desafios para a cidade; e a "Feira de Trocas", que, em parceria com moradores do entorno, promoveu encontros, negociações e trocas, tanto no âmbito material, quanto no simbólico e no afetivo.

No âmbito econômico, no momento da entrevista com a gestão do museu, foi informado que o MAR não apresentava ações ligadas à economia alternativa (solidária, criativa etc.) e a participação do museu é restrita a sediar o espaço, não atuando em redes de trocas e colaboração, não utilizando insumos do mercado informal, não sendo cliente de nenhuma organização financeira solidária e não ofertando cursos para profissionalizar e/ou inserir na cadeia produtiva os trabalhadores do mercado informal. Porém, poucos meses após a entrevista, sediou evento sobre economia alternativa, revelando avanços no tema. Também não existe a preocupação em capacitar a população local. Nessa última questão, a direção acredita que tem muito mais a ensinar e a oferecer do que a aprender, por isso, não precisam dessas ações.[33]

O MAR se engaja na pauta de alguns movimentos sociais, através de apoio (inclusive econômico) e sediando espaços para esses grupos se organizarem, ainda que não se comprometa [com] e também não participe ativamente das reivindicações, da organização e do encorajamento de novas pautas.

Conclusões parciais

Contextualizando o MAR nas dimensões da sustentabilidade sugeridas na formulação do modelo, podemos dizer que o museu está a serviço do desenvolvimento social, por debater assuntos atuais – inclusive de utilidade pública –, buscar a inclusão social e a promoção da cidadania – por meio do combate ao preconceito, da acessibilidade, das visitas guiadas em Libras, das gratuidades semanais etc., busca essa reconhecida

33 Informação colhida em entrevista com a Gerente de Conteúdo em 18 nov. 2015.

pela maioria de seu público. Por outro lado, tem pouco envolvimento com movimentos sociais, com a comunidade e seus problemas, e falta clareza na comunicação entre o museu, sua motivação, seus mecanismos de participação e o público.

Culturalmente, o MAR pode ser considerado instituição de fomento ao desenvolvimento, já que a fusão da arte com a educação é utilizada como meio para a inclusão social, a conscientização, a preservação e a reflexão sobre o passado, objetivando-se modificar o presente e planejar um futuro melhor. A maioria do público percebe sua abordagem da história e do patrimônio da sociedade; apesar disso, a instituição não considera que a história local precisa ser resgatada.

Em relação à questão econômica, não apresenta ligação com a economia alternativa e criativa ou com a inserção dos mais empobrecidos nos circuitos produtivos de que participa, apesar de sua gestão responsável.

Quanto à dimensão ambiental, ainda que não atue em ações de realocação dos recursos, o museu faz uso de tecnologias limpas e de maior eficiência e controla a qualidade ambiental interna, buscando utilizar racionalmente os recursos. Talvez por isso o público perceba a preocupação com o tema por parte da instituição; cabe, no entanto, mencionar a manifestação do interesse por uma sustentabilidade mais técnica, praticada em nível arquitetônico, e a adoção de um discurso "politicamente correto", como convém a uma instituição-espetáculo.

Sua gestão tem a forte intenção de transparecer a prática da sustentabilidade e que se compromete com ela em todas as dimensões, inclusive possuindo o envolvimento necessário com as comunidades do entorno, o que não foi constatado no dia a dia da instituição e, muito menos, na sua adesão à administração de baixo para cima (*bottom-up*). Nota-se que nas atividades-meio a instituição é bem categórica e tradicional; já em algumas ações das atividades-fim, adota uma postura mais aberta e alternativa. Referindo-nos a Varine (2002), consideramos que o Museu de Arte do Rio

adota uma postura híbrida de museu-espetáculo – com um espaço imponente destinado a atrair desde o público local até o internacional – e de museu-coleção – já que se destina às pesquisas avançadas, às produções e a públicos mais ou menos especializados – apresentando pouco envolvimento com questões comunitárias.

Podemos concluir que o MAR não completa o ciclo virtuoso no caminho da sustentabilidade integrada. Para isso, é necessário o aumento da dedicação nas dimensões ambiental, social e econômica, além da constante nutrição da cultural. Essa cobrança parte do princípio de que o museu tem arrecadação de fundos sólida e de monta, administração profissional e pretende ser um ícone no setor; poderia, portanto, ser mais ativo e consciente.

Museu Ciência e Vida

O Museu Ciência e Vida é destaque do Programa de Divulgação Científica do Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ),[34] em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro e apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Faz parte da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), que visa a união de ideias e o compartilhamento de experiências e projetos, para possibilitar a troca de recursos e informações entre centros e museus de ciência do país.[35]

Estabelecido no centro do município de Duque de Caxias, o museu tem localização de fácil acesso, próximo da

34 Instituição que promove "a expansão e a interiorização do ensino superior público gratuito e de qualidade no estado, por meio do Consórcio Cederj". Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência, 2015 p. 134).

35 Retirado do site da ABCMC. Disponível em: http://www.abcmc.org.br. Acesso em: 20 dez. 2015.

Prefeitura Municipal e pontos de ônibus e estação de trem, e conta com placas de sinalização/indicação para seu acesso nas vias dos arredores. O entorno do Museu Ciência e Vida é marcado pelo grande fluxo de veículos e pedestres, comércio abundante e diversificado, escolas e universidade.



Figura 4.3 – Localização do Museu Ciência e Vida e indicação dos pontos de transporte. Fonte: Google Maps em novembro de 2015.

O museu busca, por meio da popularização de questões relativas à ciência, democratizar o conhecimento, comprometendo-se com a mudança social. Por isso, concentra-se no objetivo de se tornar referência de Ciência, tecnologia e educação em sua região.

Seu espaço é próprio e está implantado no antigo fórum da cidade, com aproximadamente 5.000m^2 de área, distribuídos em salas para exposições temporárias, salas para oficinas, área técnica, um auditório e até mesmo um planetário.

Análises segundo o modelo

Foi constatado, no decorrer da pesquisa quantitativa, que 53% dos entrevistados frequentadores do museu residem no estado do Rio de Janeiro – 13% em bairros próximos ao museu

e 2% no entorno –, 47% moram em outra região do Brasil e nenhum em outro país, demonstrando o pequeno alcance de visitantes vizinhos e de fora do país. Porém, quanto mais próximo do museu o visitante reside, mais regular é sua visita.

O museu estava sendo visitado pela primeira vez por 91% dos entrevistados, nos levando a crer que a instituição possui boa capacidade de atração de novos visitantes, porém baixa taxa de retorno. Em relação à facilidade de entrada, 82% do público entrevistado declararou nunca ter enfrentado fila, os outros 18% responderam não estarem certos da ocorrência ocasional de filas para o acesso. Já quando perguntados se sabiam o motivo da criação do Museu Ciência e Vida, a maioria dos entrevistados respondeu negativamente – 54% não e 22% não sabe –, revelando que a maior parte do público não conhece a razão da concepção da instituição.

No âmbito do relacionamento público-museu, 84% afirmou jamais ter participado do funcionamento do Museu Ciência e Vida e 86% disse que o museu nunca fez parte da sua rotina, coadunando-se ao fato de muitos visitarem o museu pela primeira vez. Nesse sentido, provavelmente o Museu Ciência e Vida não se envolve no cotidiano dos seus visitantes. Ainda nesse contexto, para 51% dos entrevistados, o museu promove a reflexão sobre as atitudes e/ou o comportamento dos visitantes sempre ou algumas vezes, porém 26% informaram que isso raramente ou nunca ocorre e 23% não responderam ou não souberam responder. Pôde-se observar que a mudança de atitudes está correlacionada à proximidade da moradia e à frequência de visitação – quanto mais perto do museu o indivíduo mora, mais frequentes são suas visitas ao museu e maior a possibilidade de transformação positiva do seu comportamento. Também, quanto mais o visitante percebe a abordagem de temas atuais, mais ele pode transformar seu comportamento através da visitação ao museu. Podemos ainda afirmar que quanto mais o visitante revela ter transformado suas atitudes por meio do museu, mais facilmente ele aprenderá sobre sustentabilidade, e vice-versa.

Para a maioria do público (70%), o museu promove atividades visando o debate de assuntos atuais sempre ou algumas vezes, o mesmo ocorrendo com a busca de solução para os problemas da comunidade/população (68% dos entrevistados).

Com relação à "sustentabilidade", 97% dos entrevistados disseram saber o que é e, para a maioria (73%), o museu contribuiu para a compreensão sobre o conceito, havendo correlação entre as duas respostas: quanto mais se conhece a definição de sustentabilidade, mais se percebe este conteúdo na abordagem do museu. Também foi observada correlação positiva entre o auxílio do museu na compreensão sobre sustentabilidade e a participação do museu no dia a dia do indivíduo, e entre conhecer o conceito de sustentabilidade e aprender sobre preservação do meio ambiente durante a visitação. Acerca da colaboração do museu no conhecimento sobre preservação do meio ambiente, 81% do público entrevistado respondeu positivamente. Já 52% dos entrevistados revelaram ter tido a oportunidade de aprender mais sobre clima e fenômenos naturais, resposta correlacionada positivamente à mudança de atitude do visitante. Ainda, o visitante que aprende novos conhecimentos sobre preservação do meio ambiente provavelmente será também aquele que refletirá sobre sua conduta e perceberá o envolvimento do museu na busca por soluções de dificuldades da população.

Podemos dizer, então, que os conteúdos de fenômenos naturais e de clima são mais bem compreendidos quando apresentados juntamente com a temática da preservação do meio ambiente, esta última tomada como importante para a população, possibilitando a reflexão e uma maior conscientização. Embora a maioria do público abordado tenha declarado que o museu não aborda economia (56%) e política do Brasil e do mundo (67%), há correlação entre a absorção de conhecimentos sobre clima e fenômenos naturais e a aprendizagem sobre economia e política no museu, indicando que

a pessoa que compreende um dos assuntos por intermédio do museu está mais suscetível a aprender os outros e que os fenômenos naturais são chave no aprendizado.

Ainda na perspectiva de temáticas expostas pelo Museu Ciência e Vida, quando perguntados quanto à contribuição do museu para o entendimento da história da comunidade/população, os entrevistados tiveram opiniões bem divididas (36% responderam positivamente, 31% negativamente e 33% não souberam responder). Contudo, a maioria do público (58%) revelou que o museu favoreceu um conhecimento mais amplo dos costumes e bens coletivos da comunidade/população. Constatamos que há correlação entre o aumento de conhecimentos de história e a compreensão do patrimônio coletivo. Ainda, identifica-se que quanto mais os visitantes percebem conteúdos sobre história e patrimônio da sociedade, mais observam o vínculo do museu com movimentos sociais, embora a maioria dos entrevistados (64%) não saiba o grau deste envolvimento. Observaram-se correlações entre conhecer a relação do museu com movimentos sociais, a reflexão sobre as próprias atitudes, a percepção de debates sobre assuntos atuais na instituição, o auxílio dado pelo museu na solução de problemas da população e a introdução de conhecimentos sobre clima e fenômenos naturais (já constatada como variável-chave). Podemos especular que, ao não se envolver com temáticas atuais, o museu não faz vínculos com movimentos sociais e não resolve contrariedades da população, dificultando a conscientização do público.

Sobre a promoção de feiras ou eventos com produtos feitos pela comunidade, 72% dos entrevistados disseram não estar informados, o que está correlacionado ao desconhecimento da realização de debates sobre atualidades. A maioria do público (60%) também revelou não saber se o museu oferece cursos e oficinas ou se o museu desenvolve atividades sobre diferentes culturas (57%). Em relação à oferta de cursos de educação ambiental, 68% disseram

não saber. O visitante frequente parece perceber conjuntamente o envolvimento da instituição com grupos comunitários e dos eventos com produtos da comunidade, bem como os cursos e oficinas (inclusive cursos de educação ambiental). Deduzimos, então, que a baixa frequência na instituição provavelmente prejudica o melhor conhecimento das atividades oferecidas pela mesma.

A respeito do combate a algum tipo de preconceito, 67% do público abordado revelou não saber se o museu o faz. E quanto menos o visitante está ciente do envolvimento do museu com grupos comunitários, da promoção de feiras e cursos, da exposição à diversidade cultural, da discussão política e da oferta de feiras com produtos da população, menos ele percebe a luta do museu contra preconceitos. Ainda, quanto mais longe ele reside e menos constante é sua frequência ao local, menos o visitante está informado das atividades do museu, menos ele percebe o trabalho conjunto com escolas e universidades (62% não têm conhecimento de parcerias do museu com estas). Concluímos, portanto, que a informação sobre as ações e o trabalho conjunto do museu depende diretamente da regularidade da frequência ao local.

As análises qualitativas mostram que o Museu Ciência e Vida foi concebido a partir de debates, ainda que não apresentasse à época uma missão sistematizada – difundir e despertar o gosto pela ciência, cultura e arte nos cidadãos. Nesse sentido, as atividades e os projetos realizados constantemente são: ações planejadas com e para a comunidade, eventos (inclusive acadêmicos), exposições temporárias e itinerantes, pesquisa de público, conferências e palestras, cursos e oficinas, espetáculos musicais e teatrais, exibição de filmes e projeção de vídeos, além de visita mediada e sessões no planetário.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (SCTERJ) é proprietária do espaço físico da instituição, enquanto sua administração é responsabilidade da CECIERJ (SCTERJ), sob a tutela da vice-presidência de

divulgação científica. Apesar de o museu não contar com a participação da comunidade na sua gestão e/ou no seu funcionamento, seus dirigentes declaram-se abertos à colaboração de todos na construção e na manutenção da instituição.

O Plano Museológico e o Regimento Interno encontram-se em elaboração, enquanto o museu adota a Prática de Gestão: em reuniões semanais, o planejamento das atividades (fim e meio) é constantemente refeito e atualizado, objetivando a reorganização das ações, dos eventos e das atividades por meio da ferramenta Google Drive. Constatou-se que, apesar de conhecer a Política Nacional de Museus e participar dela, o museu não tem os programas socioambientais recomendados. A visitação (inclusive ao planetário), os eventos, os cursos e as oficinas são gratuitos todos os dias do ano. As fontes de recursos do museu são sempre conquistadas em editais públicos. Por essa razão, há a busca constante pela viabilidade das atividades econômicas, realizando-se planejamento antecipado e refazendo-se as contas regularmente. Há também prioridade de empregar moradores das proximidades de Duque de Caxias. No museu, a jornada de trabalho é diferenciada, com escalas e plantões, sendo assegurada a renda básica e o direito de razoável qualidade de vida de toda a equipe. Em seu quadro de funcionários, dezoito profissionais são terceirizados: dois porteiros, oito vigilantes, seis auxiliares de serviços gerais e dois recepcionistas.

Já em referência à relação museu-cidade-patrimônio, a instituição ocupa uma edificação que é própria e não é de interesse patrimonial. Por não ser tombada, não há a necessidade de utilização da conservação estratégica, com o controle de fluxos de visitantes, medidas pedagógicas e políticas urbanas de preservação. A edificação, porém, foi construída para abrigar o museu no centro da cidade, quando havia edifícios já construídos (históricos ou não) em desuso, e tem área permeável quase inexistente. Se, por um lado, o museu é grandioso e monumental, podendo, de certa

forma, intimidar o público e proporcionar exclusão social e segregação territorial, por outro, procura diminuir essas possíveis limitações, atuando como instituição de educação informal acessível a todos e oferecendo gratuidade na visitação. Se o impacto gerado na cidade é baixo em termos de filas e a instituição não fomenta o uso de veículos particulares, também não dispõe de bicicletário. O acesso do público e o transporte de resíduos e insumos são separados.

Sua atuação é regional, com grande impacto local. A instituição adota política de intensa atração de público, em acordo com o planejamento das ações da Secretária de Cultura de Duque de Caxias, com a qual tem parceria em vários eventos. Em 2016 havia a pretensão de lançar material bilíngue e aumentar sua visibilidade internacional, bastante baixa. Ainda que não direcione seu trabalho para os anseios dos habitantes locais, as atividades e exposições evidenciam as relações socioambientais e culturais da sociedade, podendo ser constatadas em algumas de suas exposições: "Onde tudo começou: da pré-história à história" (2014), que, através de atividades interativas e didáticas, como reprodução de pinturas rupestres e simulação de escavação, proporcionou ao visitante o conhecimento sobre a pré-história; e "Nós do mundo" (2014), que apresentou os estilos de vida da população, questionando a ação do ser humano na natureza.

O museu adota uma abordagem multidisciplinar e atual, tratando de temas como a poluição, os ecossistemas, os estilos de vida, a diversidade cultural, a ciência e a saúde, por meio de exposições, oficinas e eventos; assim como as novas tecnologias, através de cursos, oficinas e campeonatos. Como exemplo, podemos destacar as oficinas de robótica e os campeonatos da área; a narração de história "A poluição tem solução?" (2015); e as exposições "Floresta dos sentidos" (2015), que por meio da interatividade – tanto com o cenário, como com ferramentas tecnológicas (computadores) – permitiram que crianças percebessem a importância

das florestas brasileiras, dos recursos naturais, das espécies nativas e exóticas, além de denunciar o tráfico de animais, e a "Do Mangue ao mar – uma baía de Guanabara que você nunca viu" (2015/2019), que atentava para a importância da preservação dos manguezais para o ecossistema e, por meio de jogos interativos, informava sobre práticas de proteção ambiental. Alguns projetos são relacionados à sustentabilidade, com exposições, oficinas, cursos e eventos. A exposição "Sustentabilidade – o que é isso?" (2015) é um exemplo que sintetiza bem a preocupação do Museu Ciência e Vida com a temática, pois apresentou o conceito, tocando diversas dimensões (ambiental, social, econômica, cultural e política), e auxiliou o entendimento da prática, com jogos interativos. As oficinas e os cursos (destacadamente os de professores), assim como as exposições interativas (voltadas principalmente para o público infantil), demonstram o interesse e a ênfase do Museu Ciência e Vida em transformar a realidade das atuais gerações.

Suas atividades fim promovem a compreensão da realidade e o debate de diversos temas, entre ciência, atualidades e história, ainda que não contextualize o público com relação ao entorno onde está inserido. O desenvolvimento das atividades e o trabalho da instituição procuram servir de exemplo para a sociedade, provocando reflexões e questionamentos, por meio da educação e do debate ativo das questões atuais. A título de exemplificação, podemos citar as exposições: "Nós do mundo" (2014) (reflexão sobre a relação do ser humano com o planeta e o nosso futuro), "A herança da Terra – salvar o planeta do Pequeno Príncipe" (2014) (retrato das preocupações com o meio ambiente do autor Antoine de Saint-Exupéry), "Pioneiras da ciência no Brasil" (2015) (relato das histórias das mulheres que contribuíram para o desenvolvimento científico do Brasil), e "Sustentabilidade: o que é isso?" (2015) (instigando o despertar de uma participação social consciente dos visitantes); as mesas-redondas: "Cultura indígena em museus" (2014) e

"Violência contra a mulher: reflexão e ação" (2015); e as oficinas: "Por trás da água" (2014) (discussão sobre a temática água, suas características e sua importância para o ser humano) e "Reutilize: criando seus personagens" (2015) (resgate da cultura de fantoches por meio da sua criação com materiais reutilizados).

Suas exposições têm origens variadas, podendo ser criação da própria instituição (como a exposição "Movimente-se! A física dos esportes", 2015), ou de outras instituições e/ou museus parceiros – regionais e/ou nacionais; como exemplo, as exposições "Floresta dos sentidos" (2015), em parceria com o Museu da Vida (Fiocruz) e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com apoio da Faperj; "Do Mangue ao mar – uma baía de Guanabara que você nunca viu" (2015/2019) em parceria com o Projeto Uçá (Rio de Janeiro); "Luz ao alcance das mãos" (2015), em parceria com o Instituto de Física de São Carlos (USP); e a "Mostra de Artes Visuais da Unigranrio", 2015, em parceria com a Universidade do Grande Rio; entre outras. Isso garante que sempre exista uma nova temática a ser tratada, imprimindo dinamismo ao trabalho, que dialoga – tanto em ações como em exposições – com os fenômenos urbanos, e por essa razão pode-se dizer que está integrado à cidade. Exemplificando, podemos citar algumas atividades organizadas pelo Museu Vivo de São Bento, como a visitação de pontos históricos da cidade e o minicurso "Educação Patrimonial e Ambiental" (2014).

Os projetos do Museu Ciência e Vida podem ser considerados catalisadores do desenvolvimento cultural, pois utilizam a cultura como elemento de inclusão social e recorrem a ela e à ciência para conjugar a diversidade das temporalidades urbanas, sobrepondo tempos e acontecimentos em um mesmo espaço. Isto pode ser observado nas exposições, visto que algumas remontam a histórias do passado distante, outras retratam o presente e debatem o futuro. Exemplificando, temos as exposições: "Onde tudo começou:

da pré-história à história" (2014), "Nós do mundo" (2014), "Evolução e natureza tropical" (2015), "Sustentabilidade – o que é isso?" (2015), até a recente Dinossauro – do Cretáceo à robótica (2019), entre outras. Além disso, através de exposições e eventos, o museu consegue propagar diversos estilos de vida, ou seja, disseminar culturas.

Através da difusão da cultura, juntamente com a história, o Museu Ciência e Vida promove a preservação (ambiental e cultural) e o desenvolvimento social compatíveis com a dinâmica real da cidade, buscando impedir o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos da sociedade ou o congelamento da vida socioeconômica. Nesse sentido, busca combater a exclusão social e o preconceito, através de atividades que informam e promovem diferentes culturas, e de espaços com acessibilidade. Algumas dessas ações possibilitam o reconhecimento social dos direitos dos excluídos, sendo consideradas promotoras da cidadania. A título de exemplificação, temos o evento "Ciência e Saúde – um olhar para a DST e AIDS" (2014), que discutiu os mitos e preconceitos referentes às doenças sexualmente transmissíveis, o contexto social da descoberta e das políticas de combate à doença e o aspecto científico dos vírus; as exposições "Luz ao alcance das mãos" (2015), e "Movimente-se! A física dos esportes"(2015), que possibilitaram o ensino de conceitos de física – a primeira, os conceitos de ótica, e a segunda, de movimento – ao público deficiente – a primeira, visual, e a segunda, motora –, democratizando o acesso ao conhecimento, e ainda permitindo ao público que não possui deficiência colocar-se no lugar do outro e vivenciar a experiência sensorial; a oficina "Bonecas de Abayomi – memória e identidade afro-brasileiras" (2013/2014), que divulgou, por meio de narração de histórias, cinema e confecção de bonecas, a cultura afro-brasileira; a mostra "Astronomia indígena – céu Ticuna e céu Tupi-Guarani" (2014), e "Ciência, tecnologia, artes e povos indígenas no Brasil" (2014), que abordaram a cultura indígena; e o debate "Consciência Negra: a África

no imaginário brasileiro" (2013), que apresentou questões referentes ao preconceito e à inserção dos negros na vida social, entre outros. Por prezar pela acessibilidade, educar, informar e combater preconceitos, e incluir em seus projetos as parcelas socialmente excluídas, o museu é considerado uma instituição inclusiva, que promove a generosidade e a solidariedade. Embora não ofereça cursos para profissionalizar e/ou inserir na cadeia produtiva os trabalhadores do mercado informal, a instituição oferta cursos e oficinas não profissionalizantes e ela mesma serve como oportunidade de emprego para os moradores de Duque de Caxias.

No tocante à dimensão econômica, o museu não participa da economia alternativa, não utiliza insumos do mercado informal e também não é cliente de nenhuma organização financeira solidária; não possui envolvimento com movimentos sociais, associações ou grupos comunitários locais, mas, nesse sentido, colocou-se aberta a relacionar-se e a disponibilizar local para organizações e reuniões desses grupos.

Ainda que não apresente ações de manejo dos recursos naturais, não ofereça programas de educação ambiental e não utilize tecnologias limpas e de maior eficiência, a instituição busca, através da exploração de temas relacionados à biodiversidade, ao meio ambiente, ao clima e aos fenômenos naturais, difundir conhecimento sobre o patrimônio natural e ensejar sua preservação. Podemos citar as oficinas: "Robótica e meio ambiente" (2014), que relacionou noções básicas da teoria e prática da robótica com o conceito de preservação ambiental; "Por trás da água" (2014), que trouxe à discussão a temática da água, suas características e importância para o ser humano; "Qualidade da água X qualidade de vida" (2014), que questionou a qualidade da água e sua influência na vida dos seres humanos e dos animais; "Medida de energia elétrica" (2014), que abordou a economia e o controle do consumo de energia elétrica; "Ciências e bioenergia" (2014), que demonstrou como a

ciência e a criação de novos experimentos podem contribuir para o descobrimento de novas fontes de energia renovável; "Colecionando a biodiversidade" (2014), que questiona como o conhecimento dos museus pode colaborar na preservação da biodiversidade; as exposições "A Herança da Terra – salvar o planeta do Pequeno Príncipe" (2014), que apresenta a preservação do meio ambiente sob a ótica do autor Antoine de Saint-Exupéry; "Floresta dos sentidos" (2015), que trata a temática das florestas brasileiras; "Evolução e natureza tropical" (2015), que apresenta as teorias da evolução e os conceitos de meio; "Sustentabilidade – o que é isso?" (2015), discutindo o conceito e sua urgência; e a recente "Do mangue ao mar" (2015/2019), que chama a atenção para a importância dos manguezais na baía de Guanabara, e as palestras "Biodiversidade e mudanças no clima do planeta" (2014), e "Biodiversidade: temos que nos importar com isso?" (2014); e o minicurso "Educação Patrimonial e Ambiental" (2014).

O projeto de sua edificação foi elaborado com foco em uma arquitetura sustentável, com reutilização de água, sistemas de automação, atenção à acessibilidade etc., porém, no decorrer da obra, o projeto foi sendo alterado por falta de recursos financeiros e muitas ideias projetadas não foram implantadas. Ressalta-se que o edifício é acessível (possui rampas, cadeiras de rodas, banheiro, locais de descanso para cadeirantes e elevadores), mas ainda se busca a implantação de sinalização podo-tátil e o funcionamento adequado dos elevadores. Apenas parte do sistema de captação de água da chuva está funcionando e a capacidade do reservatório é pequena, não havendo filtragem para reúso nos banheiros. As descargas são automáticas, algumas torneiras nos banheiros contam com dispositivos de controle e há estudos para colocação de lâmpadas mais econômicas e de sistemas de captação de energia solar, assim como se intenciona reduzir o consumo de energia elétrica com rodízio no funcionamento dos aparelhos de ar condicionado. Foi também realizada uma mudança do acordo com a concessionária de

energia para diminuição da carga contratada, o que permitiu economia de 30% do consumo. Além disso, o treinamento de incêndio pelo Corpo de Bombeiros é frequente. A produção de resíduos do museu é principalmente de papel e seus derivados, dispostos de maneira organizada para coleta pela concessionária de limpeza em dias certos. Internamente, é realizada a coleta seletiva com separação do lixo. Infelizmente esse processo não é continuado, pois o município de Duque de Caxias não conta com o serviço da coleta seletiva e acaba por juntar todos os resíduos recolhidos. Ainda há a preocupação do museu com o encaminhamento de baterias para locais especializados no seu descarte e a equipe do museu está em busca de locais que façam o mesmo com lâmpadas. Em relação aos rejeitos da limpeza, o museu os devolve para a empresa fornecedora de materiais, que dá o devido fim (em locais próprios ou fazendo a reciclagem), e assim não há repasse para o mercado informal. Ainda que não seja realizada a total reciclagem do lixo, essa temática é uma preocupação do museu, que a menciona nas atividades para os visitantes. Como exemplo, temos as oficinas que utilizaram materiais reciclados para confecção de objetos e abordaram o tema: "Bonecas de Abayomi – memória e identidade afro-brasileiras" (2013/2014), "Reutilize: criando seus personagens" (2015), e "Pet-Brinquedos" (2015), entre outras.

As oficinas de robótica são a principal ferramenta para compartilhar tecnologia com os usuários no museu, ou quando das visitas ao planetário e da interatividade nas exposições. Assim, o museu consegue atingir assuntos que perpassam diversas gerações, como, por exemplo, na exposição sobre a evolução das espécies "Evolução e natureza tropical" (2015), e nas olimpíadas e na física dos movimentos esportivos na exposição "Movimente-se! A física dos esportes" (2015), que utilizaram técnicas e tecnologias de ponta, enfrentando as contradições antigo-novo.

Em termos gerais, o Museu Ciência e Vida pode ser considerado uma instituição de educação pública, uma vez que

desenvolve o reconhecimento do patrimônio cultural e da ciência como instrumentos de educação e de desenvolvimento social, estimulando a produção de conhecimento e a formação do indivíduo, embora a instituição não exerça a educação humanista nem fomente o espírito crítico. Nesse intento, o museu trabalha em conjunto com outros museus, universidades, escolas, centros de pesquisas etc., auxiliando o vínculo entre os agentes de transformação da sociedade, estando sempre aberto e em busca de novas parcerias. Por ser membro da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), a possibilidade de parceria com cientistas e técnicos que contribuem com a troca de experiências e conhecimento proporciona que o museu se aproprie da ciência e da técnica e estimule a sociedade a apoderar-se delas também, através do contato e dos eventos com profissionais, técnicos e cientistas. Entre seus parceiros, podemos destacar: o Planetário do Rio de Janeiro, o Museu da Vida (Fiocruz), o Museu Naval do Rio de Janeiro, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o Museu Vivo do São Bento, o Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro; diversas escolas, universidades e centros de pesquisa, como Unigranrio, Fundação CECIERJ, CEDERJ, Faperj, Casa da Ciência (UFRJ), UFMG, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outros.

Conclusões parciais

Ao analisar o Museu Ciência e Vida conforme as dimensões da sustentabilidade, podemos dizer que o museu está a serviço do desenvolvimento social, por ser uma instituição de educação não formal, debater assuntos atuais – até de utilidade pública –, buscar a inclusão social (combate ao preconceito, acessibilidade e gratuidade) e promover a cidadania, apesar de não se engajar na busca direta pela resolução dos problemas da população. A maioria de seu público corrobora tais esforços, tornando mais interessante seu

engajamento social via parcerias com grupos comunitários e movimentos sociais para alcançar dois dos objetivos colocados pela instituição: a vontade de relacionar-se com associações sociais e a melhor divulgação do trabalho do museu. Esse engajamento por parte do museu incrementaria sua abordagem da dimensão política por meio da reflexão sobre os paradigmas sociais e políticos da sociedade, permitindo que se colocasse como um novo ator político. Verificou-se ainda que, apesar de a atuação do Museu Ciência e Vida ser transetorial por meio de seu trabalho com diversos parceiros, as parcerias não são percebidas pelo público.

Por promover o entendimento do passado através de atividades que apresentam a história e a ciência, colaborar com a configuração do presente por meio de debates sobre acontecimentos recentes, e planejar o futuro através de projetos e de discussões programadas, podemos considerar que o museu fomenta o desenvolvimento sociocultural. A instituição também utiliza-se da cultura como meio para inclusão social e para reflexão sobre o passado, objetivando modificar o presente e planejar um futuro melhor.

O Museu Ciência e Vida não possui ligação com a economia alternativa, criativa ou com a capacitação, ainda que apresente uma gestão responsável. Quanto à questão ambiental, embora não faça uso de tecnologias limpas e de maior eficiência e não atue em ações de manejo dos recursos naturais, o museu aborda e debate a questão ambiental, buscando, inclusive, utilizar racionalmente os recursos naturais. Se preocupa com causas sustentáveis relevantes, se engajando, em alguma medida, nas dimensões ambiental, social e cultural – ainda que seja necessário o aumento da dedicação na dimensão social, e a nutrição constante das outras. Para que esse objetivo seja alcançado, se torna necessário maior foco e maior esforço nos campos econômico e social, através, por exemplo, da participação na economia alternativa e em movimentos sociais, e do incentivo à participação ativa da comunidade/população na administração

do museu, de maneira a realizar o movimento *bottom-up* em sua gestão, e não impor decisões burocráticas à comunidade, como pede Varine (2013).

Portanto, o museu não configura o ciclo vicioso da insustentabilidade, mas ainda está longe da completude do ciclo virtuoso e, portanto, da sustentabilidade integrada considerada neste trabalho.

CAPÍTULO 5

A Museologia Social no Rio de Janeiro

O MUSEU DA MARÉ, INAUGURADO EM 2006, está localizado no maior complexo de favelas do município do Rio de Janeiro, a Maré (em 2010 eram 130.000 pessoas distribuídas em 800.000 m²).[36] Foi caracterizado como novidade na época, não por ser o primeiro museu de uma favela, mas por ser pioneiro em possuir "comunidades locais no centro dos interesses, das discussões e das ações administrativas e gerenciais" (Abreu e Chagas, 2007, p. 2) e abordar tanto questões locais, quanto universais, com a mediação de uma organização não governamental. O principal interesse desse museu é a vida social de seus moradores e "os processos de comunicação para dentro e para fora da favela" (Abreu e Chagas, 2007, p. 4). É considerado precursor de uma experiência museológica (Pinto Vieira, 2006; Abreu e Chagas, 2007), possui cadastro no CNM, é um museu comunitário e faz parte do movimento da Museologia Social, inclusive participando da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Esse grupo – formado por comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, do patrimônio e da cultura – busca unir e trocar saberes entre os participantes, intensificando o uso da memória para a inclusão e a transformação social, tornando visível e aperfeiçoando

36 Segundo o Censo IBGE 2010 e o Jornal O Cidadão do Bairro Maré. Em https://jornalocidadao.net/mare. Acesso em: 26 out. 2020.

iniciativas no Rio de Janeiro.[37] Ou seja, o exemplar reúne os pré-requisitos desse estudo.

O Museu Vivo do São Bento – instituído pela Lei nº 2224, de 03 de novembro de 2008 –[38] está localizado no município de Duque de Caxias. Foi criado a partir de greves de docentes e mobilizações populares (Castro, 2012) em busca de "novas construções de percepções espaciais e de ressignificações de paisagens, visando a dignidade social num espaço socialmente degradado",[39] além de maior empoderamento social e participação ativa da comunidade na construção da memória local (Nunes, 2009). Considerado um museu de percurso – ou vivo, ou de território –, reúne "informações históricas construídas e sobrepostas no espaço" (Nunes, 2009, p. 6), permitindo a compreensão do desenvolvimento da cidade. O museu é citado por diferentes autores (Nunes, 2009; Oliveira e Abreu, 2010; Chagas, 2011; Castro, 2012). Assim, agrega os pré-requisitos utilizados na pesquisa.

Museu da Maré

Boaventura Sousa Santos (2015), em visita ao museu, declarou:

> ESTE MUSEU NÃO PODE SAIR DAQUI. FICA. Estou emocionado pela riqueza humana e cultural que vim encontrar neste Museu da Maré. Estive aqui há 45 anos, a Maré era outra e muito mais longe da dignidade. Nas piores condições políticas sociais, no meio do

37 Retirado da descrição do grupo da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro na mídia social Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/212231862288591/?pnref=lhc. Acesso em: 13 nov. 2015.

38 Site do Museu Vivo do São Bento, disponível em http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional/lei-de-criacao. Acesso em: 9 jul. 2015.

39 Texto disponível no Site Museus do Rio, disponível em http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=51:museu-vivo-de-s%C3%A3o-bento&Itemid=217. Acesso em: 9 jul. 2015.

> racismo e da discriminação, esta comunidade maravilhosa conseguiu construir uma vida digna numa sociedade que não cessa de os criminalizar.
>
> Este museu é a prova mais eloquente da vitalidade e da criatividade desta comunidade. É um museu contra-hegemônico que conta a dignidade das classes populares.
>
> A tecnologia museológica que está aqui é uma demonstração maravilhosa do que chamo ecologia dos saberes: o diálogo entre o saber popular e o saber técnico na construção da emancipação.[40]

O Museu da Maré é um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), organização não governamental que auxilia no reconhecimento da favela como espaço de manifestação diversificada da cidade, transformando paradigmas, providenciando acesso à cultura e à educação aos moradores de suas comunidades. O Centro utiliza-se da mobilização de variados atores sociais, da promoção do sentimento de pertencimento e de identificação, e do desenvolvimento de ações que intensifiquem a capacidade de cada indivíduo.

Em 2000, a Fundação Oswaldo Cruz promoveu uma jornada para discutir a apropriação cultural, quando viabilizou os contatos e a criação de parcerias entre a Rede de Memória (criada em 1998) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Essa união motivou a produção de oficinas de museologia na sede do CEASM, a inauguração do Arquivo Dona Orosina (2001), a elaboração de duas dissertações de mestrado, a realização de exposições temporárias (Museu da República, Centro Cultural Oduvaldo Viana Filho

---

40 Texto disponível no Site Museus do rio, disponível em http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=51:museu-vivo-de-s%C3%A3o-bento&Itemid=217. Acesso 9 jul. 2015.

e Centro Cultural do Tribunal de Contas do Estado, todas em 2004) e a concepção do Museu da Maré (fundado em 2006). Erguido pela aspiração dos moradores de possuírem seu próprio lugar de memória e propondo ampliar o conceito museológico, o "Museu da Maré é uma iniciativa pioneira no cenário da cidade" (Silva, 2016), uma vez que estabelece a vida social dos moradores como foco do seu trabalho, negando "a lógica da acumulação de bens culturais e da valorização das narrativas monumentais" (Abreu e Chagas, 2007, p. 4).

O museu propõe-se a registrar, preservar e divulgar a história da Maré nas suas mais variadas dimensões e, principalmente, ser um espaço de encontro – "encontro daqueles que, na diferença, se fazem iguais" (Silva, 2016). Para tanto, conta com uma exposição permanente como ação central e com diversos projetos e atividades que são conduzidos pela identidade histórica e cultural local e têm como objetivo o fortalecimento dos vínculos comunitários entre os moradores.

Localizado em uma área acessível e de grande fluxo metropolitano, próxima do cruzamento da Avenida Brasil com a Linha Amarela, o Museu da Maré conta com a sinalização de placas de localização nas vias próximas. Seu entorno é caracterizado pela diversidade de estabelecimentos comerciais e residenciais e pela desigualdade socioeconômica. O museu está implantado no interior de uma antiga fábrica de transportes marítimos – Cia. Libra de Navegação, reafirmando a vocação da instituição para trabalhar a memória. O espaço, não tombado, foi cedido ao CEASM por meio de comodato pelo período de 10 anos. Esse prazo expirou no final de 2013 e, em junho de 2014, a proprietária do imóvel informou não existir mais interesse na renovação do comodato. Em setembro de 2014, o Museu foi notificado que possuía 90 dias para desocupar o imóvel. Perante as circunstâncias, a comunidade, os colaboradores e os admiradores do Museu se reuniram e deram início ao movimento "Museu da Maré Resiste!", buscando a continuidade da instituição no seu atual local. O gesto também sensibilizou gestores

públicos das três esferas do governo e a imprensa. O movimento contou com petições públicas, atividades culturais, mobilizações em redes sociais e caminhadas.

Em maio de 2019, durante a abertura da Semana Nacional de Museus, depois de cinco anos de intensa mobilização, o CEASM comemorou a doação ocorrida no final de 2018 e a conquista da posse definitiva do terreno e dos galpões onde funciona o Museu da Maré, que, no momento, desenvolve projetos de reformas estruturais.[41]



Figura 5.1 – Localização do Museu da Maré, vias do entorno e pontos de ônibus. Fonte: Google Maps, em novembro de 2015.

41 Ver matéria escrita por Vinícius Lisboa, publicada em 13 de maio de 2019, pela Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/museu-da-mare-recebe-posse-definitiva-do-espaco-em-que-funciona. Acesso em: 23 mai. 2020.



Figura 5.2 – Museu da Maré. Foto: Paulo Barros. Arquivo Dona Orosina Vieira/Museu da Maré.

O espaço, com aproximadamente 668m^2 de área construída, conta com salas de atividades, biblioteca, arquivo, reserva técnica, galpão, um local para exposições temporárias e outro para a exposição permanente. Este último é composto por doze espaços que recontam a história, não cronologicamente, mas em função de tempos vividos: tempo da água, tempo da casa, tempo da migração, tempo da resistência, tempo do trabalho, tempo da festa, tempo da feira, tempo da fé, tempo do cotidiano, tempo da criança, tempo do medo e tempo do futuro.

> Um museu que concebe o tempo, ao mesmo tempo, de modo diacrônico e sincrônico. Um museu que dialoga com relógios, calendários, cronômetros e diferentes ritmos naturais [como as cheias e baixas da maré] e sociais (Abreu e Chagas, 2007, p. 10).

Análises segundo o modelo

Durante as entrevistas, observou-se que 66% dos visitantes residiam fora do estado do Rio de Janeiro – sendo 44% de outra região do Brasil e 22% de outro país –, indicando a visibilidade mundial da instituição. Ao mesmo tempo, observa-se o impacto que o museu exerce no entorno e na cidade do Rio de Janeiro, já que 12% vivem em outra região da cidade e 11%, nos arredores. Apenas 10% dos entrevistados afirmaram visitar o museu regularmente, enquanto 78% disseram estar visitando o museu pela primeira vez. Observou-se que quanto mais constante é a visitação do museu, mais o indivíduo considera que participa de seu funcionamento, bem como que a instituição faz parte de seu cotidiano. O fato de 94% dos visitantes revelarem nunca ter participado do funcionamento do museu e 89% dizerem que o museu não faz parte do seu cotidiano pode ser explicado pelo perfil dos entrevistados – moradores de fora do entorno (89%) que visitavam o museu pela primeira vez (78%). Quanto à facilidade de entrada na instituição, 99% do público entrevistado afirmou não ter enfrentado fila. Também 99% dos entrevistados disseram saber o motivo da criação do museu, um nível surpreendente, pois muitos não residiam perto do museu. Além disso, todos os entrevistados na pesquisa afirmaram que o museu auxiliou no conhecimento da história, dos bens e dos costumes da comunidade da Maré.

As ações do Museu da Maré servem como inspiração e proporcionam reflexão aos visitantes, com 94% dos entrevistados afirmando que o museu havia promovido alguma mudança ou transformação nas suas atitudes e/ou no seu comportamento e, ainda que a maioria dos entrevistados não seja moradora do entorno, 68% disseram que o museu sempre ou algumas vezes se esforça na busca de soluções para os problemas da comunidade. Nesse sentido, 86% dos entrevistados disseram que as atividades do museu abordam assuntos atuais, observando-se a existência de correlação

entre a discussão de temas atuais e a busca pela solução dos problemas. Foi constatado que a abordagem de temas recentes e o anseio pela resolução de problemas da população estão direta e positivamente ligados à reflexão sobre a conduta do indivíduo. Sabe-se também que o visitante que diz conhecer a definição de "sustentabilidade" repensa suas atitudes após a visitação ao Museu da Maré.

Dos 98% que afirmaram conhecer o conceito de "sustentabilidade", somente 42% creditam ao museu um maior conhecimento do tema, sendo esta última opinião positivamente correlacionada à origem do visitante; quem mora mais longe aprendeu menos sobre o tema na visita ao museu. Observou-se que quanto mais próximo do museu o visitante residir, mais ele considera a instituição presente no seu dia a dia e mais vê a contribuição do museu para seu entendimento sobre preservação do meio ambiente, o que melhora o entendimento sobre sustentabilidade e o aprendizado sobre clima e fenômenos naturais (que ocorreu para 53% dos entrevistados) e preservação do meio ambiente (ocorrido para 44% dos entrevistados). Pode-se especular, assim, que os moradores do entorno são os que mais aprendem sobre temas ambientais no museu.

Quando o museu proporciona o debate de assuntos atuais, de alguma maneira também está auxiliando no aprendizado sobre economia e, quanto maior o aprendizado sobre economia através do museu (o que ocorreu para 60% dos entrevistados), maior o aprendizado sobre sustentabilidade e preservação do meio ambiente, sendo os três temas correlacionados a questões atuais segundo o público. Da mesma forma, foram observadas correlações entre o aprendizado sobre política (que ocorreu para 65% dos entrevistados) e um entendimento maior sobre sustentabilidade e dessa política com o aprendizado sobre preservação do meio ambiente e com a percepção de busca por soluções para os problemas da comunidade. Podemos especular que, na busca por soluções para os problemas vividos pela comunidade, o museu

se torna ator político e dá a conhecer ao visitante essa atitude, aumentando seu entendimento sobre o tema.

Notou-se que existe correlação entre a promoção de eventos e a colaboração do museu no aprendizado sobre sustentabilidade, sobre preservação do meio ambiente, sobre clima e fenômenos naturais, sobre economia e sobre política, configurando uma busca pela sustentabilidade integrada. Sobre a promoção de feiras ou eventos com produtos feitos pela comunidade, 46% dos entrevistados disseram ter ciência do acontecimento sempre ou algumas vezes, com os moradores do entorno apresentando maior conhecimento sobre sua ocorrência.

A maioria do público entrevistado (66%) declarou não saber da oferta de cursos e oficinas, ainda que 25% tenha afirmado saber desta ocorrência sempre ou algumas vezes. Especificamente quanto a cursos de educação ambiental, 59% dos entrevistados afirmaram não saber se o museu os oferece, enquanto 13% confirmaram saber da realização de cursos com o tema. Novamente, esse dado pode ser explicado pelo perfil dos entrevistados, uma vez que se encontrou correlação positiva entre a proximidade da residência em relação ao museu, a frequência de visitação, o fato de ter o museu como parte do seu cotidiano, participar do seu funcionamento e conhecer a oferta de cursos e oficinas (esta última variável estando também positivamente correlacionada aos aprendizados sobre sustentabilidade e preservação do meio ambiente).

Quanto mais se conhece a promoção de feiras e eventos com produtos feitos pela comunidade, mais se percebe o engajamento do museu no combate ao preconceito (o que ocorre sempre para 94% dos entrevistados) e na realização de atividades sobre diversidade cultural, estas últimas conhecidas por 83% dos visitantes, estando ambos, o combate ao preconceito e a promoção da diversidade, correlacionados entre si e com a busca do museu pela solução dos problemas da comunidade. Verificou-se, ainda, correlação entre o

enfrentamento de preconceitos e a modificação do comportamento dos entrevistados, ou seja, o combate ao preconceito desponta como central no caso do Museu da Maré.

A maior parte dos entrevistados (74%) afirmou ter ciência de que o museu possuía relação com movimentos sociais, associações ou grupos comunitários, aspecto correlacionado à percepção de envolvimento nos problemas vividos pela população. Enquanto 55% dos entrevistados afirmaram não saber se o museu possui muitas ou algumas parcerias com escolas e universidades, 80% revelaram não saber se o museu possui parcerias com outros museus, em desconhecimentos correlacionados entre si e de modo inverso com a proximidade de residência e a frequência à instituição. Esses paralelismos nos levam a inferir que a distância da moradia ao museu acarreta menor frequência e participação nas atividades oferecidas pelo museu e, consequentemente, em menor conhecimento das parcerias do museu, como seria de se esperar.

Como a criação do Museu da Maré se deu por meio de debate com a comunidade acerca de sua utilidade prioritária e política, o objetivo traçado foi o de preservação e divulgação da memória das comunidades da Maré. Assim, as atividades e projetos realizados constantemente pelo Museu da Maré são: ações culturais, educativas e planejadas com e/ou para a comunidade; atendimento de pesquisadores; atividades extramuro; pesquisa, conservação e documentação de acervo; pesquisas de patrimônio imaterial e material local; exposições temporárias ou de curta duração, permanentes ou de longa duração e itinerantes; visitas guiadas e mediadas; eventos, conferências e palestras; eventos acadêmicos; cursos e oficinas; espetáculos musicais, teatrais e de dança; sessões de cinema e vídeo; feiras e vendas de produtos. A única atividade que não ocorre periodicamente é a pesquisa de público.

O museu conta com a participação da comunidade na sua gestão e funcionamento e todo o trabalho é focado no âmbito

local e nos anseios dos moradores da Maré, mas busca também inserção no cenário global. A participação se dá desde a frequência às atividades, doações de peças para o acervo e montagens de exposições, até o debate e tomada de decisões importantes para a instituição; desta forma, há a colaboração de todos na construção e na manutenção da instituição e seu envolvimento no cotidiano da comunidade. Configurou-se ali, recentemente, um planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo, como demonstra a documentação. O museu pretende também refazer seu planejamento sempre que necessário. Ainda no âmbito da gestão, o Plano Museológico encontra-se em atualização e sua proposta de ação contempla o programa institucional, de acervos, de exposição, educativo-cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa. O museu não possui Regimento Interno nem programas socioambientais, apesar de conhecer a Política Nacional de Museus e ter participação nela. Não há pagamento obrigatório para a visitação dos espaços do museu, mas doações são incentivadas; as fontes de recursos do museu são oriundas de editais públicos, de leis municipais e federais de incentivo à cultura e de alguns editais privados. Como os fundos são escassos para a quantidade de projetos relativos às atividades fim e para manutenção, infraestrutura, arquitetura, tecnologia, entre outros, a administração está sempre em busca de sua viabilidade, planejando e refazendo as contas constantemente. Porém, a captação de recursos era dificultada pelo conflito para a permanência do museu no imóvel, que comprometia a realização de várias ações e atividades, bem como a captação.

As atividades e o funcionamento do Museu da Maré não causam engarrafamento nas ruas do entorno nem filas nas calçadas. Como o espaço ocupado pelo museu não é tombado, não há a necessidade de utilização da conservação estratégica (controle de fluxos de visitantes, medidas pedagógicas e políticas urbanas). Ainda assim, existe uma relação harmônica e de respeito entre turismo e patrimônio, priorizando sempre as aspirações dos moradores, uma vez

que a instituição não se apresenta apenas como um ponto turístico, mas também de visibilidade da história local e combate ao preconceito, no intuito de que as pessoas que visitam o local colaborem e se tornem parte integrante da comunidade, para o equilíbrio de um campo onde as forças sociais opostas são muitas. Por estar implantado em uma edificação já existente e significativa para os moradores da comunidade (muitos moradores trabalharam na antiga fábrica), o edifício não proporciona a exclusão social, nem a segregação territorial, e facilita a integração dos bens culturais à malha urbana, através do uso compatível e do relacionamento entre museu, cidade e comunidade. É um espaço convidativo que não causa distúrbio na paisagem local, é acessível tanto em termos urbanos como arquitetônicos, apesar de a acessibilidade não ter sido planejada. Os únicos pontos do edifício sem acessibilidade são a palafita e o segundo pavimento (onde há algumas salas de cursos e reuniões e arquivos). A área permeável disponível no terreno do Museu da Maré é pequena. O acesso do público e o transporte de resíduos e insumos são feitos por uma mesma via, com cruzamento desses fluxos. O local não oferece bicicletário, apesar de dispor de espaço para estacionamento de veículos e/ou bicicletas, o que não induz ao uso de transportes sustentáveis.

Destaca-se, ainda, que todos os trabalhadores do museu são moradores da comunidade, existindo apenas voluntários que vêm de outras áreas da cidade. O museu não conta com funcionários terceirizados e assegura a renda básica, o direito à razoável qualidade de vida e à jornada de trabalho reduzida dos membros da equipe. Nesse contexto, o museu zela pela melhoria da qualidade e da condição de vida da população do entorno, não somente através da oferta de oportunidades para moradores da comunidade, mas também com a promoção do desenvolvimento das comunidades da Maré e do auxílio na resolução das dificuldades enfrentadas pela população e, principalmente, com o aumento da

autoestima dessas comunidades, ao despertar o sentimento de pertencimento ao lugar, por meio do conhecimento da história da região, do patrimônio e da memória local. Pode-se argumentar que a instituição é, nesse sentido, instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos e da democracia, podendo ser considerada uma instituição a serviço da cidadania e do desenvolvimento social.

Outras atividades que corroboram o interesse do museu de engajar-se na solução de problemas na Maré são as constantes oficinas, cursos e ações que apresentam, mobilizam e questionam temáticas problemáticas e polêmicas. Podemos destacar o cordel "A peleja de Djalma e o menino pra entender a pesquisa clínica" (2014), que, através de música e apresentação teatral, retratou e debateu a pesquisa clínica na área de HIV/AIDS; a mobilização "I Ação Ambiental no Museu" (2014), que conseguiu a desejada poda de árvores e a retirada de carcaças de carros abandonados de algumas vias da comunidade; e a feira "Articula Maré" (2015), que proporcionou oportunidades de emprego e a oferta de cursos e palestras para a comunidade. Tanto o trabalho quanto as ações da instituição também são voltados para explicar, educar e debater ativamente questões atuais. Exemplificando, temos a "Dissidências criativas na Maré" (2014), exposição temporária e interativa sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, que contou com oficinas de estamparia, mostra de vestuário, exibição do curta "Contos e lendas da Maré", "Mural do grito" (espaço para expressão de desejos e anseios do público), exposição fotográfica do projeto "World Cup" (fotos críticas tiradas durante a Copa do Mundo por fotógrafos nacionais e internacionais), além de intervenções artísticas, performances, exibição de vídeos e fotos, atividades para crianças e a produção de uma fotonovela; e o evento "Semana Pela Soberania Audiovisual Rio de Janeiro" (2015), mostra latino-americana de cinema independente e comunitário que aconteceu no Museu da Maré e, concomitantemente, em vinte outros pontos do Brasil abordando as

temáticas: culturas, identidades e memórias; megaeventos esportivos; e combate ao genocídio do povo negro.

Além da abordagem de contemporaneidades, as relações socioambientais da comunidade também estão representadas no museu, visto que muitas ações e, principalmente, a exposição permanente esclarecem e remontam à ocupação do território da Maré, possibilitando o entendimento da relação homem/natureza (cultura). Outra atividade que exemplifica a conduta questionadora foi a "Feira Grátis da Gratidão" (2014), que promoveu a permuta de objetos usados, estimulando muitas transformações de atitude com relação ao consumismo e ao desperdício. Ainda, o Museu da Maré expõe os costumes e os bens da comunidade e é consciente do seu contexto político e social. A instituição também promove a integração do público com a comunidade, auxilia na compreensão da realidade social e enseja a reflexão crítica por meio da história, de ações que promovem o debate acerca dos problemas vivenciados pela comunidade e da reflexão sobre sua própria existência e resistência.

Diante do quadro apresentado, pode-se considerar que o Museu da Maré serve de exemplo para a sociedade e, em especial, para a comunidade, já que inspira, causa reflexão, promove questionamentos e contesta o sistema. Suas ações tomam por base a memória como iniciadora de um processo de transformações individuais e sociais, buscando a construção de uma consciência popular no sentido de uma mudança civilizatória.

A exposição permanente e o acervo foram (e ainda são) montados com objetos que advêm das pessoas da comunidade que os doam. Já as exposições temporárias são de origem diversa, podendo ser locais, montadas pelos moradores; regionais ou nacionais, em parceria com outros museus ou instituições (Casa da Ciência – UFRJ, entre outros), e também internacional, como foi o caso de uma exposição vinda da Jamaica. Algumas das exposições temporárias montadas com a participação da comunidade e objetos feitos por ela foram:

"Grafitarte" (2013), "Os primeiros vidros da Maré" (2013), "Troiano Artes" (2014) e "Sons da Maré – projeto participativo de arte sonora" (2014). A exposição itinerante do Museu da Maré percorre o Brasil inteiro. Portanto, o Museu da Maré e seus bens estão integrados à cidade e, principalmente, à comunidade. O trabalho do museu dialoga com os fenômenos urbanos e também por isso está assimilado à cidade. Como exemplos, podemos citar a participação do Museu da Maré no evento "Rio Festival 2012", que afirma a cidade como palco da inovação, visando à transformação urbana através da criatividade; e na exposição "O design da favela 2012", que divulga a configuração territorial vernacular das comunidades do Rio de Janeiro, que, com a falta de recursos, apodera-se da criatividade para solucionar questões de habitação, transporte, lazer etc. O museu também atua para minimizar a deterioração dos bens públicos urbanos através da valorização do patrimônio perante a comunidade, seguindo a máxima "conhecer para valorizar, valorizar para preservar" (Tilden, 1957) e evitando vandalismos e destruição.

Em relação ao engajamento social, o Museu da Maré possui envolvimento com movimentos sociais, associações e grupos comunitários, além de promover reivindicações sociais e uma melhor organização social local, o que justifica sua permanência e existência. Desse modo, enfrenta as contradições sociais buscando o crescimento frente à pequena oferta de infraestrutura e serviços na comunidade, enfrentando a questão da produção e distribuição de riquezas e o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos da sociedade, afastando o congelamento de sua vida socioeconômica e dialogando com fenômenos urbanos contra a deterioração urbana e a degradação ambiental.

A promoção de oficinas e o desenvolvimento de projetos especificamente com jovens demonstram o interesse e a preocupação do Museu da Maré de trabalhar e transformar a realidade da geração atual, mas as atividades também estimulam o respeito aos diferentes valores entre os povos,

assim como às identidades locais, alcançando todas as gerações, ao promover as tradições sem negar as inovações. Este estímulo se dá através de exposições, narrações de histórias, cursos, *workshops*, entre outras ações que retratam a vida da comunidade e celebram outras visões e culturas. Um evento que ilustra isto foi a "Semana Pela Soberania Audiovisual Rio de Janeiro" (novembro de 2015), que através do cinema independente e comunitário latino-americano trouxe diferentes visões sobre o mesmo tema, porém com objetivos comuns.

O museu realiza diversas ações e atividades para o reconhecimento social do direito dos excluídos, questionando a visão dominante de que a favela está associada à violência e a de que seus moradores não têm cultura nem direito à memória, demonstrando que ela é parte integrante e relevante da cidade – "a favela não é gueto" –[42] por meio de debates, narrações de histórias, chás de memória, montagem de peças de teatro, exposições. Para exemplificar, podemos citar os eventos "Direitos Humanos em Cena", em junho de 2015, que contou com projeções de filmes e vídeos e debates e a exposição temporária "Ayotzinapa 43", que contou com a exibição de retratos confeccionados por alunos do CEFET denunciando e homenageando seis meninos mortos e o desaparecimento de outros 43 pelo Estado mexicano, em uma tradicional escola de resistência camponesa em Ayotzinapa, no estado de Guerrero, em setembro de 2014. As teorias sociais e políticas e os paradigmas atuais da sociedade também são abordados nas atividades, cursos, projetos e exposições. Como exemplo, podemos citar o "Globale Rio" (2013), festival internacional de filmes sobre globalização com olhar crítico. Por meio de inúmeros apoios à promoção da generosidade e da solidariedade e do seu envolvimento político, o Museu da Maré pode ser considerado uma instituição

42 Conforme depoimento da coordenadora do museu, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, em 29 out. 2015.

inclusiva que se coloca como um novo ator social e político em busca da transformação civilizatória. Por promover o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social, facilitando a produção de saber popular, o Museu da Maré pode também ser considerado uma instituição de educação pública de caráter humanista com compromisso de contribuir para a formação crítica dos cidadãos, baseando-se no diálogo e na construção coletiva do conhecimento.

No âmbito do engajamento econômico, o museu também promove a economia alternativa (solidária, criativa etc.) baseada nos setores populares e participa dela. Como exemplos, as oficinas de produção de artefatos com posterior comercialização realizada pelo museu (como a oficina "Marias Maré"), as "Mostras de Artes do Museu da Maré" (que contam com feiras de artesanato) e a venda dos produtos de moradores da comunidade – atualmente, somente acontece a comercialização de produtos de um morador. Já houve participação do museu em redes de trocas e colaboração da economia alternativa, inclusive sediando a I Feira da Solidariedade. Hoje em dia, é um desejo de todos do museu, e uma constante discussão, a criação e a permanente participação em redes de troca, assim como a exposição e comercialização da produção informal das comunidades próximas e outras. Apesar de o museu não ofertar cursos profissionalizantes e/ou para inserção dos trabalhadores informais na cadeia produtiva, existe a preocupação de capacitar e oferecer oportunidades à população local; exemplo disso é a oficina de informática e a de montagem e manutenção de computadores; e feiras como a "Articula Maré – Feira de Ooportunidades, Cursos e Palestras" (2015). Até o momento da entrevista com a coordenação, o museu não utilizava insumos do mercado informal e também não era cliente de nenhuma organização financeira solidária.

A instituição retoma o sentimento de coletividade, a contextualização com seu meio e a diversidade das temporalidades urbanas, por exemplo, na sua exposição permanente,

que remonta a histórias de um passado distante, bem como de um mais próximo, além de falar do presente e ensaiar uma fala sobre o futuro. E nas ações de preservação cultural, como no caso dos "Contadores de História", que relatam contos transcriados do lugar, os "Chás de Memória", que reúnem pessoas de diferentes faixas etárias para conversas e possibilitam trocas de experiências e valorização dos diversos saberes, da história e das memórias da Maré, e nas pesquisas de acervo, que promovem a tradição e o legado cultural da comunidade, a manutenção da personalidade local, assim como da cultura material e imaterial, buscando divulgar diversos estilos de vida e promover as diversas culturas.

Apesar de não possuir ações de manejo dos recursos naturais – pois não tem acesso a eles –, não oferecer programas de educação ambiental e não utilizar tecnologias limpas e de maior eficiência, o museu aborda temas relacionados à biodiversidade, ao meio ambiente e aos fenômenos naturais. Como exemplo, podemos citar exposições sobre enchentes, sobre água ("As águas continuam a fluir...", 2013), sobre meio ambiente ("Grafitarte", 2013) e a própria exposição permanente, que retrata o problema das casas em palafitas com as inundações e as cheias da maré e da ocupação do território, além da "I Ação Ambiental no Museu" (2014), mencionada acima, e de ter realizado a divulgação das atividades da instituição e ensaiado a montagem de uma horta artesanal. A instituição também procura fazer uso racional dos recursos naturais economizando água e luz, utilizando ar-condicionado somente quando indispensável e desligando as luzes quando não há visitas ou pessoas utilizando o espaço, entre outras práticas cotidianas. Vale ressaltar que o galpão de exposição permanente não é equipado com ar-condicionado, sendo utilizada a ventilação natural. O museu também não produz muito lixo, na grande maioria papel, e por isso não possui caçambas, mas separa e organiza seus resíduos. Por não realizarem a reciclagem de lixo nem coleta seletiva, não existe repasse desse material ao mercado informal. E, ainda que o museu

não proporcione acesso ao conhecimento das tecnologias sustentáveis, há o estudo e o anseio de se implantar energia solar no edifício, assim como de levar adiante um projeto de hortas comunitárias, ainda não realizado por falta de recursos.

Também já desenvolveu projetos diretamente relacionados à sustentabilidade, como oficinas de reutilização de retalhos das fábricas têxteis da Maré, projetos de reciclagem do lixo para montagem de exposições, oficina em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM) (2013) de reaproveitamento de vidros, entre outras. Também a exposição "As águas continuam a fluir...", em 2013, foi resultado das oficinas de sustentabilidade e apresentou práticas relativas ao tema.

Por ser o primeiro museu gerido por pessoas da comunidade na RMRJ, organizar eventos de estímulo à criatividade (CRio Festival 2012 – Festival Internacional de Criatividade do Rio de Janeiro), promover o conhecimento e o entusiasmo pelas artes ("Mostra de artes do Museu da Maré – apresentações de teatro, dança de salão, hip hop e feira de artesanato"; "O design da favela 2012 – soluções, inventos e inventores das comunidades do Rio"), absorver e difundir as novas tecnologias (palestra do TED[43] no Museu da Maré, 2013) entre outras atividades e ações, o museu, com seu trabalho, desenvolve pioneiramente a criação e entusiasma a inovação, enfrentando as contradições entre a novidade e o estabelecido, incorporando avanços culturais globais, ao mesmo tempo que mantém e celebra a cultura local.

A partir do contato com profissionais e cientistas voluntários, a instituição apropria-se da ciência e da técnica e estimula a comunidade a apoderar-se dela também, motivando

---

43 TED (Tecnologia, Entretenimento e Design) é uma organização sem fins lucrativos que pratica conferências internacionais para disseminação de conhecimento e ideias. A maioria dos temas dos encontros são: cidades, mobilidade urbana, arquitetura, tecnologia, meio ambiente, direitos humanos e inovação social – Retirado do site: http://www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=264%3Ated-mare&catid=40%3Aguia-cultural&Itemid=65. Acesso em: 9 nov. 2015.

a articulação e o trabalho em conjunto da comunidade com outros museus, universidades, escolas, centros de pesquisas etc. e facilitando o vínculo entre os agentes de transformação da sociedade. Nesse fulcro, o Museu da Maré conta com diversas parcerias, como com o Museu da República, o Museu Vivo do São Bento, o Museu da Vida, entre outros; Unirio, UFRJ, Casa da Ciência (UFRJ), UERJ, UFRRJ e Fiocruz. Cabe ressaltar que o próprio museu surgiu do contato e da parceria da comunidade com alguns destes agentes transformadores. A participação do Museu da Maré na Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro é um dos fatos que corrobora essa afirmação. Outro fato relevante é a participação voluntária de profissionais – como arquitetos, professores, museólogos etc. – no funcionamento do museu.

Conclusões parciais

As análises quali-quantitativas nos permitem apontar que a postura adotada pelo Museu da Maré é de museu-comunitário, abrangendo o conjunto de seu território e com capacidade de se envolver em muitas esferas e dimensões, conforme pede o modelo proposto aqui e os argumentos de Varine (2002; 2014).

O museu debate assuntos atuais e participa ativamente da vida da comunidade, se envolvendo com movimentos sociais e realizando atividades sobre diferentes culturas. Todos os entrevistados na pesquisa quantitativa afirmaram que o museu apresenta a história, os costumes e os bens coletivos da comunidade, demonstrando seu caráter fomentador do desenvolvimento cultural. Assim, conclui-se que está a serviço do desenvolvimento sociocultural local. Também pode ser considerado um catalisador do desenvolvimento econômico, pois apresenta e discute a questão por meio de projetos, ações, exposições e feiras, além de estimular relações econômicas mais igualitárias, propondo repensar a lógica do sistema e promovendo a economia

alternativa, inclusive, por vezes, participando dela. Essa característica também é reconhecida e confirmada pelos entrevistados, que, em sua maioria, disseram ter aprendido sobre economia no museu e saber sobre as feiras e eventos com produtos da comunidade. Coloca-se também como ator político, ao debater e provocar reflexões críticas acerca dos paradigmas sociais e políticos, buscar a transformação da sociedade e, como afirma a maioria dos visitantes, colaborar para a compreensão da política do Brasil e do mundo.

Suas ações e seus debates sobre preservação do meio ambiente, reconhecidos pelos visitantes como fonte de aprendizado, permitem dizer que o museu se engaja no tema, apesar de não haver cursos de educação ambiental. Como o museu busca soluções para os problemas da comunidade, sugere-se que projetos ligados a esse tema sejam implementados. Finalmente, por meio de suas parcerias com escolas, universidades, instituições e outros museus, e do incentivo à articulação entre esses atores, conclui-se que a atuação do Museu da Maré é transetorial.

Com base nas correlações encontradas e no grau de influência nas atitudes pessoais, podemos afirmar que o museu de fato favorece um melhor entendimento do conceito de sustentabilidade. Conclui-se, assim, que o Museu da Maré se engaja e atua em causas sustentáveis relevantes, com a cooperação da população, priorizando o movimento de baixo para cima (*bottom-up*), como pede Varine (2013). Dessa maneira, o museu não deixa que se configure o ciclo vicioso da sustentabilidade e está na direção para auxiliar a completude do ciclo virtuoso e, portanto, da sustentabilidade integrada considerada neste trabalho.

Museu Vivo do São Bento

Em nome do direito à memória, à história e ao patrimônio, em meados da década de 1990 e por meio de ações educativas e de pesquisa, a Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH-Clio) inicia a busca pela inclusão da história local nos currículos das escolas e das universidades do município de Duque de Caxias. Entre suas ações vale destacar a publicação da *Revista Hidra Igoassuana*, e a realização de congressos, exposições, cursos para professores, registros de depoimentos orais e trabalhos de campo realizados em percursos sugeridos pelas pesquisas, além de visitas e/ou explorações e marcações temporais dentro e fora do território da Baixada Fluminense. As visitas feitas por grupos diversificados de militantes de associações de moradores, professores e alunos das escolas públicas, comunidades religiosas e moradores interessados em turismo histórico proporcionaram a realização de estudos e registros importantes, assim como momentos de lazer e convivência.

Foi através desses trabalhos de campo e dos estudos e registros que se configurou a ideia do Museu Vivo do São Bento. Porém sua gênese só se deu em 2005, após o conhecimento e contato com o museólogo Mario Chagas, a partir de modelos de museus sociais existentes (como o Museu da Maré), e após as reivindicações por sua fundação pelo Sindicato dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino (SEPE-Caxias), pela Associação dos Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), pela Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB) e por militantes da cultura em Duque de Caxias. Em 2008 o museu é oficialmente criado[44] como museu de percurso no município de Duque de Caxias, contando com o tombamento

44 Lei nº 2.224, de 03 de novembro de 2008. Lei de Criação do Museu Vivo do São Bento.

dos lugares de memória e as edificações patrimoniais do trajeto. Torna-se o primeiro museu de percurso instituído na Baixada Fluminense.[45]

O museu está situado numa região predominantemente residencial e pouco urbanizada de Duque de Caxias, caracterizada por injustiças ambientais, ocupações irregulares, bairros populares, presença de grupos de extermínio e de milicianos e pela ausência de saneamento, serviços e de espaços culturais. Também não é um território de fácil acesso, mesmo com a proximidade da via principal do bairro de São Bento – a Avenida Presidente Kennedy –, pois não há sinalização da prefeitura para facilitar a chegada, não há transporte para a realização do percurso (que é feito nos veículos próprios dos funcionários do museu) e só há o ônibus como meio de transporte público. As visitas devem ser agendadas com antecedência para a organização do transporte aos diversos locais que compõem seus percursos históricos. Os trajetos, divididos em central e complementares, são definidos por diversas temporalidades sobrepostas*:*

> *pré-cabralina*[46] — visita de um sítio arqueológico de população sambaquiana; *período escravista* — história de uma fazenda que inaugurou o projeto de colonização lusitana nas cercanias da Guanabara e transformou-se posteriormente em unidade produtiva do Mosteiro do São Bento no Rio de Janeiro; *república* — apresentando as ações realizadas pelas comissões de saneamento e as políticas ruralistas instituídas pelo Ministério da Agricultura, em particular a implantação do Núcleo Colonial São Bento e; *tempo presente* — ocupações mais recentes, oferecendo dessa forma uma

45 Fonte: http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional/historico. Acesso em: 1 de jan. 2016.

46 É importante registrar que a expressão "précabralina", por diversos motivos, está sendo contestada e rejeitada entre os povos indígenas e também no âmbito acadêmico.

leitura crítica da trajetória humana, das suas lutas, das resistências e da conformação no local.[47]



Fig 5.3 Localização MVSB. Fonte: Google Maps, em novembro de 2015.

Podemos destacar alguns eixos temáticos abordados durante a visitação dos percursos do Museu Vivo do São Bento: 1) Caminhos do ouro na Baixada Fluminense, que apresenta vestígios dos caminhos do ouro em Caxias, em Nova Iguaçu e em Magé; 2) Caminhos da fé nas cercanias da Guanabara, que, por meio de visitações a igrejas coloniais de Caxias e Magé, possibilita o conhecimento das freguesias e da estrutura administrativa colonial; 3) Conhecendo Caxias, que exibe a história mais recente do município; 4) Problemas ambientais e as Áreas de Preservação Ambiental (APA) da Cidade de Caxias, que identifica e denuncia as condições

47 Site do Museu Vivo do São Bento. Disponível em: http://www.museuvivodosaobento.com.br/institucional/historico. Acesso em: 1 jan. 2016.

ambientais das bacias hidrográficas, das APA e dos problemas ambientais da região, como, por exemplo, o aterro metropolitano do Jardim Gramacho, a Cidade dos Meninos, o aterro e a degradação dos manguezais, poluição e acidentes industriais, desmatamento dos sopés de serra, areal do Amapá, entre outros; 5) Xerém, que aponta os vestígios da ocupação territorial local até os dias recentes; 6) Trilhas do antigo território da Freguesia de Inhomirim, que reconhece indícios históricos da freguesia; e 6) Museu Vivo do São Bento, que cobre o território da antiga Fazenda de Iguaçu.

Seu acervo é estruturado por edificações acompanhadas de projeto de sinalização interpretativa e exposições. Tais edificações têm caráter público e foram destinadas, mediante a Lei de Criação, para uso como núcleos do Museu Vivo do São Bento. Mas, ainda que esteja na lei, não é o que ocorre na prática e esses bens ainda não foram totalmente liberados para uso do museu, estando alguns, infelizmente, em péssimo estado de manutenção.

As exposições localizadas nos pontos de visitação são variadas: a do sítio Sambaqui São Bento apresenta o movimento de fazer e refazer com base nas vivências; a do interior da sede da fazenda retrata a história da Fazenda do Iguaçu e da Baixada Fluminense a partir dos colonos e dos viajantes do século XIX, combinando painéis, objetos, álbuns de imagens e narrativas de memórias; a da sede administrativa do museu conta com telas que representam a Baixada Fluminense e temáticas nacionais, pintadas por artistas locais, além de objetos doados por moradores e cânticos museografados referenciando a identidade do local. Na sede administrava, são encontrados arquivos com documentação e registros de moradores da Baixada Fluminense e coleções de imagens e objetos; ali são também realizados eventos, pesquisas de história local e exposição das publicações.

Análises segundo o modelo

Dos entrevistados no Museu Vivo de São Bento, 72% residem no município de Duque de Caxias – sendo 15% no seu entorno, 27% em um bairro próximo, 30% em outra região da cidade; 20% moram em outra região do Estado e 8% são de fora do país, havendo correlação positiva entre a frequência de visitação e a proximidade de residência. A maioria dos entrevistados diz frequentar o museu regularmente e apenas 15% faziam sua primeira visita, demonstrando o envolvimento dos visitantes com o museu, que retornam constantemente à instituição, o que não influi na capacidade de atração de novos visitantes. Cinquenta e três por cento dos entrevistados afirmaram participar ou ter participado do funcionamento do museu e 65% disseram que o museu sempre ou algumas vezes faz parte do seu dia a dia, variáveis correlacionadas entre si e com a frequência de visitação e a proximidade de residência. A grande maioria dos entrevistados (84%) disse conhecer o motivo da criação do museu, o que está também positivamente correlacionado à sua frequência, à participação no funcionamento da instituição e à inserção dela no dia a dia da pessoa.

Todos os entrevistados afirmaram que o museu colabora para a compreensão da história da comunidade, e a quase totalidade (99%) revelou que a instituição contribuiu para um maior conhecimento dos costumes e bens coletivos da comunidade; para 73% do público abordado, o museu promove reflexão sobre as atitudes e/ou o comportamento sempre ou algumas vezes. Tanto este acréscimo de conhecimento quanto a tendência à reflexão estão também correlacionados à proximidade do local de residência, tornando esta última uma variável chave no caso.

Em relação ao debate de assuntos atuais, 98% dos entrevistados disseram que sempre acontece; os outros 2% revelaram que algumas vezes ocorre. As correlações permitem ainda afirmar que quanto maior a percepção da abordagem de temáticas contemporâneas, maior é a inserção percebida

do museu na rotina do entrevistado e maior a possibilidade de transformação das suas atitudes. Noventa e cinco por cento dos entrevistados afirmaram também que o museu busca solução para os problemas da comunidade, opinião positivamente correlacionada à maior possibilidade de reflexão sobre seu comportamento e a saber o que é "sustentabilidade", conhecimento declarado pela quase totalidade (99%) do público; este saber parece ter sido lapidado no museu para a maioria dos entrevistados (81%), que declarou ter adquirido ali sua melhor compreensão, e foi constatada correlação entre esse conhecimento e a colaboração do museu no seu entendimento. Da mesma maneira, também se observou correlação entre o aprendizado sobre sustentabilidade no museu e a reflexão sobre as próprias atitudes, o debate de assuntos atuais e a busca de soluções para os problemas da comunidade; busca essa também correlacionada ao maior aprendizado sobre preservação do meio ambiente e sobre clima e fenômenos naturais através do museu, na visão do visitante.

A maioria do público afirmou também ter aprendido sobre preservação do meio ambiente (89%) e sobre clima e fenômenos naturais (61%) no Museu Vivo do São Bento. Podemos argumentar que a sustentabilidade, o meio ambiente e os fenômenos naturais podem ser considerados temáticas atuais e importantes para a comunidade local e com as quais o MVSB se envolve. Ainda, a maior compreensão dessas temáticas anda *pari passu* com a compreensão sobre economia proporcionada pelo museu (apreciada por 82% dos entrevistados), que, por sua vez, está também correlacionada à frequência de visitação – já anotada como variável central para este museu.

Ainda, o entendimento sobre o que é "sustentabilidade", a aquisição de conhecimentos sobre preservação ambiental e economia e saber do engajamento do museu na solução dos problemas da comunidade estão todos positivamente correlacionados ao conhecimento da promoção de feiras e eventos com produtos feitos pela comunidade, afirmado por 97%

dos entrevistados, e à ciência da oferta de cursos e oficinas, reconhecida por 100% dos entrevistados (95% disseram saber que o museu os oferece sempre). Argumenta-se assim que o envolvimento com a comunidade para a resolução de seus problemas e/ou por meio da oferta de seus produtos e de oficinas e cursos enseja a aquisição de mais conhecimentos ligados à sustentabilidade integrada.

Somente os cursos de educação ambiental são percebidos por uma porcentagem menor dos entrevistados (60%), apresentando correlação positiva apenas com a proximidade da residência, a frequência de visitação, o conhecimento do motivo de concepção do museu, o seu envolvimento no funcionamento do museu e a inserção da instituição no seu cotidiano. Oitenta e oito por cento dos entrevistados revelaram ter o auxílio da instituição para aprender sobre política do Brasil e do mundo. Constatou-se, porém, correlação negativa entre aprender sobre política no museu e o local de moradia, a frequência de visitação, a participação no funcionamento do museu e a inserção dele no cotidiano do público entrevistado. Por outro lado, aqueles que aprendem sobre política na instituição tendem a reconhecer mais o envolvimento do museu com grupos comunitários, seu grau de envolvimento com movimentos sociais e engajamento na resolução de problemas, e a ter mais conhecimento da motivação para sua concepção, percebendo também o trabalho do museu a favor da diversidade cultural e a promoção de feiras locais. Ainda, reconhecer o engajamento do museu na resolução das dificuldades da comunidade se correlaciona com conhecer a promoção de atividades relacionadas à diversidade cultural (o que ocorre na opinião de 80% dos visitantes) e com saber o motivo da criação do museu. Esta última resposta, por sua vez, está também correlacionada com conhecer o combate a preconceitos (96% dos entrevistados).

A maioria dos entrevistados disse saber da existência de parcerias do museu, seja com escolas e universidades (91%), seja com outros museus (69%), em respostas correlacionadas.

A criação do Museu Vivo do São Bento decorreu de debate sobre sua utilidade prioritária e política, de mobilização e de um objetivo relativo a questões de conservação, proteção e difusão da memória, da história e do patrimônio. Para a oficialização da Lei de Criação houve inclusive discussão conjunta dos professores, sindicatos, movimentos sociais, grupos culturais e secretarias de Cultura e Educação e a missão do museu ainda hoje é debatida para que possa ser sistematizada, demonstrando o envolvimento do museu com movimentos sociais, associações e grupos comunitários; e ele vai além, atuando e promovendo reivindicações sociais e a organização popular. Nesse sentido, não só divulga e questiona pontos levantados por esses grupos, mas também participa das mobilizações, dá visibilidade às causas, articula e encoraja a cooperação de outros atores (tanto pessoas como movimentos). As lutas junto ao sindicato de professores, ao grupo da APA São Bento e aos movimentos "Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Gás" e "Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping" são exemplos disto.

O museu desenvolve constantemente ações culturais, educativas e planejadas com e/ou para a comunidade; atendimento a pesquisadores; atividades extramuros; pesquisa, conservação e documentação de acervo; pesquisas de patrimônio imaterial e material local; exposições de curta e de longa duração e itinerantes; visitas guiadas e mediadas; eventos, conferências e palestras; eventos acadêmicos; cursos e oficinas; espetáculos musicais, teatrais e de dança; projeções de filmes e vídeos; feiras e vendas de produtos comunitários; e pesquisa de público nas atividades específicas realizadas. Ainda não são realizadas pesquisas junto ao público visitante em geral. Essas atividades impactam o âmbito local, mas o museu se insere também no cenário global, já que seu público vem de todas as partes do mundo. Como exemplo deste alcance, podemos citar o evento "*Shadd Biography Project*: Testemunhos de Africanos da África Ocidental na Era do Tráfico de Escravos" (2015), que reuniu pesquisadores

estrangeiros e brasileiros para trocar informações e experiências sobre a diáspora africana.

A relação entre turismo e patrimônio é harmônica e de respeito, priorizando sempre as aspirações dos moradores locais, de modo a equilibrar o campo de forças existentes: o foco do MVSB não é a atração de turistas descompromissados e capitalizados, mas a utilização do percurso e do patrimônio para a transformação social, estimulando que o visitante cresça em cidadania e respeito, levando consigo a vivência e a cultura da região e aproximando-se do conceito de turismo solidário. Por isso, a visitação ao museu é gratuita para todo o público, não sendo cobrado valor algum pela participação em atividades nem pela realização dos percursos. As fontes de recursos do museu são editais públicos e doações (principalmente da comunidade – como a doação para a compra do terreno do Sambaqui). A instituição realiza o planejamento e o replanejamento das contas constantemente, buscando sempre a viabilidade das atividades econômicas, mas isto não tem garantido os recursos, que são insuficientes para a quantidade de projetos que o museu deseja realizar, sejam estruturais, de manutenção e de arquitetura (restauração de edifícios, disponibilização de transporte para o percurso, organização dos espaços, construção de uma reserva técnica e de um almoxarifado, sinalização da prefeitura, entre outros), ou de atuação (pesquisas e programas) e melhoria tecnológica (utilização de fontes alternativas de energia etc.), entre outros. Considerando que o museu é um espaço público que contesta o poder público e as grandes empresas (como a REDUC), a captação de recursos é ainda mais dificultada, tornando a evolução das ações lenta. Mas os processos avançam, como no caso da sede do museu, que ocupava uma pequena sala em uma biblioteca da cidade e nos dias de hoje é um edifício.

Para viabilizar seu trabalho, o planejamento das atividades (fins e meio) do museu é realizado anualmente e com reuniões semanais para questões urgentes. A instituição também

elabora anualmente uma prestação de contas pública. Esse planejamento é multidisciplinar e inclusivo e, assim como a prestação de contas, conta com a participação de toda a equipe do Museu Vivo do São Bento, de membros da comunidade e de parceiros. Por essa razão e por ter sido gestado pela sociedade civil, e não por meio de políticas públicas, o Museu Vivo do São Bento necessita e conta com a participação da comunidade na sua gestão, no seu funcionamento e no seu financiamento. Isso acontece por meio da frequência às atividades, de doações de peças e/ou documentação para o acervo, da participação nas tomadas de decisão, da arrecadação de recursos, do auxílio em eventos e montagens de exposições, entre outros. Há também o permanente incentivo à colaboração de todos na construção e na manutenção da instituição e o envolvimento no cotidiano da comunidade. É um museu concebido pela e para a comunidade que direciona seu trabalho para os anseios dos habitantes locais. Seu acervo foi e ainda é montado com objetos e documentos doados por moradores do entorno. Já as exposições, tanto permanentes como temporárias, têm origem local, montada pelos moradores e regional ou nacional, em parceria com outros museus ou instituições. Portanto, o Museu Vivo do São Bento e seus bens estão integrados à cidade e, principalmente, à comunidade. Um caso que exemplifica bem essa integração foi a exposição "Lentes da memória" (2015) na sede do museu, inaugurada durante a comemoração dos seus dez anos; dividida entre "A Baixada Viva" e "O Museu Vivo", retratou, a partir do olhar fotográfico de um morador, Filipo Tardim, as belezas naturais e arquitetônicas de Duque de Caxias e algumas ações do Museu Vivo do São Bento no território da Baixada Fluminense e fora dela (como visitas guiadas à cidade do Rio de Janeiro e a Tiradentes, MG), a fim de mostrar e valorizar o local, desfazendo o estigma negativo que a Baixada Fluminense carrega. As medidas pedagógicas e políticas públicas elaboradas e praticadas estão destinadas à formação contínua, por meio da educação patrimonial da sociedade, docentes e discentes,

democratizando o acesso e o uso de bens culturais e contribuindo para a formação da dignidade do indivíduo.

No âmbito da gestão e do funcionamento, a importância da comunidade para a instituição é clara: todos os trabalhadores do museu são nascidos e residentes do entorno; o museu conta com quatro funcionários terceirizados de um total de mais de 20 funcionários e assegura a renda básica, o direito de ganhar a vida e a jornada de trabalho reduzida de todos os membros integrantes da equipe. Seu Plano Museológico encontra-se em elaboração e sua proposta de ação se desenvolve pautada na educação patrimonial e no direito à vida, à memória, à história e ao patrimônio, contribuindo para a inclusão social. O museu não possui Regimento Interno (somente a Lei de Criação, que define o ordenamento e o funcionamento do museu) nem programas socioambientais, apesar de conhecer a Política Nacional de Museus e participar dela.

Os edifícios cedidos para o museu estão em processo de tombamento, alguns em esfera municipal, outros na federal, por isso não constam ainda no Livro do Tombo. Para que o processo de tombamento seja breve, há a necessidade de utilização da conservação estratégica, com o controle do fluxo de visitantes, medidas pedagógicas e políticas urbanas. O museu só não realiza o controle de fluxo, que não é intenso nem constante. Praticamente todos os entrevistados (99%) afirmaram nunca terem enfrentado fila para entrada no museu. As edificações do museu também não dão lugar à exclusão social ou à segregação territorial, assim como não causam distúrbios na paisagem da comunidade, já que estão integrados à malha urbana e fazem parte dela há bastante tempo. O percurso está em local acessível, porém nem todas as áreas apresentam acessibilidade, pois alguns dos edifícios históricos ainda não foram restaurados. Seu território apresenta considerável área permeável disponível, até mesmo por estar no interior de uma APA. Porém, falta o controle governamental na proteção desta reserva, se tornando constantes

as ocupações irregulares, o desmatamento e a poluição da área (inclusive a proteção deste território e do meio ambiente é uma das lutas do museu, juntamente com os moradores do local). As atividades e o funcionamento do museu não causam engarrafamento nas ruas do entorno, pois não aumentam muito o fluxo de pessoas (e automóveis) na região. Portanto, o impacto negativo gerado é baixo. E, ainda que o trajeto seja realizado em automóveis (que poluem), os efeitos negativos são minimizados por ser realizado geralmente em grupos. Apesar de os percursos não oferecerem bicicletário, há espaço para bicicletas no interior dos terrenos. Também há área para estacionamento de veículos, não sendo desestimulado por completo o uso de automóveis.

Dessa maneira, o museu dialoga com fenômenos urbanos, contra a deterioração urbana e a degradação ambiental com a promoção das tradições, sem negar inovações (como as tecnológicas) em seus cursos, oficinas e projetos de informática, software e edição de imagens e vídeos. Encara suas contradições e as da sociedade por meio do estímulo ao crescimento condicionado à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e à distribuição de riquezas, adotando uma abordagem multidisciplinar e tratando de temas como a poluição, a pobreza, os estilos de vida, a diversidade cultural, a identidade cultural e o poder da memória, por meio de exposições e ações comunitárias. O museu enfatiza a transformação da realidade da geração atual através dos projetos com jovens (em escolas e com o programa "Jovens Agentes do Patrimônio") e dos cursos de formação de professores (que, por sua vez, vão formar outros jovens e adultos). Seu trabalho também se interessa pela melhoria da qualidade e das condições de vida da população do entorno, não somente por meio da abordagem crítica multidisciplinar, da mudança do presente, da promoção do desenvolvimento local e do empenho em resolver dificuldades e conflitos da comunidade, mas também com o aumento da autoestima da comunidade e do sentimento de pertencimento ao lugar.

Contribui, assim, para que os moradores, conhecendo a história, passem a valorizar o bairro, a si próprios, o patrimônio e a memória. Com isso, inclusive, promovem a cidadania e os direitos dos cidadãos e defendem a democracia e as classes mais populares. O Museu Vivo do São Bento pode ser considerado a serviço da cidadania e do desenvolvimento social, um espaço público que reúne a sociedade para lutar por si mesma (e pelo social, o patrimônio, os serviços, a cultura, o meio ambiente etc.).

Além da constante oferta de atividades e ações, podemos destacar algumas iniciativas: as reuniões da APA São Bento contam com grupos de representantes das oito comunidades do entorno que também estão inseridas na APA e discutem questões relacionadas às injustiças ambientais e aos conflitos territoriais, visando proteger o território e as reservas, e levam as reivindicações ao poder público. A ação "Mulheres Artesãs" é um grupo afetivo e reflexivo de mulheres do entorno que se reúnem para trocar experiências, saberes e fazeres sobre patrimônio (material e imaterial), passado, presente e futuro, através da produção e comercialização de artesanato – fuxicos, bordados, cordel, crochê, cadernos, caixas, poemas etc. Estes dois grupos são autônomos e falam por si próprios; o Museu Vivo do São Bento os auxilia cedendo o espaço e na organização, mobilização e participação em discussões, lutas e pautas levantadas. A "Formação de Professores" almeja a mediação das experiências e conhecimentos produzidos na prática escolar, tanto da comunidade local, como da ciência. O projeto "Jovens Agentes do Patrimônio" intenta a formação de jovens guias do museu e de outros percursos da Baixada Fluminense, através de pesquisas, oficinas, grupos de estudo e trabalhos de campo. Sempre apoiado na abordagem da memória, da história e do patrimônio, as ações do projeto permitem a interação entre os jovens, os vestígios do passado e o desenvolvimento de uma visão crítica e afetuosa da realidade para a construção de um referencial baseado em seu próprio

aprendizado. O "Projeto Achadouros" almeja resgatar histórias invisíveis que ainda não possuem nenhum registro nas comunidades do território do Grande São Bento, elaborando uma primeira compilação destes dados para que a memória não se perca. Os "Grupos de Estudo – GEs" são solicitações de escolas que pedem oficinas de estudo a seus professores; todas as temáticas são referentes à realidade local e da Baixada Fluminense, entre as quais: memória, patrimônio, história, problemas ambientais, manifestações culturais e ocupação territorial. Estes três programas são coordenados pelo museu, apesar de as atividades/conteúdos serem montados de forma específica para cada grupo conforme sua demanda. São pesquisas e produções de saberes que proporcionam uma experiência singular, baseadas na afirmação do sentimento de pertencimento ao lugar e na autonomia, intervenção, comunicação e interação do sujeito, portanto, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento, configurando o compromisso do MSVB com a educação humanista e o debate ativo de questões atuais.

Assim, o museu é consciente do seu contexto político e social e está inserido na sua conjuntura, promove a contextualização do público e da comunidade, a compreensão da realidade e a reflexão crítica desses fatos, por meio da apresentação da história e dos conflitos vivenciados pela comunidade. Tal contextualização também acontece por meio da representação das relações socioambientais da comunidade, já que muitas ações e exposições esclarecem e remontam à ocupação do território e possibilitam o entendimento da relação homem/natureza (cultura). Além disso, o museu expõe os costumes e os bens da comunidade por meio de seu patrimônio material (edificações, documentos, utensílios etc.) e imaterial (manifestações culturais, culinárias, afetivas, religiosas – blocos carnavalescos, bois, reisados etc.). Pode-se considerar então que o Museu Vivo do São Bento serve de exemplo para a sociedade e, em especial, para a comunidade, já que inspira, causa reflexão, promove

questionamentos e contesta as imposições do capital. Com a difusão e a manutenção da cultura, da memória e da história, por meio de seu trabalho e da melhoria da qualidade de vida da comunidade, o Museu Vivo do São Bento promove a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade, não permitindo o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos da sociedade e, muito menos, o congelamento da vida.

As atividades do museu também estimulam o respeito aos diferentes valores entre os povos, assim como às identidades locais. Isso é feito com exposições, seminários, cursos, *workshops*, entre outras ações que retratam a vida da comunidade e celebram diversas visões e culturas. Esse trabalho, pautado contra a desigualdade social e a favor da inclusão coletiva, realça e mantém as diferenças culturais, promovendo a diversidade e combatendo preconceitos, ao mesmo tempo que desperta a consideração aos valores sociais e ao tecido social. Por essa razão, considera-se que o Museu Vivo do São Bento tem empenho social assumido. Um evento que resumiu bem o combate ao preconceito, a celebração da cultura local e a abordagem de diferentes culturas foi a Comemoração do Centenário de Mãe Regina de Bamboxê (1914-2014), em 2015. O evento abordou as religiões afro-brasileiras, os escravos no Brasil e o tratamento que recebiam os negros e praticantes do candomblé e do islamismo, e contou com seminário, lançamento de um DVD, apresentações culturais, almoço com feijoada e exposição de fotos, vídeos, documentos e objetos.

O trabalho do museu é pautado também na divulgação de temas e conflitos ocultados, dando voz a parcelas excluídas da sociedade. Isto acontece desde a existência e oficialização da instituição, até as atividades cotidianas, como a participação nas reuniões da APA São Bento e os estudos e eventos relacionados à diáspora africana. Por isso, o Museu Vivo do São Bento pode ser considerado uma instituição inclusiva, apoiado na promoção da generosidade e da

solidariedade. Também pode ser considerado catalizador do desenvolvimento cultural, pois utiliza a cultura como elemento de inclusão social e para valorizar as temporalidades urbanas. O museu ainda promove a tradição e o legado cultural da comunidade e a manutenção da personalidade local e da cultura material e imaterial, resgatando a história e promovendo a autoestima da comunidade, retomando o sentimento de coletividade e de contextualização com o meio, e reforçando as relações de pertencimento aos grupos, como na iniciativa "Café com história" realizada no próprio local de moradia dos indivíduos.

O museu consegue a divulgação de diversos estilos de vida, ou seja, promove culturas por meio de celebrações culturais. Uma delas, iniciada em 2011, recolheu fragmentos de três manifestações culturais existentes no território – o Reisado Flor do Oriente, os Blocos Carnavalescos Império do Gramacho e o Uirapuru – para compreender a dinâmica, as histórias e o que é guarda e o que se deseja guardar dos seus fazeres, heranças e afetos. As atividades que reverenciam as religiões, com visitações a terreiros e exposições do candomblé e das igrejas católicas também podem ser citadas.

Como instituição de educação pública, procura estabelecer uma escola produtora de conhecimento e de reflexões críticas que esteja inserida no seu contexto, dialogando com a comunidade e com a cultura e, principalmente, interagindo com o território, reforçando, portanto, o que já foi dito sobre atuar praticando a educação humanista. No âmbito econômico, o museu também promove a economia alternativa (solidária, criativa, cooperativa) baseada nos setores populares e participa dela, como, por exemplo, por intermédio do programa "Mulheres Artesãs", além de participar de redes de trocas, colaborando com a economia alternativa. Apesar de não ofertar cursos para profissionalizar e/ou inserir na cadeia produtiva os trabalhadores do mercado informal, existe a dedicação em disponibilizar recursos

para que o cidadão tenha ferramentas para a construção do seu futuro por si próprio: a instituição oferece oportunidades à população local, por meio de cursos e oficinas, como na formação de guias do programa "Jovens Agentes do Patrimônio" e nos cursos de formação sobre questões ligadas à área de preservação e ao meio ambiente para os representantes da APA São Bento e moradores interessados (a exemplo do curso sobre Unidades de Conservação em parceria com o COMDEMA, em 2015).

As atividades, projetos e exposições desenvolvidos também abordam as teorias sociais e políticas e os paradigmas da sociedade, fomentando as atividades de grupo. O museu possui engajamento político, possibilita e promove a compreensão e a participação do público e da comunidade nesse âmbito, incentivando o indivíduo a adquirir autonomia, para contestar as imposições e assumir para si a luta pelos seus direitos. A oficialização do museu é um exemplo disso, já que aconteceu a partir da mobilização da sociedade civil. Outro exemplo é a participação (e o incentivo para que moradores também o façam) em movimentos sociais, grupos comunitários e associações de moradores; na APA São Bento; e nos Fóruns (dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Gás e de Oposição e Resistência ao Shopping). Então, o Museu Vivo do São Bento pode ser considerado um novo ator social e político, que busca uma mudança civilizatória e articula o envolvimento de outros setores da sociedade.

Apesar de não tratar do manejo dos recursos naturais e não utilizar tecnologias limpas e de maior eficiência (por falta de recursos e apesar da vontade manifesta), o museu aborda temas relacionados à biodiversidade, ao meio ambiente e aos fenômenos naturais e oferece programas de educação ambiental (como algumas oficinas do projeto "Jovens Agentes do Patrimônio"). A instituição também busca fazer uso racional dos recursos naturais, economizando água e luz, utiliza ar-condicionado somente quando indispensável, desliga as luzes quando não há pessoas

utilizando o espaço, entre outras práticas simples. A produção de lixo do museu não é muita – em razão de não possuir lanchonetes, a grande maioria do lixo gerado é papel –, por isso não existem caçambas; mas o que é produzido é separado. Porém, a localidade onde o museu é implantado sofre com a precariedade dos serviços públicos prestados, inclusive com a coleta de lixo, que não é adequada. Como o museu não realiza a reciclagem de lixo nem coleta seletiva, não há repasse de material ao mercado informal.

O museu também desenvolve e se envolve em projetos relacionados à sustentabilidade por meio da participação em lutas ambientais (APA São Bento, Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Gás e Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping), da abordagem dos problemas ambientais e da poluição em Duque de Caxias (APA São Bento, Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping, GEs sobre problemas ambientais e ocupação territorial) e da prática da agroecologia (durante a oficina "Gentileza Verde", que faz parte do programa "Jovens Agentes do Patrimônio", os jovens aprenderam a trabalhar e a preparar a terra, a pesquisar sobre as espécies de plantas nativas, a plantar, a cuidar e a trocar saberes sobre o cultivo orgânico, através da elaboração de uma horta experimental na sede do Museu Vivo do São Bento).

Por ser o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, estimular e realizar atividades artísticas (cineclubes, peças de teatro, dança etc.), entre outras atividades e ações, sem deixar de promover a memória e o patrimônio, o museu colabora com e desenvolve a criação e a inovação, enfrentando as contradições entre a novidade e o estabelecido, incorporando os avanços culturais globais enquanto mantém e celebra a cultura local.

Através do contato com profissionais e cientistas voluntários quando do trabalho conjunto com a comunidade, outros museus, universidades, escolas, centros de pesquisas etc., a instituição também apropria-se e estimula a comunidade a apoderar-se da ciência e da técnica, facilitando o

maior vínculo entre os agentes de transformação da sociedade. Nesse âmbito, conta com diversas parcerias, como com o Museu da Maré, Museu da República, Museu Ciência e Vida, Museu Nacional, Centro de Memória da Cultura Nordestina, entre outros; com diversas escolas; e com universidades, institutos e centros de pesquisa, como Unirio, Unigranrio, UFF, UERJ, UFRRJ, PUC-Rio, FEUDUC, Instituto de Arqueologia Brasileira, Instituto Histórico de Duque de Caxias, entre outros. Outro exemplo da interação com cientistas, técnicos e filósofos que auxiliam seu funcionamento e a troca de conhecimento é a participação do Museu Vivo do São Bento na Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

Conclusões parciais

Frente às dimensões da sustentabilidade sugeridas na formulação do modelo, podemos dizer que o Museu Vivo de São Bento está a serviço do desenvolvimento social local baseado na generosidade e na solidariedade, na busca pela inclusão social e pelo combate a preconceitos. Empenha-se também na busca por soluções para os problemas da comunidade, favorecendo o debate de assuntos atuais e participando ativamente de sua vida.

O museu é incentivador do desenvolvimento cultural, uma vez que a cultura é utilizada como meio para a inclusão social e para reflexão sobre o passado, através das atividades que são seu foco: revelar memórias, histórias e gerar reflexão e modificação do presente, com ações questionadoras dos dilemas atuais e planejamento do futuro, sempre valorizando as identidades e diversidades locais.

Da mesma forma, em virtude do incentivo às relações econômicas mais igualitárias, sugerindo repensar a lógica do sistema capitalista, e por suscitar e participar da economia alternativa, através de questionamentos e apresentações sobre a questão econômica, com projetos, ações, exposições e feiras, o Museu Vivo do São Bento pode ser

considerado uma instituição catalisadora do desenvolvimento econômico de base.

A preocupação do museu no sentido de tratar da questão ambiental está presente por meio do uso racional dos recursos ambientais, da abordagem do tema em atividades e cursos e do seu envolvimento na luta pela preservação do meio ambiente, ainda que não sejam utilizadas tecnologias limpas e de maior eficiência e não possua ações de manejo dos recursos naturais.

Conclui-se que o Museu Vivo do São Bento se compromete e intervém em causas sustentáveis diversas e significativas, com a assistência da população nas dimensões ambiental, social e cultural, e esforça-se para a transformação do campo econômico, buscando a completude do ciclo virtuoso. Seus projetos e seu trabalho também favorecem a transformação das atitudes dos visitantes e do comprometimento com a ética e a reflexão sobre as noções de desenvolvimento e democracia, pleiteando uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável, privilegiando o movimento inclusivo da gestão de baixo para cima (*bottom-up*).

CAPÍTULO 6

A Museologia do Espetáculo e a Museologia Social em perspectiva

A PRIMEIRA COMPARAÇÃO QUE PROPOMOS AQUI é relativa às frequências médias para cada tipo museológico, considerando-se, de um lado, o Museu Ciência e Vida e o MAR e, de outro, o Museu da Maré e o Museu Vivo do São Bento. Apontaremos então quais variáveis apresentaram distribuição normal quando considerados os dois tipos museológicos, permitindo a inferência estatística para o universo. A seguir, analisaremos os perfis preponderantes dos visitantes em suas opiniões sobre os museus, demonstrando como essa leitura indica mais claramente a postura das instituições no mundo e frente ao seu público predominante, e faremos o contraponto com a leitura informada pelos instrumentos quali-quantitativos, dados pelo envolvimento da pesquisadora com as quatro instituições. Finalmente, faremos uma análise das correlações encontradas para os tipos museais, na tentativa de compreender quais são as variáveis governantes de cada modelo, de forma a permitir o traçado de diretrizes para museus e outras instituições culturais. Fechando este volume, fazemos um breve resgate do caminho percorrido e das principais conclusões.

Comparando os dois tipos museológicos

Considerando-se os entrevistados nos museus adeptos da Museologia Social, pode-se perceber a atração de visitantes

advindos do entorno e arredores, da cidade, do estado, do país e, ainda, do mundo de maneira razoavelmente uniforme, visto que 13% residem no entorno do museu, 14% em um bairro próximo, 21% em outra região da cidade, 15% em outra região do estado, 22% em outra região do Brasil e 15% em outro país, possibilitando impacto nos níveis local, regional, nacional e global. A frequência aos locais é bem regular, pois 19,5% apresentam uma média de visitação semanal e 18% uma média mensal, *versus* 46,5% dos entrevistados, que revelaram estar visitando o local pela primeira vez e 16% que o fazem anualmente.

No caso dos museus mais tradicionais e que apresentam algumas características da Museologia Social, aqui denominados do espetáculo, percebeu-se que 11,5% dos visitantes residiam no entorno ou em algum bairro próximo, 35,5% em outra região da cidade, 19% em outra região do estado, 29,5% em outra região do país e 4,5% em outro país, em distribuição menos uniforme, concentrando seu público principalmente na escala da cidade, com menor poder de atração de estrangeiros e denotando maior impacto nos níveis local e regional. Grande parte do público (75,5%) desses museus realizava sua primeira visita, enquanto 13% revelou visitar esses museus em média uma vez ao ano, 9,5% uma vez ao mês e somente 2% semanalmente. Portanto, existe grande atração de novos visitantes e baixa regularidade de retorno.

Enquanto ambos os movimentos têm impacto local e regional, possivelmente o visitante internacional busca com mais frequência as identidades locais e vernaculares, ao contrário dos mais próximos, que respondem ao apelo mais tradicional e/ou midiático. Com relação à criação do museu, a maior parte do público (91,5%) que visitava os museus da Museologia Social conhecia o motivo de sua criação, indicando que os visitantes são mais envolvidos, em tempo ou em qualidade, com as questões locais ali representadas. Já na Museologia do Espetáculo, apenas 17,5% dos entrevistados que visitavam os museus disseram saber o motivo de sua criação.

Para a maioria dos entrevistados, os museus da Museologia Social contribuíram para uma melhor compreensão sobre sustentabilidade (61,5%), assim como sobre preservação do meio ambiente (66,5%), sobre clima e processos naturais (57%), sobre economia (71%) e sobre política do Brasil e do mundo (76,5%). Todos os entrevistados afirmaram que esses museus colaboram para a compreensão da história da comunidade na qual estão inseridos, e a quase totalidade (99,5%) revelou que as instituições auxiliam para um maior conhecimento dos costumes e bens coletivos dessa comunidade. Nos museus do espetáculo, a maioria dos entrevistados disse ter tido a colaboração das instituições para o melhor entendimento sobre sustentabilidade (70,5%), sobre preservação do meio ambiente (63%) e sobre política do Brasil e do mundo (58,5%). Porém, quando indagados sobre a contribuição desses museus para o conhecimento sobre clima e processos naturais e sobre economia, grande parte dos visitantes negou ou alegou não saber se havia adquirido tal informação – 63,5% em relação à primeira temática e 56% à segunda.

Do público perguntado, 54% disse que os museus do espetáculo buscam combater algum tipo de preconceito, porém 39,5% revelou não saber. A maioria (52%) não respondeu se essas instituições realizam atividades relacionadas às diferentes culturas, sendo que 27,5% dos entrevistados afirmaram que sempre acontece. Em relação à luta contra a discriminação, os visitantes ficam bem divididos sobre o museu praticá-la ou não. A promoção de diferentes culturas também não é um quesito reconhecido pela maioria dos frequentadores desses museus. Já nos museus da Museologia Social, a quase totalidade dos perguntados (94,5%) disse que, com suas ações, as instituições sempre buscam combater algum tipo de preconceito e 89% revelaram que a realização de atividades relacionadas às diferentes culturas acontece sempre ou algumas vezes.

Ainda no âmbito de atividades oferecidas, a maioria dos entrevistados nos museus do espetáculo revelou não saber

sobre a promoção de feiras com produtos feitos pela comunidade (74%) nem sobre a oferta de cursos e oficinas (70%). Acerca da oferta de cursos de educação ambiental, 82% dos perguntados não sabiam responder.

Nos museus sociais, quando indagados sobre feiras com produtos feitos pela comunidade, 63,5% dos entrevistados disseram que tais eventos sempre ocorrem. A respeito dos cursos e oficinas, 54,5% dos questionados acreditam que esses museus sempre oferecem, e 33% não souberam ou não responderam. Já acerca de cursos de educação ambiental, 48,5% dos perguntados não sabiam responder e 36,5% sabiam que os museus os oferecem. Destaca-se o alto percentual de indivíduos abordados nos museus sociais, revelando ter refletido sobre suas atitudes a partir da visita (97,5%) – 89% dos entrevistados disseram que sempre transformam suas atitudes com base no trabalho desses museus – e 93,5% que percebem o tratamento de assuntos atuais.

Nas instituições do espetáculo, 62% dos entrevistados revelaram ter refletido sobre suas atitudes por meio da visita, enquanto 37% disseram que sempre transformam suas atitudes com base no trabalho desses museus e 25%, algumas vezes. Também a maioria (85%) afirmou perceber o tratamento de assuntos atuais.

A maioria dos entrevistados nos exemplares da Museologia do Espetáculo afirmou que os museus sempre (38,5%) ou algumas vezes (22%) buscam solução para os problemas da população e 36% revelaram não saber desse esforço. Uma parte dos entrevistados acredita que os museus do espetáculo tenham muito (11%) ou algum (26%) relacionamento com movimentos sociais, associação ou grupos comunitários, mas a maioria (55%) revelou não saber o nível desse envolvimento. Nos exemplares da Museologia Social, 81,5% dos entrevistados afirmaram que eles buscam solução para os problemas da comunidade/população. A maior parte dos entrevistados (77%) também revelou que esses museus possuem muita relação com movimentos sociais, associação ou grupos comunitários.

Acerca do envolvimento público-museu, a grande maioria (91%) dos entrevistados nos museus do espetáculo revelou nunca ter participado do funcionamento da instituição e somente 0,5% revelou já ter participado. No tocante à inserção do museu no cotidiano do indivíduo, 85% dos perguntados nesses museus disseram que a instituição nunca participa do seu dia a dia e 7% revelaram que o museu está inserido algumas vezes em seu cotidiano.

Inferência para os museus da RMRJ

Quando agrupados os exemplares da Museologia Social e da Museologia do Espetáculo para comparação entre os dois tipos, pode-se, por meio de inferência estatística (uma vez que foi constatada a normalidade das distribuições), dizer que os museus da Museologia Social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro tendem a ter impacto local, regional e global, com 22% dos seus visitantes oriundos de outras regiões do Brasil e 15% de outros países; visitação que se repete regularmente em 38% dos casos, ao mesmo tempo em que atraem novos visitantes (47% dos casos). Os visitantes desse universo declaram ter melhor compreensão sobre sustentabilidade (61,5%), assim como sobre preservação do meio ambiente (66,5%), sobre clima e processos naturais (57%), sobre economia (71%) e sobre política do Brasil e do mundo (76,5%) por intermédio dos museus. Também acreditam no envolvimento dos museus com movimentos sociais (77%) e na resolução de conflitos da comunidade (81,5%).

Já nos museus afeitos à museologia tradicional na RMRJ, pode-se inferir que existe grande atração de novos visitantes, com 76% dos casos, o que incide no desconhecimento do motivo da existência da instituição para 83% deles e na baixa participação (91%) dos entrevistados no funcionamento da instituição. Atestam ter adquirido algum entendimento sobre sustentabilidade (71%), preservação do meio ambiente (63%), política do Brasil e do mundo (59%) e acreditam que

a instituição aborda temáticas atuais, mas não reconhecem nenhum aprendizado sobre clima e processos naturais (64%) ou sobre economia (56%) por meio dos museus, além de não verem a oferta de feiras com produtos feitos pela comunidade (74%), ou de cursos e de oficinas (70%). Em relação à luta contra a discriminação, os visitantes ficam bem divididos entre os que têm certeza do posicionamento do museu e os que não o conhecem; não percebem a promoção de diferentes culturas ou o relacionamento com movimentos sociais. Apesar disso, acreditam que os museus sempre (38,5%) ou algumas vezes (22%) buscam solução para os problemas da população e revelam ter refletido sobre suas atitudes a partir das interações com essas instituições (62%).

Assim, enquanto a visitação aos museus sociais parece mais fundamentada, participativa e impactante em termos geográficos, os visitantes dos museus tradicionais percebem um menor envolvimento deles com questões socioeconômicas, como movimentos sociais e economia solidária. Vai-se anotando, assim, a maior proximidade da Museologia Social com a sustentabilidade integrada.

Os perfis preponderantes dos visitantes de cada museu

O perfil preponderante é construído a partir da moda (resultado mais frequente) das respostas e tem aqui o intuito de divisar o visitante "típico" de cada exemplar museal.

Tabela 6.1 – Perfil preponderante do visitante e sua percepção nos diversos museus

	MCV	MAR	MARÉ	MVSB
Origem	ERJ (53%)	Local (69%)	Brasil (-ERJ) (44%)	Local (72%)
Frequência	1ª vez (91%)	1ª vez (60%)	1ª vez (78%)	Regular (65%)
Sabe o que é sustentabilidade	Sim (97%)	Sim (100%)	Sim (96%)	Sim (99%)

	MCV	MAR	MARÉ	MVSB
Motivação do museu	Não sabe (76%)	Não sabe (87%)	Sabe (99%)	Sabe (84%)
Participação no museu	Não (84%)	Não (87%)	Não (94%)	Sim (53%)
Envolvimento do museu no cotidiano do visitante	Não (86%)	Não (84%)	Não (89%)	Sim (65%)
Envolvimento do museu com movimentos sociais	Não sabe (64%)	Não sabe (46%)	Sim (74%)	Sim (81%)
Busca soluções para problemas da comunidade	Sempre/ algumas vezes (68%)	Sempre/ algumas vezes (53%)	Sempre/ algumas vezes (68%)	Sempre/ algumas vezes (95%)
Combate preconceitos	Não/não sabe (67%)	Sempre/ algumas vezes (85%)	Sempre/ algumas vezes (93%)	Sempre (96%)
Contribui para a compreensão da cultura local	Sempre/ algumas vezes (58%)	Sempre/ algumas vezes (97%)	Sempre/ algumas vezes (100%)	Sempre/ algumas vezes (99%)
Contribui para a compreensão da história local	Não/não sabe (64%)	Sempre/ algumas vezes (97%)	Sempre/ algumas vezes (100%)	Sempre/ algumas vezes (100%)
Contribui para a compreensão de sustentabilidade	Sempre/ algumas vezes (73%)	Sempre/ algumas vezes (68%)	Não/não sabe (58%)	Sempre/ algumas vezes (81%)
Contribui para a compreensão sobre clima/ processos nat.	Sempre/ algumas vezes (52%)	Não/não sabe (79%)	Sempre/ algumas vezes (53%)	Sempre/ algumas vezes (61%)
Contribui para a compreensão sobre economia	Não/não sabe (56%)	Sempre/ algumas vezes (58%)	Sempre/ algumas vezes (60%)	Sempre/ algumas vezes (82%)
Contribui para a compreensão sobre meio ambiente	Sempre/ algumas vezes (81%)	Não/não sabe (55%)	Não/não sabe (56%)	Sempre/ algumas vezes (89%)
Contribui para a compreensão sobre política	Não/não sabe (67%)	Sempre/ algumas vezes (93%)	Sempre/ algumas vezes (65%)	Sempre/ algumas vezes (88%)
Promove atividades sobre diferentes culturas	Não sabe (57%)	Sempre/ algumas vezes (53%)	Sempre/ algumas vezes (83%)	Sempre (80%)

	MCV	MAR	MARÉ	MVSB
Promove cursos de educação ambiental	Não/não sabe (68%)	Não/não sabe (96%)	Não/não sabe (59%)	Sim (60%)
Promove cursos e oficinas	Não sabe (60%)	Não sabe (69%)	Não sabe (66%)	Sim (95%)
Promove debate de assuntos atuais	Sempre/ algumas vezes (70%)	Sempre/ algumas vezes (80%)	Sempre/ algumas vezes (86%)	Sempre/ algumas vezes (100%)
Promove eventos com produtos comunitários	Não sabe (72%)	Não sabe (76%)	Não sabe (66%)	Sim (97%)
Promove reflexão sobre comportamento	Sempre/ algumas vezes (51%)	Sempre/ algumas vezes (73%)	Sempre/ algumas vezes (94%)	Sempre/ algumas vezes (73%)
Tem parcerias com escolas e universidades	Não sabe (61%)	Sim (71%)	Não sabe (55%)	Sim (91%)
Tem parcerias com outros museus	Não sabe (74%)	Não sabe (63%)	Não sabe (80%)	Sim (69%)

Conforme mostra a tabela 6.1, o visitante típico do Museu Ciência e Vida (MCV) vem de outras partes do estado para visitá-lo pela primeira vez; mesmo após a visita, sabe pouco sobre o motivo de criação do museu ou seu envolvimento direto na comunidade. Acredita que a instituição busca solução para os problemas da comunidade e contribui para a compreensão de alguns conteúdos, principalmente os relativos ao meio ambiente, em consonância com seu caráter de museu de ciências. Não conhece as atividades ou cursos que o museu promove, mas acha que ele promove debates sobre temas atuais e isso tem impacto sobre seu próprio comportamento. De forma geral, pode-se dizer que a baixa compreensão do visitante acerca do museu não aponta para a construção efetiva de sustentabilidade integrada a partir dessa experiência.

O visitante do MAR é aquele morador do município que o visita pela primeira vez e tampouco sabe o motivo de criação do museu ou sobre seu envolvimento direto na comunidade; apesar de morador local, não participa nem

percebe envolvimento do museu em seu cotidiano, acreditando também que o museu busca soluções para a comunidade, combate preconceitos e contribui para a compreensão de muitos assuntos que elencamos aqui como pertinentes à sustentabilidade integrada, à exceção daqueles ligados diretamente ao meio ambiente e seus processos. Entende também que o MAR promove debates sobre temas atuais e isso tem impacto sobre seu próprio comportamento. Aqui, a gama de assuntos tratados pelo museu e seu vínculo perceptível com escolas e universidades, segundo seu visitante típico, parece apontar com mais efetividade para uma cultura da sustentabilidade.

No Museu da Maré, o visitante vem mais comumente de outros estados brasileiros, sabe o motivo da sua criação e sobre seu envolvimento com movimentos sociais. Acredita que o museu busca soluções para a comunidade, combate preconceitos e contribui para a compreensão de muitos assuntos que elencamos aqui como pertinentes à sustentabilidade integrada, à exceção daqueles ligados diretamente ao meio ambiente e à sustentabilidade. O que o diferencia do MAR, na percepção dos visitantes, são os altos percentuais de percepção dos aspectos sociais, como combate ao preconceito, cultura e história locais e diversidade, revelando, possivelmente, uma visitação mais proposital e consciente, consoante com seu caráter de museu social. Desta forma, se aproxima ainda mais da sustentabilidade integrada.

Já no Museu Vivo do São Bento, os visitantes são locais e frequentes, participam e veem envolvimento do museu em seu próprio dia a dia; professam conhecimento de todas as contribuições, atividades, parcerias e envolvimento da instituição nos movimentos sociais e problemas da comunidade, sempre em altos percentuais, configurando uma simbiose de interesses e trocas rumo à sustentabilidade integrada.

Percebe-se então a constituição de um *continuum* a partir do Museu Ciência e Vida até o Museu Vivo do São Bento, em que o primeiro está menos próximo da sustentabilidade

e o último, mais próximo, enquanto os exemplares MAR e Maré estão em estágios intermediários. Destacam-se como mais próximos da sustentabilidade integrada os dois exemplares da Museologia Social, dando margem às análises que se seguirão, por tipo museal.

Síntese quali-quantitativa dos casos

Considerando a conceituação proposta por Varine (2014) e as análises feitas durante a pesquisa empírica, pode-se considerar que a postura adotada pelo Museu Ciência e Vida (MCV) é a de um museu tradicional visando o espetáculo, visto que é um espaço imponente destinado a atrair públicos variados – turistas em geral, integrantes de centros culturais, grupos escolares, grupos guiados etc. –, sem muito envolvimento com questões citadinas ou comunitárias. Da mesma maneira, foi observado que seu trabalho é realizado por meio da gestão dita *top-down*, sem a participação ativa da comunidade/população.

Por utilizar a cultura tanto como meio para inclusão social, como para reflexão sobre o passado, objetivando modificar o presente e planejar um futuro melhor, pode ser considerada uma instituição fomentadora do desenvolvimento cultural. O museu também está a serviço do desenvolvimento social por ser uma instituição de educação não formal, debater assuntos atuais (alguns até de utilidade pública, como a sustentabilidade e a preservação), buscar a inclusão social (de certa forma, através do combate ao preconceito, da acessibilidade e da gratuidade) e promover a cidadania, apesar de não se engajar diretamente na resolução dos problemas da população e na questão econômica.

Quanto à questão ambiental, ainda que não faça uso de tecnologias limpas e de maior eficiência e não atue em ações de realocação dos recursos naturais, o museu aborda e debate a questão ambiental, buscando, inclusive, utilizar racionalmente os recursos naturais. Dessa maneira, o

público percebe a preocupação com a abordagem do tema por parte da instituição e aprende com ela.

Conclui-se, pelo potencial de modificação das atitudes dos visitantes através do trabalho do museu e do aprendizado que a grande maioria dos entrevistados disse ter adquirido sobre sustentabilidade na instituição, que o museu não configura o ciclo vicioso da insustentabilidade, porém ainda está distante do caminho para auxiliar a completude do ciclo virtuoso e, portanto, da sustentabilidade integrada considerada neste trabalho.

Pode-se notar que o MAR não promove por completo a sustentabilidade sistêmica, pois não houve debate sobre a utilidade prioritária e a política para sua criação, ainda que o museu apresente missão oficializada; adota uma postura híbrida de museu-espetáculo e museu coleção; não conta com a participação da comunidade em sua prática, não promove a organização social; não direciona seu trabalho para a comunidade; não articula um novo paradigma inclusivo e democrático que inclui a cultura popular; empenha-se pouco no desenvolvimento local; não atua ativamente em movimentos sociais; não realiza o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo; não faz uso da conservação estratégica, não mantém relação harmônica e de respeito entre turismo e patrimônio, e não prioriza o habitante local; não se esforça diretamente para a melhoria da qualidade de vida coletiva nem para o resgate da autoestima da comunidade, mesmo que busque a valorização do patrimônio cultural. Por outro lado, apresenta algumas características e atitudes que o aproximam da sustentabilidade sistêmica: reutilizou edificações em desuso, facilitando a integração dos bens culturais à malha urbana, sem aprofundar a exclusão social ou a segregação territorial; possui bicicletário e não possui estacionamento, está em local acessível, apresenta acessibilidade ao edifício (inclusive sinalização em Libras) e evita o cruzamento do fluxo de resíduos com o de insumos e público; está inserido na rede urbana metropolitana, com

apelo regional e visibilidade internacional; suas atividades apresentam baixo impacto; oferece todas as atividades pesquisadas; promove a contextualização do público, apesar de não ser consciente do seu contexto e não se inserir nele; desenvolve a educação humanista; promove o espírito crítico; aborda questões atuais; serve de exemplo; procura realizar transformações e mudanças de atitude e éticas (conscientização); representa sua sociedade e cultura; colabora com o respeito aos diferentes valores entre os povos, com a redução das injustiças e das desigualdades sociais e com o combate ao preconceito; se envolve em questões culturais e políticas, mas pouco em ambientais, sociais e econômicas; busca basear-se na generosidade e na solidariedade; possui Plano Museológico e programas socioambientais; promove a preservação ambiental; persegue o não comprometimento dos recursos; utiliza tecnologias limpas e de maior eficiência; provoca possibilidades de criação e de inovação; enfrenta as contradições por meio do diálogo com fenômenos urbanos, do trabalho contra a deterioração urbana e a degradação ambiental, da promoção das tradições, sem negar as inovações, e da apropriação da ciência e da técnica; e apresenta atuação transetorial.

Como muitas variáveis pesquisadas não puderam ser medidas, já que os aspectos a serem analisados não existiam e outros obtiveram baixa avaliação de acordo com os critérios desta pesquisa, considera-se que o trabalho realizado pelo Museu de Arte do Rio ainda não está avançado e no mesmo sentido da sustentabilidade integrada tratada neste texto.

Já o Museu da Maré tem buscado a promoção da sustentabilidade integrada com mais afinco, pois observou o debate sobre sua utilidade prioritária e política para sua criação, apesar de não possuir sua missão oficializada; adota um discurso de museu comunitário; tem atuação local e visibilidade global; com exceção da pesquisa de público, oferece todas as atividades pesquisadas; promove

a contextualização do público e é consciente do seu contexto; desenvolve a educação humanista; facilita o espírito crítico; aborda questões atuais; envolve-se em questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais; representa sua sociedade e suas culturas; serve de exemplo; procura realizar transformações e mudanças de atitude e éticas (conscientização); realiza um planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo; conta com a participação da comunidade nas suas atividades; promove a organização social; direciona seu trabalho para a comunidade; articula um novo paradigma inclusivo e democrático que inclui a cultura popular; engaja-se em movimentos sociais; empenha-se no desenvolvimento local; colabora com o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais, com a redução das injustiças e das desigualdades sociais e com o combate ao preconceito; esforça-se para a melhora da qualidade de vida coletiva, para o resgate da autoestima da comunidade e para a valorização do patrimônio natural e cultural; baseia-se na generosidade e na solidariedade; está inserido na rede urbana (exportação e importação de insumos, resíduos e de cultura); suas atividades apresentam baixo impacto; persegue o não comprometimento dos recursos; promove a preservação ambiental; reutiliza uma edificação existente, está em local acessível e com o edifício apresentando acessibilidade (exceto a área "Palafita"), e não proporciona a exclusão social ou a segregação territorial, ainda que não possua bicicletário e tenha estacionamento, apresente pouca área permeável e não evite o cruzamento do fluxo de resíduos com o de insumos e público; enfrenta as contradições por meio do estímulo ao crescimento, concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção e distribuição de riquezas, do diálogo com fenômenos urbanos, do trabalho contra a deterioração urbana e a degradação ambiental, da promoção das tradições, sem negar as inovações, e da apropriação da ciência e da técnica; provoca possibilidades de

criação e de inovação; proporciona integração dos bens culturais à malha urbana; não faz uso da conservação estratégica, mas mantém relação harmônica e de respeito entre turismo e patrimônio, priorizando sempre o habitante local; e apresenta atuação transetorial. Por outro lado, o Plano Museológico está em fase de atualização, mas não possui programas socioambientais e não utiliza tecnologias limpas e de maior eficiência.

Assim, como a maioria das variáveis puderam ser medidas e muitas obtiveram nível satisfatório de avaliação, de acordo com os critérios desta pesquisa, conclui-se que o trabalho realizado pelo Museu da Maré está mais próximo do sentido da sustentabilidade integrada considerada por esta pesquisa.

No caso do Museu Vivo do São Bento (MVSB), por estarmos diante de um processo vivo, gerido pela comunidade e que abrange e trabalha o conjunto de seu território, podemos dizer que a postura adotada é a de museu comunitário, conforme descreve Varine (2014).

Podemos considerar que o trabalho do museu favorece o conhecimento do passado através das atividades que revelam a memória e a história e geram reflexão crítica; permite a estruturação do presente com ações questionadoras dos dilemas da comunidade, possibilitando mudanças; e elabora o futuro, através de atos, mobilizações, projetos e discussões, já que se empenha na busca por soluções para os problemas da comunidade, favorece o debate de assuntos atuais e participa ativamente da vida da comunidade. Podemos, então, admitir que a instituição está a serviço do desenvolvimento local.

Da mesma forma, por suscitar e participar da economia alternativa, por meio de questionamentos e atividades, o museu pode ser considerado uma instituição catalisadora do desenvolvimento econômico. Essa conduta é certificada pelos visitantes quando a maioria revela ter adquirido conhecimento sobre economia por intermédio do museu,

assim como confirma a ocorrência de feiras e eventos com produtos da comunidade. O museu ainda é incentivador do desenvolvimento cultural e social, uma vez que a cultura e a história são utilizadas como meios para inclusão social, para reflexão e conscientização. Seu envolvimento com movimentos sociais e com questões comunitárias e citadinas é percebido pela maioria do público. Também existe preocupação do museu em tratar a questão ambiental, por meio da busca do uso racional dos recursos naturais, da abordagem do tema em atividades e ações, e do seu envolvimento na luta pela preservação do meio ambiente, ainda que não sejam utilizadas tecnologias limpas e de maior eficiência e não possua ações de realocação dos recursos naturais, dada a escassez de recursos financeiros ao seu dispor.

Portanto, o Museu Vivo do São Bento se compromete e intervém em causas sustentáveis diversas e significativas, com a assistência da população, buscando a completude do ciclo virtuoso. Seus projetos e seu trabalho também favorecem a transformação das atitudes dos visitantes e do comprometimento com a ética e a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade, pleiteando uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável, e privilegiando a gestão *bottom-up*.

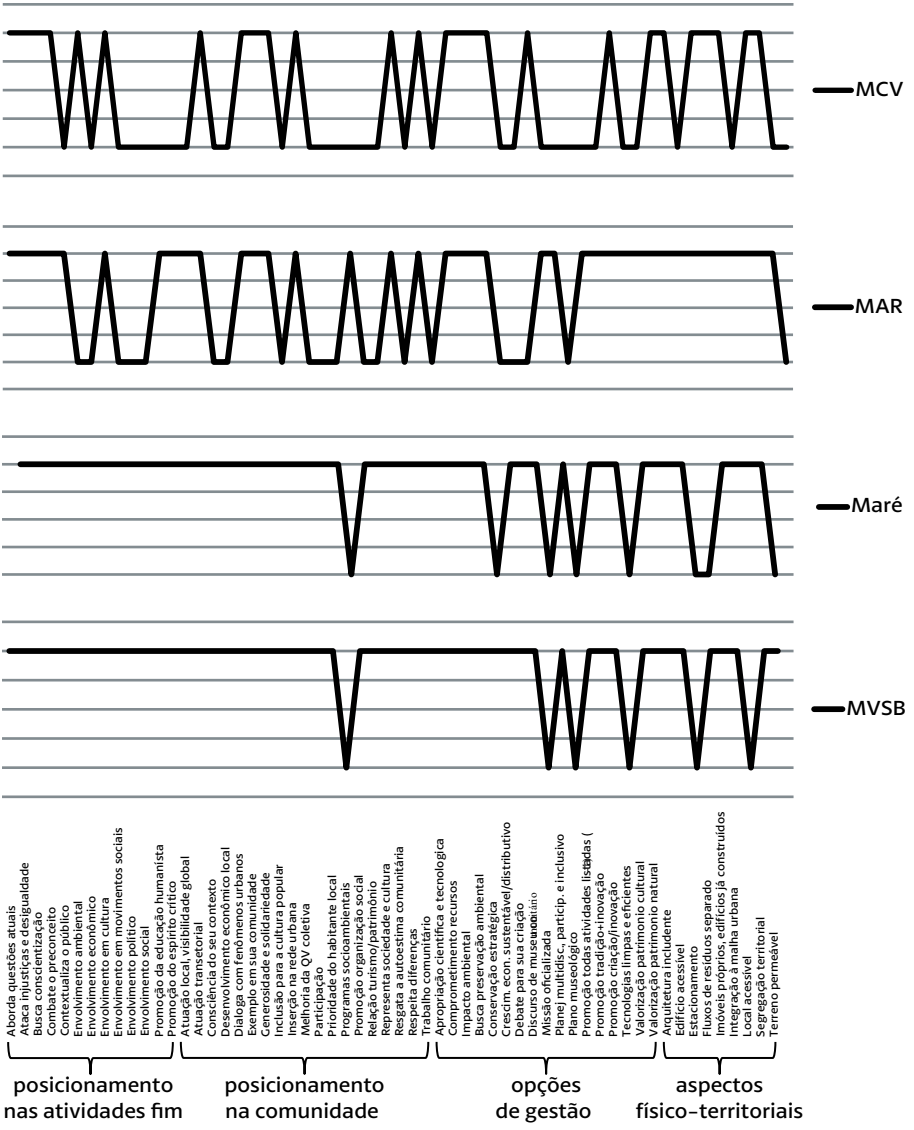
A tabela 6.2 e a figura 6.1 demonstram a situação dos museus rumo à sustentabilidade integrada segundo uma síntese quali-quantitativa das frequências encontradas para as variáveis coletadas nas entrevistas e das variáveis coletadas em observação participante: quando avaliadas positivamente (conforme a tabela), foram pontuadas como "1" e apresentadas como "picos superiores" na figura; analogamente, as avaliadas negativamente são assinaladas como "-1" e apresentadas como "picos inferiores".

Tabela 6.2 – Síntese da avaliação quali-quantitativa – pontuação dos museus conforme sua proximidade da sustentabilidade integrada

	Variáveis	MAR	MCV	Maré	MVSB
POSICIONAMENTO NAS ATIVIDADES-FIM	Aborda questões atuais	1	1	1	1
	Ataca injustiças e desigualdade	1	1	1	1
	Busca conscientização	1	1	1	1
	Combate o preconceito	1	1	1	1
	Contextualiza o público	1	–1	1	1
	Envolvimento ambiental	–1	1	1	1
	Envolvimento econômico	–1	–1	1	1
	Envolvimento em cultura	1	1	1	1
	Envolvimento em movimentos sociais	–1	–1	1	1
	Envolvimento político	–1	–1	1	1
	Envolvimento social	–1	–1	1	1
	Promoção da educação humanista	1	–1	1	1
	Promoção do espírito crítico	1	–1	1	1
POSICIONAMENTO NA COMUNIDADE	Atuação local, visibilidade global	1	–1	1	1
	Atuação transetorial	1	1	1	1
	Consciência do seu contexto	–1	–1	1	1
	Desenvolvimento econômico local	–1	–1	1	1
	Dialoga c/ fenômenos urbanos	1	1	1	1
	Exemplo em sua comunidade	1	1	1	1
	Generosidade e solidariedade	1	1	1	1
	Inclusão p/ cultura popular	–1	–1	1	1
	Inserção na rede urbana	1	1	1	1
	Melhoria da QV coletiva	–1	–1	1	1
	Participação	–1	–1	1	1
	Prioridade do habitante local	–1	–1	1	1
	Programas socioambientais	1	–1	–1	–1

POSICIONAMENTO NA COMUNIDADE	Promoção da organização social	–1	–1	1	1
	Relação turismo/patrimônio	–1	–1	1	1
	Representa sociedade e cultura	1	1	1	1
	Resgata a autoestima comunitária	–1	–1	1	1
	Respeita diferenças	1	1	1	1
	Trabalho comunitário	–1	–1	1	1
OPÇÕES ADMINISTRATIVAS	Apropriação científica e tecnológica	1	1	1	1
	Comprometimento recursos	1	1	1	1
	Impacto ambiental	1	1	1	1
	Busca preservação ambiental	1	1	1	1
	Conservação estratégica	–1	–1	–1	1
	Crescim. econ. sustentável/distributivo	–1	–1	1	1
	Debate para sua criação	–1	1	1	1
	Discurso de museu comunitário	1	–1	1	1
	Missão oficializada	1	–1	–1	–1
	Planej multidisc., particip. e inclusivo	–1	–1	1	1
	Plano Museológico	1	–1	–1	–1
	Promoção de todas atividades listadas (–1)	1	–1	1	1
	Promoção da tradição+inovação	1	1	1	1
	Promoção da criação/inovação	1	–1	1	1
	Tecnologias limpas e eficientes	1	–1	–1	–1
	Valorização do patrimônio cultural	1	1	1	1
	Valorização do patrimônio natural	1	1	1	1
ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS	Arquitetura includente	1	–1	1	1
	Edifício acessível	1	1	1	1
	Estacionamento	1	1	–1	–1
	Fluxos de resíduos separados	1	1	–1	1
	Imóveis próprios, edifícios já construídos	1	–1	1	1
	Integração à malha urbana	1	1	1	1
	Local acessível	1	1	1	–1
	Segregação territorial	1	–1	1	1
	Terreno permeável	–1	–1	–1	1

Figura 6.1 – Avaliação comparativa dos museus segundo o modelo: altos e baixos



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando agregadas em função de suas atividades fim, seu posicionamento em relação à comunidade local, suas opções de gestão e suas características físico-territoriais revelam um quadro claro e diferenciado: os exemplares da Museologia do Espetáculo deixam a desejar quanto às atividades fim e ao posicionamento comunitário e aproximam-se mais da sustentabilidade integrada quando se trata das opções de gestão e, principalmente, das características físico-territoriais. Já os museus comunitários apresentam o resultado inverso. Pode-se então concluir que falta aos museus do espetáculo um maior envolvimento com as comunidades, seja por meio das atividades oferecidas, seja por um posicionamento pouco participativo e inclusivo, basilares para a sustentabilidade socioeconômica e cultural; por outro lado, suas opções de gestão e suas características físicas revelam maior institucionalidade, disponibilidade de recursos e possibilidades de buscar a sustentabilidade. Ao contrário, os museus sociais ou comunitários fazem jus à sua tipologia, com excelente relação entre as atividades oferecidas e a sustentabilidade e um posicionamento participativo e includente; chama a atenção que ambas as instituições não têm programas socioambientais, aspecto que se distancia da sustentabilidade, mas que demonstra uma possível capacidade institucional reduzida, fato evidenciado quando se avaliam suas opções de gestão e suas caraterísticas físico-territoriais. Estes últimos parecem, assim, radicalmente dedicados à sustentabilidade integrada, embora sofram com a ausência de investimentos institucionais.

Correlações nos grupos museológicos

A comparação entre os dois grupos – Museologia Tradicional/do Espetáculo *versus* Museologia Social/Comunitária – a partir do perfil perceptivo-atitudinal dos visitantes e segundo as correlações positivas e significantes a 95% e a 99% é também reveladora das diferenças entre suas

tipologias, conforme demonstra a Figura 6.2. A leitura qualitativa dos mapas criados permite apontar a existência de três grupos de variáveis nas suas redes de correlações: o posicionamento dos museus na comunidade, o posicionamento quanto às atividades fim (ambas em consonância com a análise das frequências e da observação participante) e o perfil atitudinal do visitante.

Enquanto o universo dos museus sociais apresenta uma forte centralidade na frequência comunitária (27% dos visitantes habitam nas suas proximidades) e regular (20% os visitam semanalmente) – correlacionada a treze variáveis – e na percepção de seu engajamento nos problemas comunitários – também correlacionada a treze variáveis –, o universo da Museologia do Espetáculo apresenta uma centralidade razoável da frequência de visitação, que se correlaciona com oito variáveis e não é comunitária (somente 11% dos visitantes habitam nas suas proximidades) ou regular (somente 2% os visitam semanalmente),[48] apontando para uma grande dedicação à comunidade local nos museus sociais e um relacionamento mais superficial (91% dos visitantes declararam não participar das atividades do museu) nos casos tradicionais, em que o engajamento nos problemas comunitários perde completamente a centralidade.

Na Museologia Social o posicionamento dos museus na comunidade está altamente atrelado ao seu posicionamento quanto às atividades fim, demonstrando um posicionamento sólido em relação ao desenvolvimento sustentável local, enquanto os museus tradicionais – devido à já citada superficialidade da relação comunitária – têm um posicionamento na sociedade de características utilitárias, em que a frequência dos visitantes está mais ligada à oferta de cursos, feirinhas e atualidades do que à formação política,

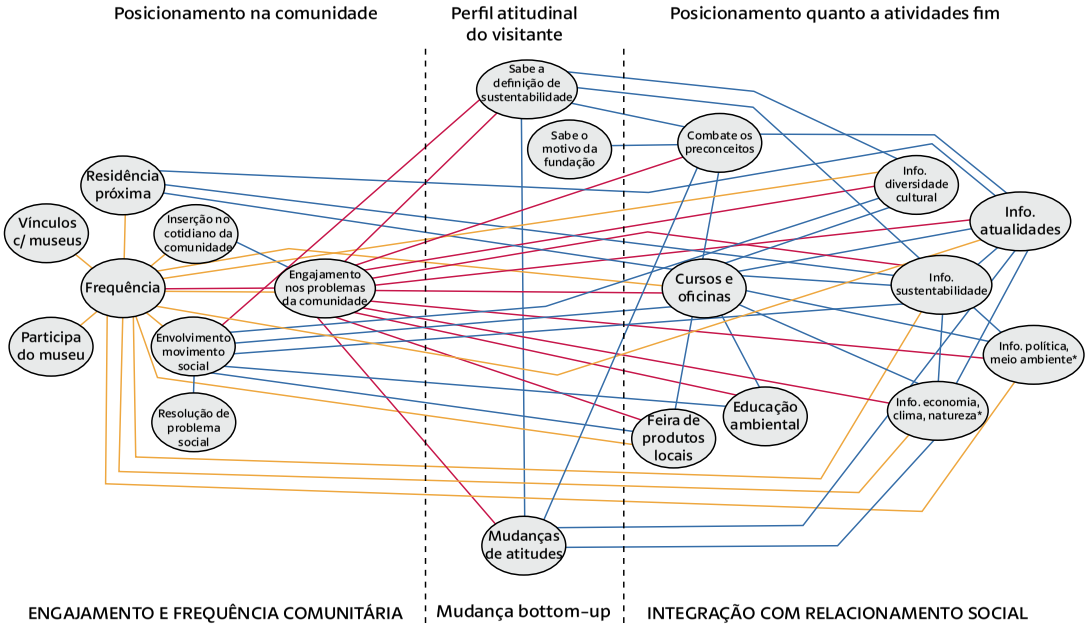
48 Tanto a frequência quanto a regularidade das visitas apresentaram distribuição normal para ambas tipologias museais, permitindo tal inferência.

socioeconômica, cultural e ambiental. Desta forma, pode-se dizer que a oferta de conteúdos pelos museus tradicionais ocorre de maneira fragmentada, o que não contribui para a ideia de uma sustentabilidade integrada.

Finalmente, enquanto a conscientização e a mudança atitudinal se correlacionam ao engajamento dos museus sociais nos problemas comunitários, a mudança atitudinal nos visitantes dos museus tradicionais parece ocorrer de forma mais difusa. Então, podemos afirmar que os exemplares da Museologia Social estão mais avançados no caminho para a sustentabilidade integrada, mas os trabalhos dos quatro exemplares estudados tocam todas as dimensões da sustentabilidade. Como algumas variáveis do modelo são pouco trabalhadas em qualquer exemplo, não atestamos a configuração completa do ciclo virtuoso em nenhum dos casos. No MAR foi percebida a busca pelo envolvimento em causas sustentáveis relevantes em todos os âmbitos: ambiental, social, cultural e econômico, porém ainda é necessário o aumento da dedicação nas dimensões ambiental, social e econômica. Também se faz necessária a constante nutrição da dimensão cultural e, principalmente, que seu trabalho abandone o movimento atual, de gestão de cima para baixo, e passe a basear-se no movimento de baixo para cima (*bottom-up*), com a participação e cooperação ativa da população, especialmente do entorno. Assim, a instituição poderá atingir o ciclo virtuoso, indo no sentido proposto por esta pesquisa. Acredita-se, ainda, que, por se tratar de um museu que pretende ser ícone nacional e internacional e tem grande arrecadação de fundos, o MAR poderia ser mais ativo e participativo em todas as dimensões da sustentabilidade, e mais influente e consciente.

O Museu Ciência e Vida também pretende se engajar e atuar em causas sustentáveis significativas, porém é preciso mais dedicação às dimensões social e ambiental, e maior foco e comprometimento no campo econômico, através, por exemplo, da participação na economia alternativa; além do

Museologia Social – correlações positivas (intervalo de confiança de 95% ou 99%)



LEGENDA

Centralidade da frequência aos museus

Centralidade do engajamento com problemas comunitários

* Variáveis aglutinadas devido à grande coincidência de correlações

Fonte: Pesquisa de campo

Figuras 6.2 – Mapa das correlações entre as percepções do visitante para os dois tipos museais.

constante cuidado com o âmbito cultural. Assim como no MAR, é indispensável que, ao se comprometer com a sustentabilidade integrada, o Museu Ciência e Vida venha a realizar o movimento *bottom-up* em sua gestão, com a participação ativa da população, principalmente do entorno, para que se configure o ciclo virtuoso.

Já o Museu da Maré se engaja e atua em causas sustentáveis relevantes, com a cooperação da população e no nível do território local; muitas dessas causas estão nos âmbitos social e cultural, esforçando-se também na busca pelo aprimoramento dos campos econômico e ambiental, sempre priorizando o movimento de baixo para cima (*bottom-up*) em sua gestão.

Por fim, o Museu Vivo do São Bento também se compromete e intervém em causas sustentáveis diversas e significativas, com a assistência da população e a atuação no território, nos âmbitos ambiental, social e cultural, e ainda esforça-se para um crescimento no campo econômico, privilegiando o movimento de gestão de baixo para cima (*bottom-up*). Nesses dois últimos casos, dos museus sociais, percebe-se uma maior aproximação da completude do ciclo virtuoso, ainda que devido a relações externas e estruturais, como a falta de recursos materiais, as ações e atividades realizadas oscilem muito, de acordo com o momento pelo qual elas estão passando. Provavelmente por essa razão, durante o período da pesquisa, não foi percebida a configuração completa do ciclo virtuoso. Também notou-se que o Museu Vivo do São Bento é o que mais se engaja e trabalha com todas as dimensões, sendo, desse modo, o que mais se aproxima da totalidade do ciclo virtuoso; é o que mais atua na dimensão econômica, com programas, oficinas e eventos. Conclui-se, com isso, que todos os museus estudados estão preocupados com a sustentabilidade, cada um dentro de suas percepções, escolhas políticas, possibilidades e realidades. Também percebeu-se que os museus adeptos ao movimento da Museologia Social parecem estar trilhando um caminho

mais próximo ao apontado nesse trabalho, o Museu Vivo do São Bento um pouco à frente do Museu da Maré.

Portanto, corroboramos a hipótese testada e concluímos que quanto mais características associadas à Museologia Social o museu praticar, mais ele se aproximará da sustentabilidade proposta nesta pesquisa. O reconhecimento do público quanto às atividades e posicionamentos dos museus, conforme os perfis preponderantes e os mapas de correlações, atesta claramente as diferenças entre as duas linhas museais.

A aproximação da sustentabilidade integrada: diretrizes

Este trabalho reconhece e evidencia a importância dos museus como promotores e catalizadores de uma sustentabilidade integrada com base no desenvolvimento social, cultural e econômico, bem como na preservação ambiental. Para que se aproximem do ciclo virtuoso da sustentabilidade, os museus e quaisquer instituições culturais necessitam se moldar a um sistema que engloba as quatro dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social e cultural), sua organização estrutural (gestão) e suas relações externas. Esse sistema deverá funcionar de modo a integrar as dimensões, não permitindo a exclusão de nenhuma delas, e será ativado principalmente com a participação social, por meio de uma postura e um discurso que privilegiem a gestão de baixo para cima (*bottom-up*) e visem um novo paradigma inclusivo e democrático. As atividades desenvolvidas devem servir de exemplo, favorecendo e representando as culturas locais através da educação humanista e estimulando sempre o espírito crítico. Por isso, é fundamental o seu envolvimento em questões atuais, que proporcionem transformações e mudanças de atitudes para a conscientização; logo, o comprometimento com movimentos sociais e o engajamento social, político, econômico, cultural e ambiental são fundamentais.

Os museus e instituições culturais precisam também estar inseridos na rede urbana e integrados à malha urbana, para a diminuição do impacto ambiental de suas atividades e a promoção da economia solidária em todo seu ciclo, incentivando o diálogo com a cidade e seus problemas, de maneira a possibilitarem sua sustentabilidade integrada.

Considerações finais

O conceito de sustentabilidade surge no âmbito da crise ambiental para questionar as bases de produção e reprodução capitalistas e reconhecer sua função de suporte, condição e potencial da natureza para os processos de trabalho. A substituição das memórias e das referências locais na busca pela manutenção e expansão dos mercados que caracteriza a cidade utilitarista (Castriota, 1999), o modelo moderno construído na descontextualização e abstração do indivíduo (Sousa Santos, 1993), o consumismo, junto ao crescimento populacional (Myers, 1997), a polêmica sobre a capacidade de carga do planeta (Hardin, 2001), posteriormente considerada a partir dos impactos ecológicos, a exclusão socioeconômica e cultural e a violência cotidiana (Ferrari, 2002), bem como a dimensão dos desafios ambientais e climáticos (Lopes et al., 2010) vivenciados por nossa sociedade, apontam para os impasses a serem enfrentados em vários campos disciplinares e relacionados à urgência da sustentabilidade.

Convivendo com as mudanças da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, diante dos desafios a serem encarados para se aproximar da sustentabilidade, os museus são de suma importância para a formação da consciência dos indivíduos e na busca por essa condição, além de serem exemplos para outras instituições culturais. Portanto, podem e devem assumir uma posição emblemática face à sociedade, com atividades sociais, educativas, culturais e políticas inseridas na cidade e dialogando com os cidadãos, de modo a disseminar reflexões e ações mais conscientes.

Nesse sentido, o presente volume buscou demonstrar, a partir da pesquisa empírica e de um modelo de análise da sustentabilidade integrada, como se dá a relação dos museus com a sociedade. A aplicação desse modelo destacou a importância dos museus como promotores da sustentabilidade integrada, verificando quais dimensões (social, econômica, cultural e ambiental) são trabalhadas, como são e de que maneira podem vir a ser. As variáveis contidas nesse modelo influenciam diretamente na configuração da cidade e agem, também diretamente, na relação museu/cidade/cidadã(o). Assim, por meio do estudo das atividades museológicas e suas ligações com a sustentabilidade, especificaram-se as práticas museológicas mais afinadas com a sustentabilidade e apresentaram-se exemplares de museus brasileiros que efetivamente se fundamentam nela.

As questões levantadas neste volume não são exaustivas (ou seja, não encerram em si conceitos ou determinações) e não pretendem ditar normas de conduta, mas suscitar reflexões. Pretendeu-se esboçar possíveis caminhos para o entendimento destas indagações relativas à urgência da sustentabilidade e à capacidade dos museus como importantes agentes facilitadores. Ainda, almeja-se que este conteúdo venha a auxiliar novas formas de gestão e funcionamento de museus que visem a sustentabilidade, indicando e exemplificando ações museológicas e favorecendo sua inserção na cidade.

O presente trabalho assume os museus como microcosmos e entes sociais e relacionais comprometidos com programas baseados na cultura da sociedade e na preocupação com a democracia, com a dignidade social, com a proteção do meio ambiente e com a economia sustentada e includente. Para este trabalho, a sustentabilidade integrada, em resumo, foi tratada como a promoção da compaixão, do bem-estar coletivo, da vida, das etnias e das culturas, por meio da produção e distribuição de riquezas e da promoção dos ecossistemas e do meio ambiente.

De maneira geral, concluímos que o modelo preconizado a partir da literatura está correto ao propor a realização de atividades fim (exposições, ações e oficinas, cursos etc.) que apresentem e discutam os problemas e as contradições da sociedade, assim como as contribuições culturais, econômicas e sociais das minorias; e de atividades meio (administrativas) que se baseiem num planejamento includente, participativo e redistributivo pautado pelos movimentos de baixo para cima (*bottom-up*). O museu deve posicionar-se como mediador e agente difusor de conhecimento, da cidadania e das preocupações ambientais, sociais e econômicas, abordando o tema da sustentabilidade integrada não somente em exposições, e sim considerando-a como comportamento. É indispensável que a gestão e o trabalho do museu se fundamentem na comunidade/população, no engajamento e na atuação em todas as dimensões e que considere a acessibilidade dos edifícios, o uso de materiais sustentáveis e energia alternativa, a utilização racional dos recursos, a gestão de resíduos, o resgate da cultura e da autoestima da comunidade em que está inserido, a valorização da diversidade, a capacitação, a promoção da qualidade de vida, o estímulo à economia alternativa e à sua inclusão nos circuitos superiores de circulação de bens e mercadorias.

Concluiu-se ainda que, apesar de o discurso dos museus-espetáculo se aproximar bastante da sustentabilidade, a prática indica que a Museologia Social está mais próxima desta, ou seja, a hipótese testada – **quanto mais a Museologia Social é adotada, mais o museu apresenta aspectos e ações positivos do ponto de vista deste trabalho, ficando mais próximo do caminho para a sustentabilidade integrada** – foi corroborada pelas percepções dos visitantes e pela observação participante das condutas museais.

Podemos afirmar que os trabalhos dos quatro exemplares estudados apresentam ações que tocam todas as dimensões da sustentabilidade estudadas, porém, como alguns aspectos importantes não faziam parte da vida das instituições,

ou apresentaram baixo nível de satisfação, não detectamos a configuração completa do ciclo virtuoso nem do vicioso em qualquer dos casos. Nesse sentido, no Museu Ciência e Vida – em maior grau – e no MAR os trabalhos não estão bem focados na direção da sustentabilidade integrada, enquanto no Museu da Maré e no Museu Vivo de São Bento – em maior grau – encontrou-se um nível satisfatório no sentido da sustentabilidade integrada. De fato, todos os museus estudados estão preocupados com a sustentabilidade, consideradas suas possibilidades e realidades, e pode-se dizer que fazem parte de um *continuum*.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Museu da Favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: **Revista Musas** – Ibram, n. 3, 2007. Disponível em: www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf. Acesso em: 8 jul. 2015.

AB'SABER, Aziz N. A cidade e a cultura (primeiros estudos). In **Pólis**, São Paulo, n. 22, 1995.

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático – FASE, 1999. v. 1.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, Selene C. (org.). **Meio ambiente: questões conceituais**. Niterói: UFF – PGCA – Ciência Ambiental, 2000.

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. **Revista Astrolabio**, Buenos Aires, v. 11, p. 105-123, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIA. **Centros e Museus de Ciência do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/FCC Casa da Ciência/Fiocruz, 2015.

AZEVEDO, Julia. Turismo, cultura, patrimônio. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org). **Turismo com ética**. Fortaleza: Funece: 1998.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. 3ª ed. São Paulo: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

BERTOLI GONÇALVES, Daniel. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 51, 2005.

BETHÔNICO, Mabe. O museu na 27ª Bienal de São Paulo – Arquivo Wanda Svevo. São Paulo, ano 1, n. 1, outubro de 2006. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/bethonico_newsletter01_museumuseu.pdf. Acesso em: 8 jul. 2021.

BITTENCOURT, Júlio César; MORIGI, Valdir José. O olhar do outro: a gestão de museus e a sustentabilidade na museologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Brasília, 2013.

BOLETIM DO MUSEU MAGÜTA. **Benjamim Constant – Amazonas**. Publicação do Magüta – Centro de Documentação e Pesquisas do Alto Solimões, n. 1, jan. 1993; n. 2, maio/out. 1993; n. 3, jun. 1994; n. 4, set. 1994.

BOULLÓN, Roberto C. O sistema turístico. In: BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002.

BRITO, Fatima; MANSUR, Katia. Caminhos de Darwin – um roteiro turístico-científico. In: CHAGAS, M.; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CACCIA BAVA, S. Democracia e poder local. **Pólis**, São Paulo, n. 14, 1994.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. 2ª ed. Porto alegre: Medianiz, 2014.

CAPANEMA ÁLVARES, Lucia. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 10, 2000.

CAPANEMA ÁLVARES, Lucia; MENEZES, Paulo. D. R. auto-gestão compartilhada e a pesquisa-ação participativa como instrumentos de gestão da Vila Novo Ouro Preto – Belo Horizonte. XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2004. **Anais XXVIII EnANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

CAPANEMA ÁLVARES, Lucia; CARSALADE, Flávio L. Planejamento e gestão de políticas públicas para o turismo sustentável: o caso do Programa Estrada Real. **Revista de Turismo**, v. 1, n. 1, dez. 2005. Disponível em: www.turismo.pucminas.br/revista. Acesso em: 12 dez. 2005.

CARSALADE, Flavio L. Educação e Patrimônio Cultural. In: GRUPO GESTOR DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – MG (org.). **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Lições de Minas, 23).

CASTRIOTA, Leonardo B. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, v. 1, n. 1, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo B. Urbanização brasileira: redescobertas. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003a.

CASTRIOTA, Leonardo B. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003b.

CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: **Revista Fórum Patrimônio – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**. Belo Horizonte, 2007.

CASTRO, Fernanda S. Rabello de. Políticas públicas de educação e cultura: a luta pela formação integral em uma escola pública unitária versus a imposição mercadológica do terceiro setor. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade civil. **Anais...** Uberlândia, 20-22 ago. 2012.

CAVALCANTI, Cecília. Observações comentadas. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 41, n. 41, 2011.

CHAGAS, Mario. Museus, memórias e movimentos sociais. In: Cadernos de Sociomuseologia, v.41, n.41. Lisboa, 2011.

CHAGAS, Mario. Museus e sustentabilidade ambiental. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, dez. 2014.

CHAGAS, Mario et al.. Apresentação. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CHAGAS, Viktor. Chamada para o Museu do Nada. **Overmundo** (blog). Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Disponível em: http://www.overmundo.com.br/agenda/museu-do-nada.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. In: **Grupo Gestor da Secretaria do Estado da Educação** – MG (org.). Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Lições de Minas, 23).

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORREIA, Inês C. S. **Cultura de desenvolvimento. De que forma um museu municipal pode contribuir para o desenvolvimento local. O caso do museu municipal de Resende** (dissertação de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2006.

COUTINHO, L. et al.. Sustentabilidade – o que é isso? Congresso

Iberoamericano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, 2014.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Paisagem cultural e patrimônio natural. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

ESTANISLAU, L. A. Cultura e desenvolvimento humano nas cidades. **Pólis**, São Paulo, n. 22, 1995.

FARRINGTON, Greg. Entrevista realizada em 31 de julho de 2010 por Denise Studart. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

FERRARI, Aída L. Educação patrimonial. In: GRUPO GESTOR DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – MG (org.). **Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Lições de Minas, 23).

FERREIRA, Núbia Soraya de Almeida. Sacaca: um museu vivo no estado do Amapá. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria de Assunção R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 219-254.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **The Social Contract Journal**, outono de 2001.

HERCULANO, Selene. Desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e ambiente urbano deteriorado: o que fazer? **Revista Vitas: visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade**, v. 7, p. 001-018, 2013.

Ibram. Site do Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: www.museus.gov.br. Acesso em: agosto de 2015.

ICOM. Site do Conselho Internacional de Museus. Disponível em: http://icom.museum. Acesso em: ago. 2015.

JECKEL-NETO, Emilio. Ações para a sustentabilidade ambiental no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

KAZ, Leonel. A ordem do museu e a desordem do olhar. In: LIMA, R. (org.). **Museus de arte do Brasil: região Sudeste**. São Paulo: Atlântica, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 71, p. 5-11, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: ago. 2015.

LEITE, Maria Ângela F. P. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LODI, Cristina. Sustentabilidade ambiental, econômica e social nos novos museus cariocas: Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e novo Museu da Imagem e do Som. **II Seminário Internacional**

Museografia e Arquitetura de Museus – Identidades e Comunicação. Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Carlos et al.. Crises e oportunidades em tempos de mudança. In: DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos. **Riscos e oportunidades: em tempos de mudança.** Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental, sociedade e gestão pública. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

MASSARANI, Luisa et al. De olho na biodiversidade: iniciativas do Museu da Vida no ano internacional sobre o tema. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

MATOS, Karla Monteiro. Responsabilidade socioambiental e cidadania. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

MENDES, Manuel C. Furtado. **Museus como pioneiros para a sustentabilidade ambiental**. Lisboa, 2010.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. A cidade como um bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Iphan, 2006.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MOURA SANTOS, Maria Célia T. Reflexões sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 18, n. 18, 2002.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 1, 1993.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM**, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, dez. 2014.

MUSEU CIÊNCIA E VIDA. Site do Museu Ciência e Vida. Disponível em: https://www.cecierj.edu.br/divulgacao-cientifica/museu-ciencia-e-vida. Acesso em: 10 ago. 2021.

MUSEU DA MARÉ. Site do Museu da Maré. Anteriormente disponível em: http://www.museudamare.org.br. Atualmente podem-se encontrar algumas informações em: https://www.facebook.com/museudamare. Acesso em: 8 jul. 2021

MUSEU DE ARTE DO RIO. Site do Museu de Arte do Rio (MAR). Disponível em: http://www.museudeartedorio.org.br. Acesso em: 10 ago. 2021.

MUSEUS DO RIO. Site do Museus do Rio. Disponível em: www.museusdorio.com.br. Acesso em: 10 ago. 2021.

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO. Site do Museu Vivo do São Bento. Disponível em www.museuvivodosaobento.com.br.

MYERS, Norman. Consumption in relation to population, environment and development. **The Environmentalist**, v. 17, 1997.

NAVARRO, Óscar. Museos y museología: apuntes para una museología crítica. XXIX Congresso ICOFOM/XV Congresso ICOFOM-LAM. **Anais...** Argentina, 2006.

NUNES, Pedro Sol de Abreu. **Uma experiência audiovisual no Museu Vivo do São Bento: memória e ressignificação do território em Duque de Caxias, RJ** (monografia). Graduação em Geografia e Meio Ambiente. Centro de Ciências Sociais da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Renata de Almeida; ABREU, Regina. Testemunhos e Narrativas sobre a memória indígena no estado do Rio de Janeiro: ressignificações e produção de novas fontes de pesquisa. X Encontro Nacional de História Oral. **Anais...** Recife, 2010.

PEARCE, P. L. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (org.). **Turismo global**. Trad. Ana Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: Senac, 2001, p. 145-164.

PINTO VIEIRA, Antônio Carlos. Da memória ao museu: a

experiência da favela da maré. XII Encontro Regional de História da ANPUH. **Anais...** Niterói, 2006.

PIRES, Vladimir Sybilla. **Museu-monstro: insumos para uma museologia da monstruosidade**. Lisboa: ULHT, 2017.

QUEIROZ, Marijara Souza. (Meta)Curadoria em processos de Museologia Social. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 10, pp. 196-212, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v5i10.17736. Acesso em: 10 ago. 2021.

RANGEL, Marcio. Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental: breve relato sobre um tema estratégico para o mundo contemporâneo. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/2162.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO MAR. Anos 2013 e 2014. Disponível em: https://museudeartedorio.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_mar_web.pdf. Acesso em: 8 jul 2021.

RIBEIRO, Marina Byrro. Arquitetura de museus frente às demandas ambientais. ENANPARQ 2010. Rio de Janeiro, 2010.

ROCKSTROM, Johan et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, set., 2009.

RODRIGUES, Júlia Vilhena. **Camadas de memória entre o mar e o morro: da pequena África ao Porto Maravilha**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. Palestra. **Mundo & Vida: alternativas em estudos ambientais**, ano 1, v. 1, 2000.

SILVA, Cassia Rodrigues. **Caminhos para a sustentabilidade integrada**

dos museus na cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

SILVA, Pedro Henrique Bonini da et al. A percepção de professores do ensino fundamental sobre a atividade de formação continuada do Museu Ciência e Vida. In: **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 5 n. 1, 2015.

SANTOS, Cristiane; CAMPOS, Carlos. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: Editora EDUECE, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SAVDRA, Blandine. O desenvolvimento sustentável e a ecoconcepção de exposição na Cité des Sciences et de l'Industrie. In: CHAGAS, M; STUDART, D.;e STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

SCHEINER, Tereza C. Formação em museologia e meio ambiente. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (org). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOMARRIBA, M. M. G. et al. Lutas urbanas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: FJP-Vozes, 1984.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1, pp. 31-52, 1993.

SOUSA SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ, Cézar. Um mapa de alternativas de produção. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STUDART, Denise. Um panorama dos museus que trabalham com a questão ambiental no Brasil. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

TILDEN, Freeman. **Interpreting Our Heritage**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1957.

VAINER, C. B. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 1, 2003.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VARINE, Hugues de. Entrevista concedida a Mario Chagas. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 27, n. 41, dez. 2014.

VARINE, Hugues. Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 4, p. 239-247, 2014.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Gestão de projetos de museus e exposições. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

VIANNA, Guilherme B. Hardman. Análise de viabilidade econômica na região portuária do Rio de Janeiro. Estudo de caso: empreendimento comercial. (Monografia) Graduação em Engenharia Civil. Escola Politécnica da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, Graice Q. et al.. Avaliação de espaços não formais de educação para o ensino de ciências: estudo de caso do museu Ciência e Vida, Duque de Caxias, RJ. In: **Almanaque Multidisciplinar de**

Pesquisa, Rio de Janeiro, Unigranrio, ano 1, v. 1, n. 2, 2014.

VIEIRA, Liszt. Museu do Meio Ambiente: relação natureza/cultura numa perspectiva sustentável. In: CHAGAS, M; STUDART, D.; STORINO, C. (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

WONNACOTT, Thomas; WONNACOTT, Ronald. **Introductory Statistics**. 5ª ed. Nova York: John Wyley & Sons, 1990.

Anexo 1

Modelo de Sustentabilidade integrada museal – quadro de variáveis e sua operacionalização

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
1. Promoção da sustentabilidade sistêmica	▪ O museu trabalha ou desenvolve algum projeto relacionado à sustentabilidade? ▪ O museu se engaja e atua em causas sustentáveis (sociais, culturais, ambientais e econômicas) relevantes? Quais? A população está incluída e participa também? ▪ O museu promove o desenvolvimento sustentável? Como? ▪ Qual o foco dado ao discurso da "sustentabilidade urbana"? Somente focado em aspectos funcionais e econômicos? ▪ O museu busca uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Desenvolver atividades e ações pautadas na sustentabilidade sistêmica. ▪ Engajar-se e atuar em causas sustentáveis (sociais, culturais, ambientais e econômicas) em conjunto com a população. ▪ Promover o desenvolvimento sustentável, através do patrimônio e da participação efetiva da comunidade. ▪ Promover um discurso de "sustentabilidade urbana" que não foque somente em aspectos funcionais e econômicos, mas também em aspectos sociais, culturais e ambientais. ▪ Promover a igualdade, a solidariedade e sustentabilidade em todas as atividades e ações museológicas.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
2. Objetivo de criação do museu (missão) e sua utilidade prioritária e política	▪ Houve debate sobre o objetivo de criação do museu? Qual foi esse objetivo? Qual é a missão oficial? ▪ Qual a utilidade prioritária e política do museu? ▪ Qual a missão/objetivo? ▪ A missão/objetivo está sistematizada?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ O objetivo real do museu dever ser debatido (principalmente com a comunidade) para justificar sua criação, manutenção e desenvolvimento. ▪ A utilidade real prioritária e política e a missão do museu devem ser focados nos anseios da comunidade.
3. Postura/ discurso do museu	▪ Qual a postura adotada pelo museu: museu-espetáculo, museu-coleção ou museu-comunitário?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ O museu-espetáculo destina-se a públicos cativos. ▪ O museu-coleção destina-se a públicos mais ou menos especializados. ▪ O museu-comunitário implica a população e não se preocupa com um público.
4. Atividades desenvolvidas	▪ Atividades e projetos desenvolvidos.	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Desenvolver atividades, projetos e ações baseados na sustentabilidade sistêmica.
5. Participação e organização da comunidade	▪ Existe a participação da população/comunidade na gestão e no funcionamento do museu? Como? ▪ Existe o incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição? Como? ▪ O museu participa do cotidiano da população/ comunidade? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Participação ativa da população nas atividades, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu, para recuperar a autoestima e promover a inclusão social. ▪ Incentivar a participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
5. Participação e organização da comunidade	▪ O museu promove a organização popular? Como? ▪ O museu atua nas organizações populares? Como? ▪ O museu promove a solução dos problemas da população/comunidade? Como? ▪ O museu promove a inclusão coletiva nos processos de planejamento? Como? ▪ O museu promove a inclusão coletiva nos processos de produção econômica e cultural? Como?	▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ O museu deve estar inserido no cotidiano da comunidade, participando de maneira ativa de suas vidas e dos seus anseios. ▪ Estimular, promover e garantir a participação e a organização popular, através de estruturações de movimentos e redes, ações, projetos, informações, formações, reflexões críticas etc. ▪ Buscar e atuar na solução das necessidades das comunidades locais, através do engajamento, da ação, da organização e da participação. ▪ Promover e garantir a inclusão coletiva nos processos de planejamento e de produção econômica e cultural, através do apoio e da participação em reuniões públicas, de atividades que gerem reflexão crítica, de ações e projetos etc.
6. Trabalho focado na comunidade	▪ O trabalho do museu é focado nos anseios dos habitantes locais?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ O trabalho do museu deve ser focado nos anseios dos habitantes locais, e não em interesses externos à comunidade.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
7. Exemplo	▪ O museu serve de exemplo para a sociedade/comunidade? Por quê? ▪ O museu serve de exemplo no consumo de energias limpas e renováveis? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Servir de inspiração e exemplo, através de boas práticas, como no consumo de energias limpas e renováveis (energia fotovoltaica, eólica etc.).
8. Representação da sociedade e da cultura	▪ O museu representa a sociedade/comunidade? Como e por quê? ▪ O museu representa as relações socioambientais da sociedade/comunidade? Por quê? ▪ O museu promove o entendimento da relação homem/natureza? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ Representar a sociedade e as relações socioambientais (cultura), através de ações, atividades e projetos. ▪ Promover o entendimento da relação homem/natureza, através de atividades, ações e mutirões, para que haja a conscientização e o respeito.
9. Promoção do espírito crítico	▪ O museu desenvolve uma reflexão crítica da realidade? Como? ▪ O museu promove a capacidade de ação crítica e continuada? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica	▪ Promover, através de atividades, debates, encontros e exposições, a visão crítica da realidade e do que é exposto. ▪ Promover a capacidade de ação crítica e continuada, através da articulação de movimentos e redes, de atividades que gerem reflexão crítica, de formação etc.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
10. Promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular	▪ O museu promove o associativismo? Como? ▪ O museu promove o cooperativismo? Como? ▪ O museu atua nas reivindicações sociais? Como? ▪ O museu promove a organização popular? Como? ▪ O museu atua nas organizações populares? Como? ▪ O museu possui ações ou atividades que resgatam os sentimentos de coletividade e de contextualização com o meio e com suas relações de pertencimento a grupos? Quais? ▪ O museu expõe sobre/discute com a comunidade teorias sociais e políticas? ▪ Há cursos de formação política ou fomento a atividades de grupo? ▪ As atividades fim (exposições e envolvimento comunitário) promovem a coletividade e a sensação de interdependência entre indivíduos e entre grupos? Como isso ocorre?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Promover o associativismo como teoria social, através de uma economia baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e crítica ao Estado centralizado. ▪ Promover o cooperativismo como prática econômica, através do desenvolvimento de valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. ▪ Atuar nas reivindicações sociais, se juntando à população. ▪ Atuar na capacidade de organização popular, estruturando os movimentos e capacitando os cidadãos. ▪ Possuir ações, projetos e atividades que resgatem os sentimentos de coletividade e de contextualização com o meio e com suas relações de pertencimento aos grupos, celebrando e divulgando. ▪ Expor sobre teorias sociais e políticas e oferecer cursos de formação política e fomento a atividades de grupo. ▪ Contar com exposições e com o envolvimento comunitário que estimulem a coletividade e a sensação de interdependência entre indivíduos e entre grupos.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
11. Engajamento em movimentos sociais	▪ Existe envolvimento com algum movimento social? Qual? ▪ O museu participa e estimula movimentos alternativos? Quais?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Participar, organizar e promover, junto com a comunidade, os movimentos sociais, buscando o reconhecimento social do direito dos excluídos e melhoria das suas condições de vida.
12. Envolvimento em questões atuais	▪ O museu explica, educa e debate ativamente questões atuais? Como? ▪ O museu participa ativamente de questões públicas? Quais? Como? ▪ Como o museu trabalha com a poluição, a pobreza, os estilos de vida e as tecnologias?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Explicar, ensinar e debater ativamente questões atuais, produzindo uma reflexão crítica da realidade, através de atividades, exposições, ações, cursos e etc. ▪ Participar ativamente de questões públicas, incentivando também a participação da comunidade, através da atuação em reuniões públicas, atividades, ações e projetos. ▪ Trabalhar, apresentar e debater temas como a poluição, a pobreza, os estilos de vida e as tecnologias, através de atividades, projetos, exposições, ações e cursos.
13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização	▪ O museu utiliza a memória como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais? Como? ▪ O museu busca e promove a transformação das atitudes e da ética? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Utilizar a memória como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais, através da celebração, de atividades e exposições e da formação.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização	▪ O museu promove a conscientização da população para uma mudança civilizatória? Como? ▪ O museu promove mudanças de comportamento individual? Como? ▪ O museu promove a mudança de comportamento com relação ao desenvolvimento? Como? ▪ O museu estimula as mudanças na maneira de pensar, viver, produzir, consumir? Como? ▪ O museu discute o que produzir, para que e para quem? Em que situações? ▪ O museu propõe a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade? Como? ▪ Como o museu enfatiza e pensa a geração atual?		▪ Buscar e promover a transformação das atitudes e da ética, com atividades que fomentem a crítica e apresentem novas possibilidades. ▪ Promover a conscientização da população para uma mudança civilizatória, através de exposições, cursos, palestras, debates, atividades e ações que proporcionem uma reflexão crítica sobre a realidade. ▪ Favorecer, facilitar e estimular as mudanças de comportamento individual, com atividades e ações participativas que gerem reflexões críticas sobre a realidade. ▪ Promover a mudança de comportamento dos seres humanos com relação ao desenvolvimento, através de exposições, cursos, palestras, atividades e ações que propiciem a crítica da comunidade sobre o atual desenvolvimento, apresentando alternativas. ▪ Estimular as mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir, consumir, com exposições, palestras e debates que informem, explique e fomente a reflexão crítica.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização			▪ Discutir e planejar o que produzir, para que e para quem, pensando sempre na população local e na preservação do meio ambiente e da cultura. ▪ Promover, através de debates, palestras e exposições, a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade. ▪ Pensar e conscientizar a geração atual, informando os cidadãos, e participando e atuando no dia a dia da comunidade.
14. Engajamento social	▪ O museu estimula o acesso justo ao que é socialmente produzido? Como? ▪ Como o museu lida com as razões sociais, econômicas e políticas? ▪ O museu atua para minimizar a desigualdade social? Como? ▪ O museu busca a equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais? Como? ▪ O museu promove a inclusão social? Como? ▪ O museu estimula a superação da exclusão e da segregação social? Como? ▪ O museu busca a erradicação da pobreza e da exclusão? Como? ▪ Existe dedicação às questões sociais? Quais? ▪ O museu se preocupa com a exclusão social? O que é feito para solucioná-la/amenizá-la?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Estimular o acesso justo ao que é socialmente produzido. ▪ A instituição deve conscientizar e promover a reflexão da população sobre como lidar com as razões sociais, econômicas e políticas. ▪ Propor minimizar a desigualdade social, através de atividades, engajamento e ações participativas que atuem na economia, na cultura, na política e no meio ambiente. ▪ Comprometer-se com a equidade na distribuição de renda e com a diminuição das diferenças sociais, através da inserção social, da capacitação, do engajamento nas economias alternativas etc. ▪ Estimular, em todas as atividades e ações, a participação e a inclusão social.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
14. Engajamento social	▪ O museu se preocupa com a segregação territorial? O que é feito para solucionar/amenizar? ▪ O museu estimula a inclusão de sujeitos sociais excluídos? Como? ▪ O museu possui ações para o reconhecimento social do direito dos excluídos? Quais? ▪ O museu possui ações para a melhoria da qualidade/da condição de vida da população do entorno? Quais? ▪ O museu possui ações para promoção da cidadania e dos direitos dos cidadãos? Quais? ▪ O museu possui ações de defesa da democracia e do popular? Quais? ▪ O museu promove a democracia participativa? Como? ▪ O museu se considera a serviço da cidadania e do desenvolvimento social? Como?		▪ Estimular a superação da exclusão e da segregação social, através de atividades e ações includentes e acessíveis. ▪ Engajar-se na erradicação da pobreza e da exclusão. ▪ Participar, lutar e apresentar as reivindicações e as conquistas sociais. ▪ Preocupar-se com a exclusão social e com a segregação territorial, realizando e promovendo ações e atividades includentes que informem e que acolham. Iniciando pelo próprio edifício do museu, que deve ser implantado/localizado/projetado de maneira que não proporcione a segregação territorial, logo deve ser acessível e convidativo. ▪ Promover a inclusão de sujeitos sociais excluídos, através do emprego e da educação. ▪ Ter ações e atividades para o reconhecimento social do direito dos excluídos, para a promoção da cidadania e para a defesa da democracia e do popular. ▪ Comprometer-se com ações de melhora da qualidade/da condição de vida local, através da organização e participação em mutirões de limpeza, de trabalho, de educação, de capacitação, de ajudas etc.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
14. Engajamento social			▪ Promover a democracia participativa, através de atividades e da participação ativa da comunidade no dia a dia do museu. ▪ Estar sempre a serviço da cidadania e do desenvolvimento social.
15. Engajamento político	▪ O museu se envolve com política? Como? ▪ O museu apresenta e discute com o público a questão política? Como? ▪ O museu proporciona a compreensão da política? ▪ O museu promove a participação do público na política? Como? ▪ O museu se considera um novo ator social e político? ▪ O museu busca transformar a estrutura, a ética e a moral da sociedade? Como? ▪ O museu articula as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas? Como? ▪ O museu estimula políticas inovadoras baseadas no modelo participativo? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Participar, engajar-se, apresentar e discutir questões políticas e éticas, analisando constantemente esses atos. ▪ Promover a compreensão crítica da política, através de atividades, debates, palestras e exposições, para que haja transformação da estrutura, da ética e da moral da sociedade. ▪ Estimular a participação do público na política. ▪ Considerar-se e atuar como um novo ator social e político, participando das reivindicações e conquistas sociais, buscando a melhoria das condições de vida da população do entorno e promovendo a cidadania, os direitos e a democracia. ▪ Articular as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas, focando nos anseios da comunidade e na preservação e desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
15. Engajamento político			▪ Estimular políticas inovadoras baseadas no modelo participativo, através de atividades e ações que permitam a participação ativa da comunidade.
16. Engajamento econômico	▪ O museu se considera catalizador do desenvolvimento econômico? Por quê? ▪ O museu apresenta e discute a questão econômica? Como? ▪ O museu se engaja na questão econômica? Como? ▪ O museu estimula relações econômicas mais igualitárias? Como? ▪ O museu estimula repensar a lógica dos sistemas tributários e a lógica orçamentária? Como? ▪ O museu estimula propostas alternativas de desenvolvimento? Como? ▪ O museu estimula economias alternativas que se baseiam nos setores populares (economia criativa, economia solidária)? Como? ▪ O museu estimula uma economia de longo prazo fundamentada numa ética ecológica? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Ser um catalizador do desenvolvimento econômico, apresentando, discutindo e atuando em questões econômicas. ▪ Propor repensar a lógica dos sistemas tributários e a lógica orçamentária, através de atividades, projetos e ações, para estimular relações econômicas mais igualitárias. ▪ Apresentação e incentivo de propostas alternativas de desenvolvimento, através de exposições, debates e cursos. ▪ Promover, participar e atuar em economias alternativas (criativa, solidária) baseadas nos setores populares. Expor e comercializar produtos da economia alternativa. Oferecer cursos e exposições para informar e profissionalizar o pessoal da economia alternativa. Disponibilizar o material para reciclagem para a economia alternativa. Utilizar insumos da economia alternativa.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
16. Engajamento econômico	▪ O museu se envolve na autogestão, cooperação e socialização dos meios de produção e distribuição da economia alternativa? Como? ▪ O museu cria e participa de redes de trocas e colaboração da economia alternativa? Como? ▪ O museu expõe a produção informal das comunidades próximas ou outras? ▪ O museu comercializa a produção informal das comunidades próximas ou outras? ▪ O museu capacita e oferece oportunidades à população local? De que maneira? ▪ O museu oferece cursos para profissionalizar/inserir na cadeia produtiva os trabalhadores informais? Quais? ▪ O museu utiliza insumos do mercado informal? ▪ O museu é cliente de alguma organização financeira solidária (cooperativas, bancos...)? Qual? ▪ O museu possui alguma outra iniciativa includente e promotora da inserção das comunidades no circuito formal?		▪ Estimular uma economia de longo prazo fundamentada numa ética ecológica, através da participação nessa economia e de atividades ligadas a ela. ▪ Oferecer cursos de autogestão. Participar ativamente da cooperação, da socialização dos meios de produção e da distribuição da economia alternativa, com feiras e eventos. Criar redes de trocas e colaboração. ▪ Expor e comercializar produtos do mercado informal e da economia alternativa. ▪ Oferecer cursos e exposições para informar, capacitar, profissionalizar e inserir o pessoal do mercado informal e da economia alternativa. ▪ Utilizar insumos do mercado informal. ▪ Ser cliente de alguma organização financeira solidária (cooperativas, bancos...). ▪ Possuir outras iniciativas includentes e promotoras da inserção das comunidades no circuito formal.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
17. Engajamento cultural	▪ O museu se considera catalizador do desenvolvimento cultural? Por quê? ▪ O museu utiliza a cultura como elemento de inclusão social? Como? ▪ O museu utiliza a cultura como manutenção da diversidade das temporalidades urbanas? Como? ▪ O museu promove a tradição e o legado cultural da comunidade? Como? ▪ O museu promove a valorização da diversidade cultural? Como? ▪ O museu possui ações de preservação cultural? Quais? ▪ O museu apresenta e discute a questão cultural? Como? ▪ O museu promove a manutenção da personalidade local? Como? ▪ O museu promove a manutenção da cultura material e imaterial? Como? ▪ Como o museu promove os diversos estilos de vida (culturas)? ▪ Qual a relação do museu com as coletividades e com a cultura popular?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Ser catalizador do desenvolvimento cultural, por meio de atividades, projetos e ações que utilizem a cultura como elemento de inclusão social. ▪ Utilizar a cultura como manutenção da diversidade das temporalidades urbanas, através do conhecimento do patrimônio e da cultura da comunidade/local, com atividades, exposições, palestras, visitas e mutirões. ▪ Promover, divulgar e celebrar a tradição e o legado cultural da comunidade, por meio de atividades, palestras, cursos, exposições, eventos e festas. ▪ Promover a valorização da diversidade cultural, através de ações de preservação e divulgação da cultura que incluam a população e com discussões a atividades que retratem diferentes valores e culturas. ▪ Estabelecer e praticar a preservação cultural como atitude política, divulgando, celebrando e mantendo viva a cultura, promovendo a manutenção da cultura material e imaterial e da personalidade local. ▪ Promover encontros culturais e exposições para oferecer a troca de informação e o conhecimento, promovendo assim os diferentes estilos de vida (culturas). ▪ Manter viva a cultura popular, através de exposição, informação e formação (oficinas).

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
18. Engajamento ambiental	▪ O museu discute temas relacionados à biodiversidade? ▪ O museu apresenta e discute a questão ambiental? Como? ▪ O museu busca a resolução de problemas ambientais? Como? ▪ O museu possui ações de preservação ambiental? Quais? ▪ O museu estipula e divulga regras para uma adequada proteção ambiental? ▪ O museu preserva e recupera ecossistemas? Como? Incentiva a preservação e a recuperação dos ecossistemas? ▪ O museu atua para minimizar degradação ambiental? Como? ▪ O museu possui programas de educação ambiental? Quais? Eles retratam a sustentabilidade como um todo?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Discutir, apresentar e expor temas relacionados à biodiversidade e às questões ambientais para a conscientização da população. ▪ Buscar e engajar-se na resolução de problemas ambientais, com mutirões e ações (de limpeza, de preservação, de replantio etc.). ▪ Ter ações ambientais no entorno que incluam a população. ▪ Estipular e divulgar regras para uma adequada proteção ambiental, cobrando da população a conservação dos recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo. ▪ Preservar, recuperar e conservar os ecossistemas, através de atividades, de informação e da ação, incentivando o público para que também o faça. ▪ Propor minimizar a degradação ambiental, através de visitas, atividades e ações participativas para que o público/ comunidade se sensibilize com a realidade. ▪ Possuir programas de educação ambiental que retratem a sustentabilidade, logo as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, além das ambientais.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
19. Desenvolvimento local	▪ O museu promove o desenvolvimento local? Como? ▪ O museu se considera um instrumento para o desenvolvimento? Por quê?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Promover e atuar no desenvolvimento local, através da educação, da capacitação, do estímulo às economias alternativas, da celebração da cultura local etc., sendo instrumento e recurso para esse desenvolvimento, expressando as vontades e anseios da comunidade.
20. Preservação ambiental	▪ O museu estimula o desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais. De que maneira? ▪ Qual a relação do museu com os biomas, os ecossistemas, as configurações territoriais e a diversidade de saberes dos sujeitos sociais? ▪ O museu promove e cuida do equilíbrio de ecossistemas? Como? ▪ Como o museu lida com os processos naturais (chuvas, frio, enchentes)? ▪ O museu conserva os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo? Como? ▪ O que o museu faz para a preservação e a conservação dos recursos ambientais de um território?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Promover o desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais, através de cursos, palestras, debates e exposições. ▪ Respeitar e relacionar-se harmonicamente e equilibradamente com os biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais, celebrando-os, cultuando-os e os protegendo. ▪ Promover e cuidar do equilíbrio de ecossistemas, com atividades, campanhas e ações de limpeza, replantio etc. ▪ A instituição deve informar (exposições, debates, cursos) a população sobre como lidar com os processos naturais (chuvas, frio, enchentes).

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
20. Preservação ambiental			▪ Conservar os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo. ▪ Preservar e conservar os recursos ambientais de um território, através da informação (cursos, palestras, exposições, atividades) e da ação (mutirões, visitas, reivindicações).
21. Promoção da generosidade e solidariedade	▪ O museu é uma instituição inclusiva? Por quê? ▪ O museu promove a generosidade e a solidariedade? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Promover, em todas atividades e na gestão, a inclusão da comunidade (principalmente informando seus direitos e garantindo a cidadania), além da generosidade e da solidariedade, através de ações, palestras, debates e exposições.
22. Promoção da educação humanista	▪ O museu se considera uma instituição de educação pública? Por quê? ▪ O museu promove a produção de saber popular? Como? ▪ O museu promove o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social? Como? ▪ O museu pratica a educação humanista? Como? ▪ O museu possui o compromisso de contribuir com a formação crítica dos cidadãos?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Considera-se uma instituição de educação pública, assumindo o compromisso com a formação crítica dos indivíduos e com o caráter ativo da aprendizagem. ▪ Promover e celebrar os saberes populares através de exposições, atividades, eventos e ações que celebrem e divulguem. ▪ Promover o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
22. Promoção da educação humanista			▪ Praticar a educação humanista (como prática para a conquista da liberdade) em todas as atividades oferecidas, promovendo a participação do público e da comunidade, garantindo o caráter ativo da aprendizagem, pressupondo o indivíduo como agente.
23. Planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo	▪ O museu promove o planejamento do futuro? Como? ▪ Existe a participação da população/comunidade na gestão e no funcionamento do museu? Como? ▪ Existe o incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição? Como? ▪ Existe o planejamento das atividades (fins e meio (principalmente)? Tem algum documento que comprove? ▪ O museu realiza planejamento, controle e replanejamento constantes? De quanto em quanto tempo? ▪ O museu realiza o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Planejar para o presente, mas cuidando do futuro. ▪ Promover e garantir a inclusão coletiva nos processos de planejamento, para a participação ativa da população nas atividades, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu, recuperando a autoestima e promovendo a inclusão social. ▪ Incentivar a participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição. ▪ Planejar, controlar e replanejar todas as ações (programação do museu – detalhar – mostras, cursos etc, contratações, pagamentos, compras, recebimentos) constantemente.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
23. Planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo	▪ O museu possui Regimento Interno? ▪ O museu possui Prática de Gestão? ▪ Quais as fontes de recursos do museu? ▪ O museu busca a viabilidade das atividades econômicas? Como? ▪ O museu refaz as contas constantemente?		▪ Realizar o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo, através de empenho para obter resultados eficientes; compromisso ético com resultados; inclusão e empoderamento do outro, estabelecendo a autonomia do cidadão; ação, movimento e acompanhamento; autogoverno; transparência, confiança e coerência; e discussões e negociações de interesses. ▪ Possuir e aplicar o Regimento Interno do museu e a Prática de Gestão. ▪ Buscar a viabilidade das atividades econômicas e empresariais, através do planejamento, do replanejamento e da gestão. ▪ Refazer e replanejar as contas constantemente.
24. Inserção na rede urbana (exportação e importação de insumos, resíduos e de cultura)	▪ De onde vêm os insumos? E os resíduos? E os objetos das exposições culturais? ▪ Para onde vão os insumos? E os resíduos? E os objetos das exposições culturais? ▪ De onde vem os trabalhadores? Quantos são terceirizados? ▪ De onde vem o público?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Importar insumos de locais próximos (questões de poluição de transporte e taxas do exterior e de fortalecer economia local/regional). ▪ Trabalhadores do entorno com folha de pagamento própria, não terceirizar. ▪ Público abrangente e variado (local e de fora, para fomentar interação), logo mais abrangente e mais includente.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
25. Impacto das atividades	▪ Observar a poluição sonora (barulhos), do ar e visual. ▪ Como é a organização do lixo? Quantas caçambas de lixo existem? ▪ Faz reciclagem de lixo? ▪ O material reciclável é repassado ao mercado informal? ▪ Faz tratamento de resíduos (sólidos e líquidos)? ▪ O museu causa engarrafamento nas ruas do entorno? ▪ O museu causa filas nas calçadas?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Evitar a poluição sonora (barulhos), do ar e visual. ▪ Produzir o mínimo possível de lixo e deixando-os em locais separados, protegidos e arrumados ▪ Reciclar e disponibilizar o material de reciclagem para o mercado informal. ▪ Tratar os resíduos sólidos e líquidos. ▪ Minimizar o impacto no trânsito e na calçada.
26. Plano Museológico	▪ O museu possui Plano Museológico? ▪ O museu conhece a Política Nacional de Museus? Participa dela?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Possuir e adotar o Plano Museológico. ▪ Conhecer e adotar a Política Nacional de Museus.
27. Programas socioambientais	▪ O museu possui programas socioambientais?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Possuir e adotar programas socioambientais.
28. Não comprometimento dos recursos	▪ O museu trabalha dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores? Como? ▪ O museu faz uso racional dos recursos naturais? Como? ▪ O museu economiza água e energia?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ Realizar ações e atividades dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores, controlando fluxos e respeitando os ecossistemas, conservando os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
28. Não comprometimento dos recursos			▪ Utilizar racionalmente os recursos naturais, evitando desperdícios, economizando água e energia, reaproveitando a água, reutilizando materiais, reciclando etc.
29. Utilização de tecnologias limpas e de maior eficiência	▪ O museu utiliza tecnologias limpas e de maior eficiência? Quais? ▪ O museu serve de exemplo no consumo de energias limpas e renováveis? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Utilizar tecnologias limpas e de maior eficiência, servindo de inspiração e exemplo para a população, principalmente no consumo de energias limpas e renováveis (energia fotovoltaica, eólica etc.).
30. Ocupação/ implantação do museu	▪ Qual espaço o museu ocupa? ▪ O espaço que o museu ocupa é alugado, próprio, outros? ▪ As edificações do museu são tombadas? ▪ A implantação do edifício é em área de preservação? ▪ Qual o impacto do edifício na paisagem? ▪ O edifício é implantado/localizado/projetado de maneira que proporcione a exclusão social – acessibilidade, acessos etc.? ▪ O edifício é implantado/localizado/projetado de maneira que proporcione a segregação territorial – acessibilidade, acessos etc.?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ O edifício do museu deve ser implantado em área em que se pode edificar e de maneira que não proporcione a exclusão social nem a segregação territorial, logo deve ser acessível e convidativo. ▪ A área construída deve ser menor que a área permeável disponível e construível por lei. ▪ Deve possuir bicicletário em vez de estacionamento; estar em local acessível; e evitar cruzamento de resíduos com chegada de insumos e público.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
31. Área de atuação do museu	▪ De onde vem o público? ▪ Qual a área de impacto da atuação do museu (local, regional, global)? ▪ O trabalho do museu atinge o local? ▪ Qual território de atuação? ▪ O museu tem visibilidade global?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Público abrangente e variado (local e de fora, para fomentar interação), logo mais abrangente e mais includente. ▪ A atuação do museu deve ser local, porém deve ter visibilidade regional, e até global.
32. Enfrentamento de contradições	▪ O museu estimula o crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção? E a distribuição de riquezas? Como? ▪ O museu dialoga com os fenômenos urbanos? Como? ▪ O museu atua para minimizar deterioração urbana? Como? ▪ Como o museu enfrenta as contradições entre inovação e o estabelecido (novo e o velho)? ▪ Como o museu interfere na evolução da paisagem urbana? É de forma equilibrada e orientada? ▪ O museu promove a manutenção da paisagem? Como? ▪ O museu promove a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade? Como? ▪ O museu lida com a renovação e a transformação, acompanhando o desenvolvimento? ▪ Existe predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ Estimular o crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção e distribuição de riquezas, através de atividades e eventos informativos. ▪ Dialogar com fenômenos urbanos e naturais, através do respeito e do equilíbrio com os biomas, ecossistemas e culturas. ▪ Trabalhar contra a deterioração urbana e degradação ambiental, através de mutirões, atividades e ações participativas. ▪ A instituição deve promover as tradições sem negar as inovações, deve renovar e transformar, acompanhando o desenvolvimento, porém mantendo as tradições e os valores.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
32. Enfrentamento de contradições	▪ Existe o congelamento da vida? ▪ O museu incorpora os avanços culturais globais, mantendo a cultura local? Como? ▪ O museu apresenta e discute a questão tecnológica? Como? ▪ O museu compartilha tecnologia com seus usuários e com a população local? Como? ▪ O museu se apropria da ciência e da técnica? Como? ▪ O museu estimula a apropriação da ciência e da técnica por parte da sociedade? Como? ▪ O museu promove acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis? Como?		▪ Interferir na evolução da paisagem urbana de forma equilibrada e orientada. ▪ Promover a manutenção da paisagem, da personalidade local e da cultura material e imaterial, através de atividades e de ações com a participação da comunidade. ▪ Promover a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade, focando sempre nos anseios dos habitantes locais, sem o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos e sem o congelamento da vida. ▪ Incorporar os avanços culturais globais, mantendo a cultura local. ▪ Apresentar, discutir e engajar-se na questão tecnológica, através de exposições, palestras, debates, cursos, capacitação, compartilhamento e atividades. ▪ Incorporar os avanços tecnológicos globais, compartilhando com a população (por meio de acesso e cursos de informática, por exemplo), porém mantendo e respeitando a cultura local.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
32. Enfrentamento de contradições			▪ Apropriar-se, no sentido amplo do termo, da ciência e da técnica e estimular a apropriação por parte da sociedade, através da garantia de acesso, de exposições, de cursos, de capacitação, de palestras, de debates e de ações. ▪ Promover e garantir o acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis, através da capacitação e do exemplo dado.
33. Possibilidades de criar e de inovar	▪ O museu promove a criação? Como? ▪ O museu promove a inovação? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Estimular a criação e a inovação, através de ações e atividades, direcionadas para o presente, para que se tenha um futuro melhor.
34. Contextualização	▪ O trabalho do museu está direcionado para o passado, presente ou futuro? ▪ O museu promove o entendimento do passado? Como? ▪ O museu promove a configuração do presente? Como? ▪ O museu é consciente do seu contexto social que estão inseridos? ▪ O museu se considera inserido no contexto do lugar? Por quê? ▪ O museu promove a contextualização do público e da comunidade? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Direcionar suas ações e atividades para o presente, para que se tenha um futuro melhor. ▪ Promover, em atividades, ações e projetos, o entendimento do passado, resgatando histórias, e auxiliando na configuração do presente, para o melhor planejamento do futuro. ▪ Ser consciente do seu contexto social, deixando claro em ações e atividades. ▪ Promover a consciência do contexto social, através de ações e atividades que estimulem o pensamento crítico da população.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
34. Contextualização	▪ O museu promove a compreensão da realidade? Como? ▪ O museu considera e celebra a existência de diferentes contextos? Como? ▪ O museu promove o pensamento crítico a condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos? Como? ▪ O museu promove o pensamento crítico das consequências de ordem pública? Como?		▪ Promover a compreensão da realidade, através de exposições, debates, palestras, visitas e mutirões para que a própria comunidade reconheça e sinta a realidade em que vive, para ter uma postura crítica. ▪ Promover o pensamento crítico de condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos e das consequências de ordem pública, com atividades e ações. ▪ Estimular uma arena pública e uma prática política.
35. Conservação estratégica	▪ Qual a relação do museu/patrimônio com o turismo? ▪ O museu conhece a conservação estratégica? ▪ O museu utiliza a conservação estratégica? Como? ▪ O museu promove o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ O museu/patrimônio e o turismo devem manter uma relação harmônica e de respeito. ▪ Conhecer e utilizar a conservação estratégica, através do controle de fluxos de locais tombados, medidas pedagógicas e políticas urbanas. ▪ Promover o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial, através da mediação, de atividades e de ações que priorizem o habitante local.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
36. Integração dos bens culturais à malha urbana	▪ O museu está integrado à cidade? Como? ▪ O acervo está integrado à cidade? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática	▪ Deve haver a integração dos bens culturais (museu/patrimônio/acervo) à malha urbana, através do uso compatível e do relacionamento museu/cidadãos/ comunidade.
37. Respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais	▪ O museu estimula o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais? Como? ▪ O museu promove a diversidade? Como? ▪ O museu promove o respeito aos valores sociais locais e ao tecido social? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Estimular o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais, através de exposições, palestras, visitas, cursos e atividades que divulguem e celebrem a diversidade. ▪ Promover a diversidade, permitindo a afirmação de diferentes culturas (e de suas relações com a natureza), através de encontros culturais e exposições para oferecer a troca de informação e o conhecimento. ▪ Promover o respeito aos valores sociais locais e ao tecido social, divulgando e celebrando a cultura local, com eventos, atividades, exposições etc.
38. Redução das injustiças	▪ O museu promove a redução das injustiças? Como? ▪ O museu promove a valorização da justiça social? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Promover e engajar-se na redução das injustiças e na valorização da justiça social através de todas as suas atividades, ações e projetos.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
39. Redução das desigualdades sociais	▪ O museu trabalha contra a desigualdade social? Como? ▪ Esse trabalho realça e mantém as diferenças culturais?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Lutar contra a desigualdade social, realçando e mantendo as diferenças culturais, através de atividades e ações que incluam a população e apresentem e celebrem as diversidades.
40. Combate ao preconceito	▪ O museu trabalha no combate aos preconceitos? Como? ▪ O museu busca e promove o alcance da igualdade? Como? ▪ O museu promove a liberdade dos indivíduos? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Buscar e promover a igualdade, o combate aos preconceitos e a liberdade dos indivíduos, com atividades, projetos e ações participativas e inclusivas, e principalmente através do próprio quadro de funcionários e técnicos.
41. Melhora da qualidade de vida coletiva	▪ O museu possui ações para a melhoria da qualidade/da condição de vida da população do entorno? Quais? ▪ O museu assegura a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários (pelo menos)? ▪ Os funcionários do museu possuem jornada de trabalho reduzida?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica	▪ Comprometer-se com ações de melhora da qualidade de vida local, através da organização e participação em mutirões de limpeza, de trabalho, de educação, de capacitação, de ajudas etc. ▪ Assegurar e atuar para que seus parceiros também assegurem a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários (pelo menos), através da gestão econômica e do planejamento. ▪ Reduzir a jornada de trabalho de seus funcionários, garantindo a qualidade de vida.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
42. Resgate da autoestima da comunidade	▪ O museu promove o resgate da história local? Como? ▪ O museu promove o resgate da autoestima da comunidade? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público	▪ Promover o resgate da história local, assim como da autoestima da comunidade através de atividades e ações que divulguem e celebrem a cultura local.
43. Valorização do patrimônio natural e cultural	▪ O museu valoriza o patrimônio natural? Como? ▪ O museu estimula a valorização do patrimônio natural? Como? ▪ O museu conserva e preserva o patrimônio (material e imaterial) do entorno/da comunidade? Como? ▪ O museu trabalha em causas relacionadas à vida cotidiana e ao futuro da sociedade? Como? ▪ O museu valoriza elementos com valor cultural, artístico, histórico, técnico, científico e ambiental? Como?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Valorizar o patrimônio natural, através de sua apresentação e informando a população de sua importância, para que se despertem o interesse e o cuidado. ▪ Estimular a valorização do patrimônio natural, através de sua apresentação e informando à população sua importância, para que despertem o interesse e o cuidado. ▪ Conservar e preservar o patrimônio (material e imaterial), através de atividades e ações com a participação da comunidade. ▪ Apresentar e debater assuntos relacionados à vida cotidiana e ao futuro da sociedade, através de atividades e ações com a participação ativa da comunidade. ▪ Valorizar e estimular a valorização de elementos com valor cultural, artístico, histórico, técnico, científico e ambiental, através da informação da importância com atividades, projetos e ações.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
44. Atuação transetorial	▪ O museu adota uma abordagem transdisciplinar? Como? ▪ O museu possui e promove a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária? Como? ▪ O museu possui parcerias com as escolas? ▪ O museu possui convênios e parcerias com universidades e centros de pesquisa? Quais? ▪ O museu estimula a integração e as parcerias de universidades e com a comunidade? Como? ▪ O museu interage e integra-se com cientistas, técnicos e filósofos? Como? ▪ O museu estimula essa integração com a sociedade? Como? ▪ O museu promove a interação do conhecimento científico com o conhecimento popular? Como? ▪ O museu trabalha em conjunto? Com quem? ▪ O museu promove maior articulação dos agentes de transformação da sociedade? Como? ▪ O museu atua em conjunto com o Estado ou com outros atores para o desenvolvimento baseado no patrimônio? Como? ▪ O museu é articulado com quantos atores? Quais são eles?	▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática	▪ Adotar a abordagem multidisciplinar no trabalho do museu, garantindo o diálogo com diversas áreas de conhecimento e tornando-se recurso para o desenvolvimento sustentável. ▪ Atuar e promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a intervenção universitária, com parcerias, convênios e mediações instituição/comunidade. ▪ Possuir parcerias e convênios com escolas, universidades e centros de pesquisa. ▪ Estimular e mediar a integração e as parcerias de universidades e com a comunidade. ▪ Interagir e integrar-se a cientistas, técnicos e filósofos, produzindo e divulgando conhecimento. ▪ Aproximar e estimular integração de cientistas, técnicos e filósofos da sociedade, promovendo a interação do conhecimento científico com o popular. ▪ Trabalhar em conjunto com diversas áreas do conhecimento, para promover e garantir a maior articulação entre os agentes de transformação da sociedade. E engajar-se como um agente. ▪ Atuar em conjunto com o Estado ou com outros atores para o desenvolvimento baseado no patrimônio.

Sobre os autores

Cassia Rodrigues da Silva é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2016). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e professora das Faculdades Integradas Silva e Souza. Suas áreas de estudo são sustentabilidade, museologia e patrimônio, focando na relação multidisciplinar destas áreas com o planejamento urbano.

Lucia Capanema Álvares é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Memphis State University (1992), PhD em Planejamento Regional pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (1999), pós-doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ) (2011) e, atualmente, pós-doutoranda do Departamento de Arquitetura e Estudos Urbanos do Politécnico de Milão. É professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, coautora do livro *A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades* (2014) e organizadora do *Urban Public Spaces: from planned policies to everyday politics* (2018) e de sua versão brasileira *Espaços públicos urbanos: das políticas planejadas à política cotidiana* (2019), além de ter publicado inúmeros capítulos e artigos nacional e internacionalmente.

Mario Chagas é poeta, museólogo, mestre em Memória Social (Unirio), doutor em Ciências Sociais (Uerj); professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMUSEU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus (2003), pelo Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museu, pelo Programa Pontos de Memória, pelo Programa Nacional de Educação Museal e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); e diretor do Museu da República/Ibram.

Este livro foi impresso na primavera de 2021. 49 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. 37 anos da Declaração de Quebec. 29 anos do I Encontro Internacional de Ecomuseus - Rio de Janeiro.

Capa: Alexandre Segundo

“Os autores não hesitam em mostrar suas conclusões (e preferências): a uma Museologia do Espetáculo, mais próxima da produção do espetáculo, da valorização das coleções acima da sociedade, eles contrapõem e destacam a Nova Museologia ou a Museologia Social, que prioriza suas relações com a sociedade.”

ESPIRÓGRAFO EDITORIAL
ISBN 978-85-68002-06-3